

August Thalheimer

A LENDA DO OUTUBRO ALEMÃO

E OUTRO ESCRITOS

COLEÇÃO MARXISMO MILITANTE 5

CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

August Thalheimer

**A LENDA DO OUTUBRO ALEMÃO
E OUTROS ESCRITOS**

CVM
CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Salvador – BA

2013

COLEÇÃO MARXISMO MILITANTE

VOLUME 5

Uma publicação do Centro de Estudos Victor Meyer

Tradução: Sérgio Antão Paiva

Organizador: Orlando Miranda

Editoração eletrônica: Empresa Gráfica da Bahia

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)

210p.
ISBN

1. Marxismo. 2. 1923: Lutas sociais na Alemanha. Partido Comunista Alemão. 3. Governo operário-camponês. 4. III Internacional. 5. Brandler. I Título

CVM - Centro de Estudos Victor Meyer

CNPJ 10.806.922/001-44

WWW.centrovictormeyer.org.br

cvmbahia@gmail.com

Salvador – BA

1ª edição - junho de 2013

1.000 exemplares

SUMÁRIO

1. Apresentação
 2. Sobre o centésimo aniversário de August Thalheimer
 3. 1923: Uma oportunidade perdida?
A lenda do “outubro alemão” e a verdadeira história de 1923
 4. Contribuição à história da palavra de ordem de “governo operário”
 5. Em resposta: de A. Thalheimer e Peregrinus
 6. Linhas e Conceitos Básicos da Política Internacional após a II Guerra Mundial
- Apêndice: Material de August Thalheimer disponível em português

APRESENTAÇÃO

Este quinto volume da série *Marxismo Militante* é integralmente dedicado a August Thalheimer. Contém, em primeiro lugar, uma biografia publicada pelo Grupo *Arbeiterpolitik*, da Alemanha, por ocasião do centenário do nascimento de Thalheimer, em 1984. Ali o leitor encontrará um quadro geral do contexto histórico em que ele viveu e produziu suas principais contribuições teóricas e políticas.

Encontrará também uma declaração, contida numa de suas últimas cartas, na qual resume o seu pensamento, ao mesmo tempo marxista e antidogmático: *"para mim o "socialismo à maneira de Marx" não está de forma alguma ultrapassado. Contudo, sou da opinião de que, a partir do ponto marxista inicial, ainda há hoje muito a aprender (senão seríamos realmente fósseis e não verdadeiros marxistas)."*

O segundo artigo tem como objeto a "lenda do outubro alemão". A direção do Partido Comunista Alemão, com Thalheimer e Brandler à frente, foi acusada, primeiramente por Zinoviev e, depois, também por Trotsky, de ter desperdiçado a oportunidade de conquistar o poder na Alemanha, em 1923. Nesse artigo, Thalheimer descreve as diferenças entre os outubros russo e alemão e chega à conclusão geral, válida pra todos os países, de que os partidos comunistas *"só podem esperar levar realmente a cabo uma revolução no seu próprio país se aprenderem a avaliar **por si próprios** as relações de classes, a desenvolver a tática e a estratégia da luta revolucionária segundo **sua própria avaliação**, quando estiverem acostumados a pensar por si mesmos, de um modo crítico e independente, mesmo contra a direção internacional."*

O terceiro e quarto artigos dizem respeito à questão do "governo operário" e das condições para os comunistas participarem de governos nacionais. São formulações que estão na origem dos conceitos de "governo de transição" ou "governo dos trabalhadores", respostas a circunstâncias históricas que ocorreram e continuam a ocorrer em diversos países e épocas, como na Bolívia de 1952, no Chile de 1970 e, atualmente, na Venezuela, para citar apenas a América Latina.

O quarto artigo contém uma importante contribuição para o entendimento da situação política internacional após a II Guerra Mundial, cujo traço fundamental – a hegemonia norte-americana – permanece até os dias de hoje. Aí Thalheimer desenvolve o conceito de "cooperação antagônica" entre os países imperialistas, descarta o conceito de "imperialismo soviético", caracteriza a economia da União Soviética como "socialismo de estado" e, ao analisar a sua expansão sobre os países vizinhos da Europa Oriental vaticina:

"Pode-se pensar em apenas duas saídas para essa situação: a primeira, o desenvolvimento mais rápido possível da ação independente e da capacidade de defesa da classe operária no país conquistado e, então, a sua desocupação. A segunda, ao contrário: a tentativa de construir cada vez mais o domínio estrangeiro no país e torná-lo duradouro, com tudo o que isso traz. Esse segundo caminho poderia terminar apenas com uma catástrofe para o país conquistador e com um profundo e longo enfraquecimento do socialismo e do comunismo."

Os textos que compõem este caderno são exemplos de um pensamento crítico, um marxismo livre de amarras dogmáticas. Esperamos que sejam úteis para a análise da situação atual em nosso país e das tarefas que temos pela frente.

Centro de Estudos Victor Meyer, julho de 2013

SOBRE O CENTÉSIMO ANIVERSÁRIO DE AUGUST THALHEIMER

18 DE MARÇO DE 1884 – 19 DE SETEMBRO DE 1948¹

"Nós socialistas não cultuamos personalidades - a objetividade situa-se para nós acima da pessoa. Nós separamos as duas, mas não a ponto de não sabermos também juntá-las. Somos dialéticos, o que significa que a obra geral do indivíduo é a obra individual do geral. Quando a má compreensão burguesa nos repreende, segundo seu humor, ora por culto à personalidade, ora por desprezo à personalidade, isso significa que ela nada compreende da relação entre pessoa e objetividade, entre o específico e o geral".

(August Thalheimer, "Die Neue Zeit", 1909, pg. 292)

Lembrar hoje August Thalheimer com essas linhas, com essa introdução, deve-se ao fato de que ocorre com ele, no momento do seu centenário, o mesmo que ocorreu, após suas mortes, com Marx e Engels, Mehring, Rosa Luxemburgo e outros antigos combatentes do proletariado revolucionário. *"A essas pessoas não se homenageia, preferencialmente se silencia quando morrem. Ainda mais e especialmente quando se trata de dissidentes da própria classe..."*. Assim escreveu Eduard Fuchs por ocasião da edição da obra de Franz Mehring, em 1929. Hoje, poderíamos escrever o mesmo em relação a August Thalheimer. Silencia-se quando esse espírito revolucionário é tratado como um "filósofo suevo" ("*Wiener Tagebuch*", março de 1984).

Silenciados em vida ou então caçados, vivendo quase sempre nos limites mínimos da sobrevivência, compartilhando a sorte das massas operárias de seu tempo e, não obstante, trabalhando cientificamente, eles são usados depois de mortos (ou melhor, seus nomes), como figuras de proa por pessoas que não mais participam das tarefas de organização e da prática política dos operários. Deve-se conhecer a história de August Thalheimer, sua participação e seu papel no movimento revolucionário do proletariado, e deve-se esforçar para unir o conhecimento teórico e o direcionamento prático com a própria práxis no movimento atual, se quisermos fazer justiça ao homem e ao comunista August Thalheimer. Todas as outras formas de apreciação contrariariam suas concepções políticas.

Como foi então que August Thalheimer, que presenciou muitas e difíceis derrotas do movimento operário, que passou os últimos 15 anos de sua vida no exílio, que viu tantos companheiros próximos redirecionar "seu caminho" para uma vida confortável, como, apesar disso, pôde ele ficar ao lado do movimento revolucionário até o final de sua vida? E como pôde ele, sob essas difíceis condições, prestar uma contribuição ainda tão significativa para o futuro do movimento operário alemão?

Não estamos em condições de apresentar a "história de uma vida", como fez Mehring tão exemplarmente sobre a obra de Marx; poderemos aqui dar apenas uma indicação sobre a relação de Thalheimer com o movimento operário, como ele se expressou em sua atividade durante os diversos períodos do movimento:

- Cresce na socialdemocracia de antes da I Guerra;

¹ Tradução por Sérgio Antão Paiva do artigo publicado no jornal "*Arbeiterpolitik*", nº 2, ano 25, de 18.03.1984.

- Toma partido nas discussões da socialdemocracia ao lado da ala revolucionária que combateu a política de trégua, depois de 1914;
- No final da I Guerra Mundial, tem participação prática nos Conselhos de Operários e Soldados, foi membro do Grupo Internacional e da Liga Espartaquista e toma parte na fundação do KPD (Partido Comunista Alemão);
- Na "época de luta" do KPD, de 1920-1923, é politicamente ativo na direção do Partido e na redação do "*Rote Fahne*", ao mesmo tempo em que se engaja nas discussões da Internacional Comunista (IC);
- Está na Rússia Soviética nos tempos da consolidação política após a guerra civil e dos grandes debates sobre os caminhos da economia planificada socialista;
- Nos tempos do fascismo em ascensão na Alemanha, participa da fundação do KPD-O (Oposição Comunista), para combater os erros táticos do KPD e da IC;
- No exílio, vivencia e analisa a política de Frente Popular dos comunistas franceses, acompanha muito de perto o processo revolucionário na Espanha e a política contrarrevolucionária que a URSS aplicava lá. Apoiava as atividades ilegais dos companheiros do KPD-O na Alemanha, elabora comentários correntes sobre o desenvolvimento geral europeu de antes da II Guerra e sobre a posição dos comunistas em relação à guerra em gestação;
- Outro exílio em Cuba, onde, a partir de 1945, analisa a nova ordem das lutas políticas em nível mundial entre os campos socialista e capitalista e a política das potências vencedoras na Alemanha "sob o ponto de vista do internacionalismo proletário". Através de suas análises do desenvolvimento político internacional do pós-guerra, participa à distância do debate das forças revolucionárias sobreviventes e contribui, assim, para criar as bases políticas do Grupo *Arbeiterpolitik*.

Do início...

A socialdemocracia alemã era, até o começo da 1ª Guerra Mundial, o partido líder do movimento operário europeu. Na luta permanente contra o regime *junker* semifeudal e o capital industrial em franco desenvolvimento, ela mostrava o caminho à classe operária, permitindo-lhe, na luta por seus direitos políticos, certa participação no desenvolvimento social. Nada lhe foi presenteado; cada pequena reforma tinha que ser arrancada. Assim, formou-se no mundo capitalista burguês um contrapoder político, sindical e cultural. Nesse ambiente cresceu August Thalheimer. Seu pai, um comerciante, era tesoureiro da união local do SPD (Partido Socialdemocrata), em Affaltrach. Era uma das mais importantes funções políticas porque, ao contrário de nós, que hoje experimentamos o cancelamento de contribuições, estava em estreito contato com os companheiros do Partido. Sua casa era frequentada por líderes do SPD: "*Minha lembrança de Clara Zetkin remonta até à minha infância... Meu pai possuía uma amizade estreita com ela, tendo procurado e encontrado nela o estímulo intelectual que quase ninguém das redondezas lhe poderia dar*", escreveu Thalheimer, retrospectivamente. Sua formação acadêmica em Oxford, Londres, Estrasburgo e Berlim não foi o ponto de partida para uma carreira brilhante no mundo intelectual burguês, mas o frutífero pressuposto para sua participação na luta pela libertação do proletariado.

Na época, o movimento operário alemão, por defender da maneira mais consequente os seus interesses de classe, políticos e sindicais, exercia sempre uma atração sobre os melhores elementos da burguesia, que não viam na aspiração por postos sua perspectiva de vida e que se distinguiam por seu caráter e por seu espírito.

Na socialdemocracia

A entrada de Thalheimer no trabalho partidário, em 1910, como voluntário do "*Leipziger Volkszeitung*" (por recomendação de Rosa Luxemburgo) e pouco depois como redator do "*Göppinger Freie Volkszeitung*", coincidiu com as crescentes tensões no Partido sobre os caminhos alternativos da socialdemocracia. Já no Congresso do Partido de 1905 houvera disputas sobre o emprego da greve de massas para a defesa do direito universal do voto e sobre a tendência das cúpulas sindicais de se separarem da luta política e da influência do SPD. Quando na Prússia, em 1910, centenas de milhares de trabalhadores se manifestaram contra o "direito de voto das três classes", já ficava claro que a unidade ainda preservada pelas resoluções do Congresso não valia muito. Kautsky, o teórico do Partido, recusou-se a ampliar as lutas e adiou-as para o dia de São Nunca.

Os representantes da esquerda do Partido, com Rosa Luxemburgo como líder política, queriam reacender o movimento de massas e organizá-lo no grau mais alto da luta de classes, mas não conseguiram. A disciplina partidária, então instituída de cima como medida contra a esquerda, levou em 1912 também à demissão forçada de Thalheimer como redator do "*Göppinger Freie Volkszeitung*". A influência burguesa sobre o Partido e sobre os sindicatos cresceu e naquela época os métodos não eram muito diferentes dos atuais: fecharam-se as torneiras das finanças.

A colaboração de Thalheimer na esquerda partidária de Württemberg, em torno de Clara Zetkin e Fritz Westmeyer, levou-o também para o estreito contato com as lutas de Karl Liebknecht, que se opunha decididamente às restrições dos direitos dos operários e ao militarismo. Após uma curta estadia em Berlim, ocupou-se como redator-chefe do "*Braunschweiger Volkszeitung*" que se tornou, por sua influência, depois do início da Guerra, uma das mais importantes vozes de oposição à política de trégua do SPD.

Em 1916, ele tomou parte na 1ª Conferência Nacional da Liga Espartaquista e trabalhou permanentemente no Grupo. Em maio de 1916, foi denunciado por apoiar greves e convocado para o serviço militar. Sua irmã Berta tomou então parte, pelas esquerdas, das Conferências de Zimmerwald e Kienthal.

A sua transferência para o Quartel General, em Stuttgart, possibilitou outros trabalhos no grupo clandestino Espártaco, ao lado de Fritz Rück, Albert Schreiner e outros.

O nascimento do KPD

O USPD, que desde o início de 1917 se separara da socialdemocracia, sob pressão das massas intranquilizadas pelas misérias da guerra, abrigou em suas fileiras a Liga Espartaquista.

A Revolução de novembro de 1918 trouxe o fim da guerra e de volta os até então suspensos direitos democráticos da classe operária: liberdade de imprensa e de coalizão; direitos eleitorais iguais, jornada de oito horas de trabalho. Era o preço que a classe dominante teve que pagar, após a derrota na guerra, para impedir que as massas operárias lutassem com a minoria revolucionária pela conquista do poder

político e do socialismo. A maioria da classe operária depositou as suas esperanças ainda nas transformações e na tomada gradual do estado burguês, com a ajuda do voto e do Parlamento. Uma ilusão que não foi atenuada por discursos.

Thalheimer, que dentro da Liga Espartaquista já muito cedo era a favor da separação em relação ao USPD, assim julgava em 1920 o desenvolvimento político de então:

Nosso Partido, como vocês sabem, estabeleceu durante a guerra relações organizatórias com o USPD. Entretanto, falando mais precisamente, pode-se dizer que quando essas relações foram estabelecidas em Gotha, nosso Partido era apenas uma direção e não propriamente um Partido. Era um grupo de pessoas, de combatentes, que se agrupava em torno da "Die Internationale" e tinha em Rosa Luxemburgo a cabeça dirigente. Em Gotha, a integração no USPD foi concluída essencialmente sob os fundamentos de que o Partido deveria se ligar às massas reunidas no USPD (...)

O Partido podia realizar essa ligação dentro do USPD, porque as diferenças existentes eram essencialmente no terreno da propaganda e também porque se reservava e também se dispunha, dentro do USPD, de perfeita liberdade de ação. Essas relações modificaram-se no início da Revolução, quando o USPD formou com o SPD um governo de coalizão. Agora, as diferenças situam-se em outro estágio, podendo ser resumidas em poucas palavras: as diferenças reduziram-se às contradições entre a concepção da democracia burguesa e da ditadura do proletariado e tais contradições não eram mais, na fundação do Partido, contradições apenas de propaganda, tornaram-se contradições de política prática imediata.²

Na passagem do ano de 1918-19, essas contradições políticas encontraram sua expressão prática na fundação do Partido Comunista da Alemanha (KPD). Em torno do núcleo da Liga Espartaquista, transformada em KPD, uma minoria de operários radicalizados pela guerra e pela revolução começou a se aglutinar. Após o assassinato de Luxemburgo, Liebknecht e Jogiches, a morte de Franz Mehring e a saída de Paul Levi para o SPD, Thalheimer chegou à direção do Partido. Sobre ele, Karl Radek dissera então, que *"da nova geração, era o mais ligado às lutas das quais nascera o KPD"*.³

A fundação do KPD ocorreu no ponto limite do ascenso revolucionário. A tarefa, após a sua constituição e a derrota da Revolução de Novembro, era a de fazer uma política que preparasse a próxima etapa de unificação e consolidação das lutas revolucionárias.

Num relato sobre o 2º Congresso dos Conselhos (*Räte*) de 1919, Thalheimer escreve:

O 1º. Congresso dos Conselhos teve lugar no segundo mês da Revolução e o segundo, no quinto mês. Nos resultados do 2º Congresso deveria ser medida também a soma dos progressos revolucionários de três tempestuosos meses de revolução. A ação da classe operária experimentou nesses três meses avanços poderosos. Situam-se entre os dois congressos os "dias de dezembro", a "semana de janeiro", o crescimento e o atingimento do ápice das primeiras ondas grevistas, sua transformação na greve geral de Berlim e as

² Documento "A Situação no Partido", do 5º Congresso do KPD, em 1920.

³ "Die Kommunistische Internationale", nº 17, pg. 62.

"lutas de março" (...) Em grande quantidade, os operários fluíram para a bacia dos independentes e daí transbordavam para a dos comunistas.

Apesar desses movimentos de massa, o SPD teve sucesso, mais ou menos apoiado pela direção vacilante do USPD (que expressava mais claramente a voz das massas), em dirigir o 2º Congresso dos Conselhos, sob proteção policial, para seus propósitos.

*A política de nosso Partido, de boicote a esse Congresso e, finalmente, a linguagem crítica dos capacetes de aço e do estado de sítio no local do Congresso diziam às massas proletárias que ele merecia tão pouco a sua atenção quanto a Assembléia Nacional em Weimar.*⁴

Com essa atitude e numa situação de crise revolucionária aguda sob a pressão da Revolução Russa, teve sucesso o jovem KPD em ganhar influência junto a parcelas dos operários do USPD, levando finalmente ao Congresso de Unificação de 1920. O KPD transformou-se em um partido de massas.

Hoje, pode-se também ver o outro lado da unificação. Juntamente com os membros do USPD, uma grande massa de militantes anteriormente socialdemocratas acorreu a um KPD incomparavelmente mais fraco numericamente. Eram os mesmos que insistiam numa ação revolucionária. A eles faltava a experiência das longas lutas pela formação e consolidação e pela criação do KPD. Por outro lado, faltavam aos espartaquistas o tempo e a força para transmitir tais experiências aos novos membros.

A situação política havia se modificado fundamentalmente:

*Já que os Conselhos Operários não se arriscaram a eliminar os órgãos do estado burguês, então estes órgãos eliminaram os Conselhos Operários (...). Esse estado de coisas exige hoje outro posicionamento tático do Programa. Há dois anos, tratava-se de mostrar a passagem da dominação formal para a dominação econômica do proletariado; hoje, da passagem da dominação formal e de fato da burguesia para a dominação formal e de fato do proletariado.*⁵

Assim, não se tratava mais da transição do domínio dos Conselhos de Operários e Soldados em direção à expropriação do capital, mas sim da superação da democracia burguesa e de seu domínio de classe por meio da revolução socialista.

Aliás, em março de 1920, a reação tenta eliminar o parlamentarismo: uma parte dos militares, sob o comando dos generais Kapp e Lüttwitz, deu um golpe de estado (*putsch*). A direção do KPD começou a tirar lições das experiências do contragolpe ao "*putsch* de Kapp": o próprio KPD foi surpreendido pela intervenção das massas operárias, chamadas à greve geral pela ADGB. Entretanto, ele colocou-se imediata e incondicionalmente a serviço da sustentação do movimento.

Com a "Carta Aberta"⁶, a direção do KPD tentava, em 1921, após a derrocada dos putschistas de Kapp, lutar para ganhar a maioria da classe operária, numa situação

⁴ "Die Internationale", caderno 2/3, 1919.

⁵ "Die Internationale", caderno 26, 1920, pg. 9.

⁶ A Direção Central do KPD, em 8 de janeiro de 1921, dirigiu uma "carta aberta" à ADGB, à Afa, ao SPD, ao KAPD e diversas outras organizações para deliberar conjuntamente sobre as seguintes medidas concretas:

1. Segurança salarial; 2. Segurança dos meios de subsistência; 3. Colocação em funcionamento das fábricas paradas; 4. Desarmamento e dissolução das organizações burguesas de "autoproteção".

A "Carta Aberta" acentuava que todas as contradições até então existentes entre as diferentes organizações operárias em relação às medidas propostas não deveriam representar um obstáculo.

pós-revolucionária, para elevá-la a um novo patamar. Isso se expressou pela "política de Frente Única", que está estreitamente ligada aos dirigentes partidários Thalheimer e Brandler. Por meio dos **objetivos concretos da luta diária**, a parcela socialdemocrata da classe operária deveria ser convencida da necessidade final da solução revolucionária.

Esse objetivo foi quebrado, em março de 1921, por ocasião da provocação do Exército ocorrida na Saxônia, em aliança com a cúpula do SPD, no interesse dos empresários alemães. Os operários armados, ainda frequentes nessa parte do país, deveriam ser desarmados e o KPD, que lá era muito forte, isolado. O Partido respondeu com resistência armada, apesar de faltarem os pressupostos **gerais** para isso. Sua conclamação para a greve geral encontrou pouco eco na Alemanha, de modo que as lutas não foram adiante e a "ação de março" transformou-se numa derrota política e militar para o KPD.

Na época, Thalheimer liderava aqueles que, um ano depois, queriam ampliar o poder de resistência mostrado pelas massas operárias por ocasião do *putsch* de Kapp (1920), por meio de uma ofensiva do KPD, na tentativa de levar à luta pelo poder político. O Partido não poderia, por nada desse mundo, se separar dos operários combatentes, mas deveria fazer de tudo para intervir organizando e impulsionando a luta. As discussões no Partido e no Comintern sobre a "ação de março" e a sua classificação teórico-política por Thalheimer adquiriram significado adicional, porque esses eventos embasaram o afastamento político de Paul Levi do KPD.

A esse respeito, em junho/julho de 1921, Lênin disse no 3º Congresso do Comintern:

Se alguém, após uma luta de classes de centenas de milhares, entra em cena contra essa luta e se comporta como Levi, então esse alguém deve ser excluído. Isso ocorreu. Porém, temos que tirar lições. Nós preparamos a ofensiva? Certamente tratava-se de ofensiva apenas nos editoriais. Essa teoria, empregada na "ação de março" na Alemanha no ano de 1921, é errada. Precisamos afirmar isso, mas, a teoria da ofensiva, no geral, não é errada.

Na mesma conferência, Thalheimer descreveu algumas experiências da política do KPD até então:

O caminho da revolução na Alemanha é difícil e complexo. Suas dificuldades são: um adversário forte e bem organizado, a fraca centralização política do país, grandes disparidades no desenvolvimento social de cada região, grandes diferenças na estratificação da classe operária e no desenvolvimento de sua consciência de classe, uma forte tradição e organização socialdemocrata reformista no operariado. Daí decorre o traço principal do desenvolvimento da Revolução Alemã até aqui: sua dispersão local, difíceis e sacrificantes lutas de vanguarda ou de recuo nas regiões e camadas operárias desenvolvidas do ponto de vista revolucionário (...). A tarefa mais importante agora é a separação das massas operárias e das massas de empregados, sob a influência organizatória e política de ambas as direções, e sua ligação com as camadas operárias revolucionárias desenvolvidas.⁷

Isto significou a reacolhida da política de Frente Única de janeiro de 1921, que foi colocada como obrigatória para os partidos comunistas pelo 3º Congresso Mundial da Internacional Comunista.

⁷ Órgão do 3º Congresso da IC, Moscou, 22.06.1921.

O KPD foi bem sucedido em ganhar a influência sobre a maioria da classe operária com essa política de Frente Única, em 1922 e especialmente na primavera de 1923 (Programa Stinnes, inflação, ocupação francesa da região do Ruhr). O governo de Cuno, que estava sob a influência da indústria pesada, atacou abertamente as conquistas sociais do operariado, o que aumentou a intranquilidade das massas.

Iniciou-se a organização parapartidária do KPD. Foram formadas as "centúrias proletárias"⁸, o centro de gravidade deveria ser posto no trabalho ao nível de empresa. A situação ocasionada pela a ofensiva do capital era tão aguda que o KPD começou a se preparar para a guerra civil. No início de agosto de 1923, uma greve geral derrubou o governo de Cuno. Formou-se uma grande coalizão e implantou-se uma moeda estável (o *Rentenmark*), a fim de tranquilizar novamente as massas.

*O gabinete Stresemann-Hilferding corporifica a tentativa da média burguesia, com a ajuda da burocracia dos partidos e sindicatos reformistas, de conseguir a liquidação das lutas do Ruhr e a consolidação interna, com a imposição de algumas vítimas do lado da grande burguesia.*⁹

Apesar de estar associada a isso uma modificação na situação política e uma alteração no ânimo das massas, o KPD tentou ainda em outubro (sob a instrução de conselheiros russos) desencadear a luta pelo poder. Porém, os operários socialdemocratas não estavam ainda preparados para isso. Numa Conferência dos Conselhos de Empresa, a proposta dos representantes do KPD de greve geral não foi acolhida. Assim, a organização do Partido em Hamburgo travou apenas uma luta **isolada**, por não ter sido informada **a tempo** da decisão da direção partidária de abortar a luta pelo poder.¹⁰

A grande burguesia aproveitou a situação para proclamar a ditadura militar, sob a direção do General Seeckt, e proibir o KPD.

A retirada ensejou, na primavera de 1924, uma total modificação na cúpula do Partido. Foram decisivos para isso: 1º) a decepção de uma grande parte dos militantes oriundos do USPD com a demora da revolução esperada por eles; e 2º) o efeito da luta de frações do Partido Russo no Partido Alemão e no Comintern.

A eliminação da maior parte dos militantes provenientes da Liga Espartaquista da direção partidária e a ascensão de gente de discurso radical, mas vacilante, em sua maior parte oriunda da pequena-burguesia, como Ruth Fischer, Maslow, Scholem, cercados por operários fiéis do USPD, porém imaturos para as tarefas, liderados por Thälmann, mostrou: o Partido Comunista não pode ser um partido de massas (por exemplo, equivalente ao SPD), apenas um partido de vanguarda, que, entretanto, ganha influência nas massas por meio de seus membros. Além disso, a intervenção da Internacional Comunista sobre a discussão autônoma do KPD impediu o trabalho de reflexão sobre as derrotas e os sucessos do Partido.

Desde essa época, o KPD deixou-se levar cada vez mais fortemente pelas experiências russas (bolchevização), a cúpula partidária foi cada vez mais fortemente determinada de fora e nasceu a lenda da traição de Brandler e Thalheimer.

⁸ As "Proletarische Hundertschaften" foram organizadas por operários em greve, no início de 1923, na região do Ruhr. Elas tinham como objetivo se prepararem para o confronto militar contra o seu adversário de classe e, em parte, também estavam armadas. Eram órgãos de Frente Única, isto é, eram suprapartidários, porém organizados de maneira classista.

⁹ "Internationale Pressekorrespondenz", 27.08.1923.

¹⁰ Acrescentamos que existem diferentes versões sobre a finalização da resolução sobre o levante armado em Hamburgo, mas não sobre o fato de que foi uma luta isolada de uma minoria de operários.

Estadia na União Soviética

Em 1923, Thalheimer, assim como Brandler, foi “cominternizado” em Moscou, como ele dizia brincando. Tornou-se membro do PCUS. Seu trabalho era de natureza preponderantemente científica; ensinava economia política, dialética (inclusive para comunistas chineses) e história na Universidade Sun-Yat-Sen. Sua posição sobre a teoria da relatividade de Einstein ainda hoje é interessante¹¹. As suas conferências reunidas em 1928 sobre uma “Introdução ao Materialismo Dialético” foram publicadas em muitas línguas e são também ainda hoje um fundamento extraordinário para o estudo do materialismo dialético pelos operários.

A estadia na União Soviética de 1924-1928 foi, entretanto, também um importante pressuposto para o conhecimento das diferenças fundamentais dos pontos de partida, tarefas e métodos dos movimentos russo e alemão.

A estabilidade econômica da Alemanha desde 1924 deixou as oscilações políticas do KPD parecerem “miudezas” de curta duração. Para Thalheimer, que podia observar de longe o desenvolvimento da Alemanha de 1924 a 1928, através de sua atuação nos órgãos dirigentes da Internacional Comunista, já era possível constatar um enfraquecimento contínuo, que poderia ser perigoso numa crise. Intensificavam-se os conflitos no KPD com as resoluções da Internacional Sindical Vermelha e do 6º Congresso Mundial da IC, em 1927, sobre a formação de sindicatos “vermelhos” próprios, caracterização do SPD como “irmão gêmeo do fascismo” – e palavras de ordem revolucionárias abstratas como “classe contra classe”, em função da crise que se aguçava na Alemanha. Thalheimer recebeu autorização de retornar “em caráter privado” à Alemanha. A continuidade de sua colaboração no “*Rote Fahne*” foi, entretanto, impedida, pois a luta contra a “direita” no KPD estava na ordem do dia. Numa declaração de 19/10/28, ele escreveu:

Sim, eu não tinha nenhum prazer em me enfronhar na velha história do Partido no Instituto Marx-Engels de Moscou ou em proferir conferências filosóficas na Academia Comunista, enquanto via como o Partido, ao qual estou ligado desde o seu nascimento, ao qual dei a minha pequena contribuição para sua gestação e crescimento nos anos mais difíceis da luta, como esse Partido se vê reduzido, cada vez mais, de fator de poder à falta de influência.”

As medidas disciplinares e finalmente a expulsão da “direita” – quer dizer, daqueles que não queriam se sujeitar ao curso ultraesquerdista – levou à formação da Oposição do KPD, principalmente por operários antigos do Partido e sindicalistas experientes.

De volta, para socorrer o Partido

Já no verão de 1928, Thalheimer analisou o perigo do fascismo (num escrito para a IC, que lá passou despercebido), considerando o desenvolvimento do “novo imperialismo alemão”, como foi destacado por Richard Sorge (que foi posteriormente executado como “espião” pelo imperialismo japonês) sob o pseudônimo de Sonter, tendo participado, após janeiro de 1929, no trabalho de publicista do KPD-Oposição. (Mais tarde, ele também participou na edição da obra de Franz Mehring e especialmente dos seus trabalhos relativos à história da Literatura).

¹¹ “Sobre alguns Conceitos Fundamentais da Teoria Física da Relatividade, sob o Ponto de Vista do Materialismo Dialético”, “*Unter dem Banner des Marxismus*”, Caderno 2, págs. 302–338.

Num relatório para a reunião de fundação, em 1928/29, ele formulou para o KPD-O as tarefas imediatas:

Trata-se de reconhecer as características específicas da Revolução Russa, de realizar a sua generalização correta, ou, como dizia Lênin, a "tradução" correta das experiências russas em outras línguas, isto é, a sua transposição para outras condições. Trata-se, além disso – e esta é a diferença, o núcleo da questão – de realçar, à base de uma correta generalização das experiências revolucionárias russas e das próprias, as feições concretas, específicas, especiais da revolução proletária na Alemanha, sob as relações de classe que observamos aqui. Em resumo, este é, afinal de contas, o conteúdo da luta dos últimos cinco anos dentro do Partido Alemão e do Comintern, é o conteúdo do trabalho vindouro que temos que realizar. ("De que se trata? Sobre a Crise no KPD, um Discurso Aberto sobre a 'Carta Aberta do Comintern contra o Desvio Direitista no KPD'").

Esse documento, publicado posteriormente como brochura pelo KPD-O, indicava os problemas do caminho autônomo da revolução proletária na Alemanha, até hoje ainda não resolvidos.

O KPD-O permaneceu como um "estado-maior sem exército". Não pôde exercer, abstraindo-se exceções locais, uma influência decisiva nas massas operárias ainda reunidas em torno do KPD e do SPD, no curto espaço de tempo da crise aguda de 1929-33. Os sucessos eleitorais dos "grandes partidos" obscureceram o estado real do movimento operário, despertaram renovadas esperanças parlamentares, que não tinham fundamento, até que a classe operária sucumbiu quase sem luta aos nazistas. Thalheimer teve que deslocar-se primeiro para Estrasburgo e depois para Paris, como membro do Comitê do Exterior do KPD-O, clandestino na Alemanha.

Primeira emigração

Paris era, naqueles anos, não apenas o centro da emigração antifascista da Alemanha; a França era, e isso quer dizer precisamente Paris, o ponto de encontro de muitas cabeças dirigentes do movimento proletário internacional, os quais dispunham de bons conhecimentos sobre os movimentos proletários ou anti-imperialistas em seus países e os podiam transmitir.

Dos tempos em Paris, data a crítica à política de Frente Popular, defendida desde o 7º Congresso da Internacional pelos partidos comunistas oficiais após a derrota na Alemanha, que tinha como conteúdo a aliança com todas as forças burguesas que não faziam parte do capital monopolista, acomodando-se politicamente a elas. Esse era um expediente inútil da política externa soviética para adiar o perigo de guerra, por meio de alianças com as potências ocidentais. Thalheimer pôde observar os resultados práticos dessa política quando do desmoronamento da Frente Popular na França e, sobretudo, na Espanha, onde a política de Frente Popular contribuiu decisivamente para a derrota da Revolução. (Thalheimer esteve ele próprio em 1936 na Espanha, onde conversou com dirigentes do POUM, a força revolucionária mais significativa de então na Catalunha).

Está também ligada ao nome de Thalheimer a análise das relações de classe na II Guerra Mundial, já antes do início da guerra, quando dominava a confusão nas fileiras dos operários a respeito da política externa russa.

O KPD-O não pôde conhecer resultados de sua política, sob a forma de sucessos práticos. Como organização, ele esteve ativo na Alemanha, apesar dos maiores sacrifícios, até o final da guerra – ainda em 1943, ele mantinha em estreito contato

em Berlim mais de 200 simpatizantes clandestinos e publicava material ilegal. Mas a guerra foi terminada de fora – essencialmente pela ação do Exército Vermelho da URSS.

De Cuba

Diante das tropas alemãs, Thalheimer e Heinrich Brandler fugiram, em 1940, para Cuba; nenhum outro país esteve aberto para eles.

Lá, Thalheimer trabalhou, entre outros, numa História da Dialética. O manuscrito, que ele realmente ainda queria aprimorar em alguma grande biblioteca europeia, está inacessível até agora.

No pós-guerra, Thalheimer, junto com Brandler, deu respostas às questões políticas mais estimulantes, para os companheiros da Alemanha, isolados durante muitos anos e apartados do desenvolvimento internacional. Com essa finalidade, editaram, após 1945, os “*Internationale monatliche Übersichten*” (Panoramas Internacionais Mensais), que chegavam à Alemanha através da Inglaterra e da Dinamarca. As posições sobre a “Declaração de Potsdam” dos Aliados, seu trabalho “Linhas e Conceitos Básicos da Política Internacional após a II Guerra Mundial” e os “Bases da Avaliação da União Soviética” foram as primeiras orientações; sem tal radiografia marxista das relações do pós-guerra, não era possível compreender as sociedades que se desenvolviam a partir de então na Europa e, especialmente, na Alemanha.¹²

Quanto às questões concretas nas diferentes Zonas de Ocupação, ele não queria e nem podia se manifestar de longe a respeito dos passos a serem dados:

Devemos deixar à nossa própria gente na Alemanha a decisão de como proceder organizatoriamente em cada caso. Isso deverá ser diferente em cada lugar distinto. O decisivo é que fique assegurada a coesão entre eles e a própria face política.

E na mesma carta:

*Eu tenho a intenção de tratar de uma série de outras questões do mesmo modo [como nas “Linhas e Conceitos...”; NR], questões que não estão diretamente ligadas ao dia a dia, mas que devem trazer esclarecimentos para os mais importantes elementos da atualidade. (Outros temas seriam, por exemplo: socialismo e nacionalização, capitalismo de estado e socialismo de estado, desenvolvimento interno da URSS, etc.). A idéia com isso é fornecer a nossa gente, ao invés de comentários sobre os acontecimentos correntes (que quando chegam, na maioria das vezes já estão ultrapassados), o **fió da meada** que possibilita a própria orientação quanto aos acontecimentos correntes e, com isso, estimular o pensamento crítico junto aos operários comunistas e socialistas.¹³*

Esforços permanentes para receber permissão de retorno à Alemanha fracassaram, não em último lugar, devido a gente como Tarnow, cuja influência junto ao governo militar fizera-se valer de forma negativa. Em 26 de agosto de 1947, ele escreveu a sua irmã Berta, em Stuttgart:

Claro que agradeço a você ter colocado para Tarnow a questão do meu

¹² As três brochuras aqui citadas foram divulgadas a partir de 1949 pelo Grupo *Arbeiterpolitik*. Os “*Internationale monatliche Übersichten*” serão publicados brevemente, completados com notas de esclarecimento de pé de página e trechos das cartas de Thalheimer que os acompanhavam, pelo Grupo *Arbeiterpolitik*.

¹³ Carta a Fritz Wiest, de 28.01.48.

emprego na formação sindical. Sobre a pergunta dele, pode-se dar apenas uma resposta: Götz von Berlichingen.¹⁴ Em relação ao assunto, penso que sou mais pelo "socialismo democrático" do que a maioria dos que se dizem comprometidos com essa expressão, inclusive o próprio Tarnow (hoje, assim se posicionam não apenas o SPD, mas também o SED, o KPD e sabe-se lá quantos mais). Mas assim a pergunta nada quer dizer. O que ela quer dizer é que se (deve) subscrever cegamente a política que o SPD e os dirigentes sindicais fazem hoje na Alemanha. Na minha concepção, isso não é nem democracia, nem socialismo. E se o pensamento de Tarnow, de que "o socialismo à maneira de Marx" está ultrapassado (ele disse isso publicamente em Frankfurt), também deve ser normativo para a formação sindical nas regiões dirigidas por Tarnow, o que eu deveria exatamente ensinar eu não sei, porque para mim o "socialismo à maneira de Marx" não está de forma alguma ultrapassado. Contudo, sou da opinião de que, a partir do ponto marxista inicial, ainda há hoje muito a aprender (senão seríamos realmente fósseis e não verdadeiros marxistas). A esse respeito, entretanto, eu entendo algo completamente diferente do que aproveitar isso ou aquilo do lixo ideológico da decadência burguesa, com o propósito de "complementar" ou "modernizar" o marxismo.

Aliás, devem estar num estado mais do que triste os sindicatos onde um Tarnow possa determinar dessa forma o que deve ser ensinado em seus cursos. Onde então ficam os outros nos sindicatos? Está claro que não há nenhum lugar para mim enquanto o "espírito" de Tarnow ainda for determinante por lá. Estou agora animado com o que aparece no Ministério da Cultura de Württemberg. Aliás, quem são as pessoas decisivas lá? Deve-se imaginar que simples aulas especializadas numa escola superior não representem problema político, caso não se trate de nazistas ou aparentados. E em Württemberg as coisas adquirem um aspecto especial, porque as pessoas sabem bem que eu sou natural de Württemberg e aí se trata, em última instância, de me permitirem ou não retornar à minha terra natal.

Esta foi a última coisa que ouvimos de August Thalheimer: "Ele tinha ainda tantos planos de trabalho (...). Ele falava com muita alegria sobre o movimento operário do passado e os velhos e bons companheiros. Ele sofreu muito com o descenso do movimento operário."¹⁵

A morte de Thalheimer, em 19 de setembro de 1948, foi o fim pessoal de um homem, mas não o seu fim político.

É como escreveu seu companheiro de luta Heinrich Brandler:

A memória de August se tornará viva apenas na medida em que o nosso movimento se fortaleça e se afirme. É mais fácil não se alcançar isso. Mas será alcançado, porque somente com base nesse trabalho nosso movimento pode se fortalecer. O próprio August protestaria violentamente se o "dignificassem" tanto, como faz a ralé jornalística de hoje.¹⁶

(Março de 1984)

¹⁴ Alusão a Götz von Berlichingen, cavaleiro alemão (1480—1562), que foi atraído a Augsburg sob a promessa de salvo conduto e foi preso traiçoeiramente (1528) por dois anos. Drama de Goethe. (NT)

¹⁵ Carta a Berta Thalheimer, de 01.11.1948.

¹⁶ Carta a Berta Thalheimer de 01.11.1948.

1923: UMA OPORTUNIDADE PERDIDA?

**A lenda do outubro alemão e
a verdadeira história de 1923¹⁷**

A. Thalheimer

¹⁷ Tradução para o português por Sérgio Antão Paiva do texto publicado por Juniusverlag, Berlim 1931, reimpresso pelo Grupo *Arbeiterpolitik*.

Índice

Prefácio

I – A lenda de 1923

1. Porque as questões de 1923 precisam ser esclarecidas?
2. Em que consiste a lenda esquerdista do outubro?
3. A origem da lenda esquerdista do outubro
4. O auge da lenda do outubro
5. O começo da revisão da lenda do outubro

II – A correlação de forças das classes em 1917 na Rússia, comparadas com as da Alemanha em 1923

III – A Verdadeira história de 1923

1. O efeito da ocupação do Ruhr
2. As ações do Partido até a greve de Cuno
3. O especulativo plano de ação do Comintern
4. A reviravolta causada pela intervenção da burguesia
5. O erro decisivo do Partido depois da greve de Cuno
6. A questão do recuo e a Conferência de Chemnitz
7. Alguns dos ensinamentos mais importantes

IV – Anexo

PREFÁCIO

Em 1923, a situação estava perfeitamente madura para a vitória da revolução proletária, mas a direção de então do Partido Comunista Alemão, presidido por Brandler, impediu a vitória da revolução. Esta opinião, à primeira vista, parece tão fantástica, tão sem importância, que pode parecer estranho que ela ainda hoje seja levada em consideração. Mas tal opinião, chamada de “lenda do outubro”, é ainda hoje a opinião oficial do Partido Comunista Alemão. Ela está sendo gravada como dogma na memória dos jovens membros do Partido, os quais a aceitam de boa fé, sem ter a mínima idéia de que se trata de uma lenda inventada com a finalidade de explicar e apoiar uma tática errada do Partido Comunista. Uma lenda que tem impedido o Partido e, com isso, a classe operária alemã, de abandonar um caminho desastroso, impedindo também a influência crítica da Oposição frente a essa linha errônea, influência que, em outras circunstâncias, seguramente teria.

Por isso, as questões de estratégia e tática do Partido Comunista Alemão no ano de 1923, infelizmente, ainda são muito atuais. São mais atuais do que nunca, especialmente hoje, quando a direção do Partido Comunista Alemão repete em maior escala os erros cuja base ideológica está na lenda do outubro de 1923.

A lenda do outubro tem agora oito anos. Neste ínterim tornou-se quase canônica, sendo um dos alicerces da linha esquerdista. A lenda ultraesquerdista ajudou no nascimento da linha ultraesquerdista e, agora, ambas se sustentam reciprocamente. Por isso, quem aceita a lenda do outubro também aceita a linha ultraesquerdista, e quem combate a linha ultraesquerdista, combate a lenda. Da mesma forma que as duas nasceram juntas, elas também cairão juntas. Porém, quanto mais tempo a lenda e a política ultraesquerdista nela baseada ficarem de pé, tanto maior é o perigo de que o colapso do movimento operário revolucionário na Alemanha – que em 1923 foi apenas uma lenda – se torne uma amarga realidade.

O *Pravda* escreveu depois das eleições para o *Reichstag*¹⁸ de 14 de setembro de 1930, que nunca o PCA estivera tão próximo do poder como então. Não se pode imaginar uma ilusão mais grosseira do que esta. **Objetivamente**, as circunstâncias para uma vitória do comunismo na Alemanha foram excepcionalmente propícias nos últimos dois anos. Mas, **subjektivamente**, o PCA **nunca esteve tão distante** da possibilidade da vitória. Pois nunca havia se afastado tanto, durante tanto tempo, de uma verdadeira política comunista e nunca sua liderança havia sido tão insignificante, em todos os aspectos.

Em 1923, a vitória do comunismo foi evitada, em primeiro lugar, pelas concessões feitas a tempo pela burguesia e, somente em segundo lugar, por erros do partido e de sua liderança. Mas o Partido Comunista, se não foi capaz de conseguir ele próprio a vitória, **pelo menos conseguiu impedir a vitória do fascismo**. Conseguiu isso graças a sua política no geral acertada até agosto de 1923, e graças à correção decidida e oportuna dos seus próprios erros, configurada no recuo de outubro.

Se agora a linha ultraesquerdista do Partido prosseguir – e a perspectiva de que isto não aconteça é mínima – sendo que o Partido e também a Executiva da Internacional Comunista vêm no sucesso das eleições de 14 de setembro uma confirmação dessa linha, então o caminho estará livre para a vitória do fascismo. E isso quer dizer, para a **verdadeira** derrota – **pesada** e **duradoura** – do movimento operário e do Partido. Então será preciso invocar outra lenda provando que a Executiva esteve sempre com a razão, e será necessário encontrar novos “culpados”.

Nós, porém, achamos que a condição prévia para um partido e uma liderança que saibam vencer, é a de afastar todo o amontoado de lendas e começar a **aprender**. Enquanto essa

¹⁸ Parlamento alemão [NT].

verdadeira aprendizagem tirada da própria história não começar, o Partido e com ele a classe operária só andarão em círculos em lugar de andar para frente e, como consequência, terão sempre derrotas mais e mais severas. A classe operária perdoou as doenças infantis do Partido em seu começo. Mas não o perdoará se ficar preso à sua infância e aos seus males. E, ainda que o Partido não queira aprender, em compensação o adversário de classe aprenderá.

A liderança do KPD¹⁹ invoca hoje o ano de 1923, para confirmar seus deslizes grosseiros e perigosos na questão nacional. Faz isso sem razão. Em 1923, o Partido soube muito bem – apesar de alguns erros e exageros nessa questão – combater e destruir a ideologia nacionalista. Hoje vemos um fenômeno oposto: a distorção e a corrupção da ideologia comunista pela nacionalista. Vemos, finalmente, que, após dez anos, as doenças infantis na questão dos sindicatos, compreensíveis dez anos atrás, e que foram superadas, hoje são alçadas a doutrina oficial do Partido, da Internacional Comunista e da Internacional Sindical Vermelha.

Num artigo sobre a batalha de **Iena**, Mehring cita Engels:

*"Um grande exército – assim como qualquer grande organização social – fica melhor quando, depois de uma grande derrota, se arrepende e se penitencia pelos pecados cometidos".*²⁰

O contrário também pode ser dito: a teimosa repetição e a louvação dos pecados cometidos, apesar dos crescentes fracassos e derrotas parciais, a cegueira em teimar com isso, só leva a Iena.

Quem observa hoje com imparcialidade a situação do Partido que tem a tarefa de liderar a classe operária para a revolução proletária, não terá dúvida de que ele **não** se parece com o exército alemão **depois** de Iena.

As considerações seguintes são transcrições de uma das palestras sobre o outubro de 1923, que fiz repetidamente nos últimos dois anos.

Numa palestra, naturalmente, só podia oferecer um esboço. Espero ter logo a oportunidade de apresentar uma exposição detalhada.

Berlim, 15 de fevereiro de 1931.

A. Thalheimer

¹⁹ Partido Comunista Alemão. [NT]

²⁰ Franz Mehring, „Ges. Schriften: Zur preussischen Geschichte. Vom Mittelalter bis Jena,“ Pág. 373.

I - A LENDA DE 1923

1. Por que as questões de 1923 precisam ser esclarecidas?

Por que ainda é preciso esclarecer a tática e a estratégia do partido daquela época? Primeiramente, não é para justificar e defender a liderança partidária de então. Esse não é um assunto muito importante. Não vale a pena se engajar numa longa discussão em torno disso. Não é uma questão de especial significado apurar a qualidade da liderança de Brandler, Thalheimer (e de outros!), que participaram da direção do Partido de então. O objetivo principal da discussão só pode ser extrair dos verdadeiros erros cometidos pelo Partido em 1923, as verdadeiras lições para a revolução proletária. Repete-se muitas vezes que nós, a direção do Partido de então, não queremos admitir que em 1923 foram cometidos sérios erros. Este, absolutamente, não é o caso. Tal opinião só pôde se formar porque uma série de avaliações, algumas detalhadas, que fizemos para o CC²¹ do Partido nos anos de 1923 a 1926 e até mais tarde, **nem mesmo chegaram ao conhecimento dos membros do Partido**, de modo que eles não possuem informações a respeito e devem acreditar que não admitimos erro algum. Assim não é. Entretanto, trata-se de constatar **de que espécie foram os erros e quais ensinamentos poderemos tirar deles para o futuro**. Esta é a importância da questão. Os acontecimentos de 1923 têm **importância geral** na medida em que as questões da tática e da estratégia de então não são problemas apenas daquele momento: **questões gerais de tática e estratégia da revolução proletária estão incluídas neles**. Segue-se daí que não se chegará a esclarecer as questões do movimento comunista na Alemanha antes de se ter esclarecido totalmente tais questões, que não dizem respeito somente ao passado. Que a discussão levada até agora não tenha sido esclarecida, nem formal nem factualmente, ilustra melhor o fato de que, posteriormente, na Alemanha, as lições que foram tiradas dos acontecimentos daquele ano foram, de fato, as conclusões de Ruth Fischer e Maslow – representantes da linha ultraesquerdista que quase conduziu o Partido à ruína.

A primeira **Carta Aberta**, endereçada ao Partido pela Executiva da Internacional Comunista em 1925, constatou os fracassos da linha ultraesquerdista de Ruth Fisher e Maslow, mas evitou esclarecer e liquidar a lenda que tinha sido inventada sobre 1923. Declarava-se naquela oportunidade que não era a esquerda que havia falido, mas apenas alguns de seus líderes. E assim foi possível neutralizar alguns dos piores aspectos da linha e liquidar alguns dos piores aspectos da prática. Mas, depois disso, ocorreu uma nova recaída, mais exagerada, na linha ultraesquerdista. Esta segunda recaída, na qual nos encontramos ainda hoje, é a prova experimental de que não se pode encontrar um caminho seguro, claro e firme para o Partido, sem um esclarecimento a fundo dos acontecimentos de 1923, quer dizer, **das questões do caminho da revolução proletária na Alemanha**. A história não se deixa enganar. Não é possível evitar um ajuste de contas definitivo e claro, com a ajuda de pequenos truques e lendas. A conta tem que ser liquidada por completo.

²¹ Comitê Central do Partido Comunista Alemão. [NT]

2. Em que consiste a lenda esquerdista do outubro?

Perguntamos agora: em que consistiu a lenda esquerdista do outubro, sobre a qual se desenvolveu a linha ultraesquerdista após 1923? Ela ainda hoje serve para sustentar a linha ultraesquerdista e para dissuadir os membros do Partido de prestar atenção aos nossos argumentos, lembrando sempre o caso de 1923. O conteúdo desta lenda ultraesquerdista pode ser resumido em poucas palavras. O cerne é a afirmação de **que o ano de 1923 na Alemanha se equiparava ao ano de 1917 na Rússia Soviética**, quer dizer, a afirmação de que em 1923, na Alemanha, as condições objetivas para a revolução proletária eram tão maduras como em 1917 na Rússia. Se na Rússia a revolução venceu, então foi graças à liderança do Comitê Central do Partido, com Lênin à frente. Se na Alemanha, em 1923, a vitória não foi alcançada, foi porque naquela época não existia um partido parecido nem uma liderança parecida, que a direção teria cometido graves erros, que ela teria “perdido” ou “adormecido” durante a situação revolucionária, ou até que teria cometido traição. Essa é a lenda esquerdista. Além disso, acrescenta-se que em 1923 a direção daquele período teria cometido traição, falhas e asneiras, e com isso frustrado a revolução, que objetivamente estava madura, porque a direção teria uma visão **oportunista**. A tática da direção em 1923 seria a consequência natural e necessária da posição oportunista que havia demonstrado também nos anos anteriores. Como pontos centrais dessa “posição oportunista” destacam-se os seguintes: primeiro, a **tática de frente única**, conforme foi aplicada pelos líderes partidários de então e pelo Partido. Essa tática foi declarada errada e oportunista. Isto, em parte, foi feito diretamente, rejeitando-se simplesmente a tática de frente única; em parte sob a forma da “frente única pela base” – seja lá o que se entenda por isso – que se dizia permitida, enquanto que a “frente única por cima” era proibida, por ser oportunista. Adicionalmente, foi dito que a direção do Partido daquele tempo imaginou que seria possível conquistar o poder numa **coalizão de governo com a socialdemocracia**. A evidência disso seria as coalizões com a socialdemocracia das quais participamos na Saxônia e na Turíngia²². O terceiro crime “oportunista”, de acordo com a “lenda”, foi a noção de que seria possível conquistar os sindicatos por dentro, para as concepções comunistas. A palavra de ordem de **conquistar os sindicatos** foi considerada errada pelos camaradas da esquerda por toda parte onde andaram, na primavera de 1924, após a derrota. Chegou-se a tal ponto que em Moscou, numa conferência em janeiro de 1924, Maslow declarou que a palavra de ordem de conquista dos sindicatos tinha que ser **abandonada** e substituída pela de **“destruição dos sindicatos”**. As consequências práticas, que Maslow e os outros ultraesquerdistas tiraram desta avaliação da linha “oportunista” da direção anterior são as seguintes: primeiro, a lição de que a tática da frente única deveria ser abandonada. Isso apareceu sob o título de “frente única pela base”. Sob a máscara da frente única “pela base” na verdade foi abandonada de fato a frente única. Pois se entendeu que não convinha mais se aproximar de organizações proletárias, de sindicatos ou de organizações de base dos socialdemocratas. De acordo com essa concepção, o esforço deveria ser voltado para ganhar diretamente os socialdemocratas, cristãos e outros trabalhadores para ações comuns com o Partido Comunista, sem a consideração de suas filiações organizatórias. Se isto fosse frente única, seria muito simples. Mas o que há de **especial** nas tarefas do Partido Comunista na Alemanha e numa série de outros países é que existem duas direções no movimento operário e que se trata de solucionar praticamente a questão: como desenvolver ações comuns do operariado apesar de existirem contradições fundamentais? Como unificar os operários nas suas lutas parciais? Numa situação em que existisse somente um movimento político do operariado, como antes da guerra, tal problema de fato não existiria. Esse é um problema específico do pós-guerra, que não se pode simplesmente afastar, ignorando-o.

²² Saxônia e Turíngia são dois estados da Alemanha. [NT]

Além disso, tirou-se a conclusão de que somente as palavras de ordem finais teriam que ser colocadas. Para o período depois de 1924 colocou-se a palavra de ordem geral de "*organização da revolução*", o que também foi entendido de maneira totalmente errônea. Essas conclusões ultraesquerdistas tiradas do ano de 1923 tiveram o mais desastroso efeito no trabalho nos sindicatos. Já mencionei que Maslow em janeiro de 1924, numa conferência em Moscou, propôs a "destruição dos sindicatos". É muito significativo que um homem como Tomsky, que durante muitos anos foi dirigente dos sindicatos russos, **no começo** aceitou tal orientação. Isso mostrou que não tinha a noção exata das condições de luta dos sindicatos do Ocidente. Essa formulação grosseira foi corrigida em seguida, mas nas concepções sobre a questão sindical ainda persistiram resquícios que permitiram, durante bastante tempo, uma linha ultraesquerdista, que visava a fundação de sindicatos novos. Um motivo para isso foi fornecido pela palavra de ordem "*organização dos não organizados*". A consequência foi que a influência do Partido nos sindicatos, que teve o seu auge no ano de 1923, declinou continuamente e quase foi destruída.

Outra consequência que se tirou de 1923 foi a de que a "bolchevização" teria começado somente no ano de 1924, com o aparecimento de Maslow e Ruth Fischer. Tudo o que o Partido teria feito, especialmente nos anos turbulentos da revolução, de 1918 a 1923 e durante a guerra, seria, segundo a lenda esquerdista, mais ou menos oportunismo. Somente agora teria começado a verdadeira "bolchevização". Disso foi tirada outra consequência, a de que seria preciso afastar os velhos militantes do Partido, que o Partido deveria se apoiar principalmente nos grupos mais jovens que não haviam ainda tido a infelicidade de passar pela escola da "Liga Espartaquista". Essa "bolchevização" conduziu a um regime de força dentro do Partido, ao esmagamento de qualquer discussão livre e do controle da direção pelos militantes. Isso foi tido como "bolchevista" até que a carta aberta da Executiva da Internacional Comunista de 1925, pediu a "normalização da vida partidária", designando o regime partidário introduzido por Maslow e Ruth Fischer com a ajuda e tolerância da Executiva, como uma verdadeira caricatura do caráter e das necessidades de um Partido Comunista.

São estes os **efeitos práticos** da lenda esquerdista a respeito dos acontecimentos de 1923, sobre a política da direção do Partido da época e sobre os pecados oportunistas conduzidos por essa política. Vendo-se essas consequências práticas, pode-se concluir que não é sólida a base teórica sobre a qual se assentam.

3. O nascimento da lenda esquerdista do outubro

Como surgiu essa lenda esquerdista? Quero trazer ao debate alguns documentos, alguns fatos que elucidam os métodos na direção da Internacional Comunista. Tais fatos até hoje ou não chegaram ao conhecimento da maioria dos camaradas ou, em parte, foram por eles esquecidos. Por isso precisam ser invocados novamente. Primeiro, quero mencionar o fato de que até dezembro de 1923 – mesmo depois do recuo de outubro de 1923 – Zinoviev, o então líder da Internacional Comunista, declarou repetidas vezes, oralmente e por escrito, que a tática seguida pelo KPD em 1923 estava certa **em princípio**. Esta opinião foi ainda externada expressamente numa série de artigos no *Pravda*, publicados depois de outubro sob o título "Problemas da Revolução Alemã", na língua alemã e distribuídos na Alemanha. Quero aqui citar um trecho, onde Zinoviev diz o seguinte sobre a tática seguida pela direção do partido alemão em 1923:

"Não existe a menor dúvida de que o Partido Comunista empregou a tática da Frente Única em geral com grande êxito. Pelo emprego certo dessa tática o Partido Comunista conquistou a maioria dos operários alemães – um êxito que dificilmente poderia ser imaginado dois ou três anos antes"(pg. 68).

Mediante a tática da Frente Única não foi conseguido, durante o ano de 1923, a conquista da

maioria dos operários alemães para a luta pela conquista do poder. Mas uma coisa é certa: sem os êxitos alcançados pela tática da Frente Única, **a questão da conquista do poder nem poderia ter sido levantada** em 1923. Ninguém poderia ter arriscado isso, se tivéssemos nos sindicatos e nas associações dos metalúrgicos e de outras categorias somente a influência que o Partido tem sob a condução de Ruth Fischer ou hoje em dia. Somente devido aos enormes êxitos alcançados por essa tática é que a questão podia ser realmente colocada. Além disso, quero trazer uma segunda testemunha que afirmou – também depois de outubro – que a tática e a estratégia seguida pelo partido de então era fundamentalmente correta. Essa testemunha é Hermann Remmele. O trecho que cito a seguir foi tirado da intervenção feita por Remmele numa reunião dos camaradas alemães com o Comitê Executivo²³, em 11 de janeiro de 1924:

*"Quero ressaltar que na época do movimento fascista, não somente em Stuttgart, mas também na Alemanha central, no norte, oeste e leste do país, em toda a parte, surgiram manifestações, apesar da proibição. Tivemos então na Alemanha central, na Turíngia, nos dias de julho e agosto, uma situação em que os operários se encarregaram inteiramente do abastecimento, requisitaram caminhões, foram ao interior para buscar víveres diretamente dos camponeses, de modo que ninguém tinha mais dúvida de que grandes acontecimentos estavam por vir. **Sem dúvida a greve de Cuno foi o auge do movimento, mas é minha convicção que foi também o ponto de inflexão do movimento. Com a entrada do Partido Socialdemocrata na grande coalizão, os operários socialdemocratas encheram-se outra vez de ilusões**".*

*"Em meados de agosto aconteceu, de certa maneira, uma diminuição da maré revolucionária, pela participação dos socialdemocratas no governo. Quando nós discutíamos com os socialdemocratas, ficava claro que eles depositavam novas esperanças na entrada de Hilferding no governo. Socialdemocratas que estavam ao nosso lado espontaneamente em todas as lutas, que tinham participado da greve de Cuno, **todas essas massas estavam cheias de novas ilusões (...)**"*

*"A resolução de que os nossos camaradas da Saxônia deviam entrar no governo, foi tomada, contudo, à base de relatos e descrições infundadas. Essa resolução foi tomada com base na opinião de que o armamento e a mobilização do Partido e das massas havia chegado a tal ponto que se podia arriscar tal coisa. Presumia-se que a desagregação do adversário estava muito mais adiantada do que estava na realidade (...) Estava certo que, no estado em que nos encontrávamos, poderíamos nos preparar para uma luta decisiva e fixar os termos da batalha final? Respondemos pela negativa. Considerando a estrutura especial da Alemanha e a correlação de forças específica das classes da Alemanha, constatamos que ainda **não nos encontrávamos numa situação de poder determinar a hora da luta decisiva**. Dizíamos: antes de chegarem essas lutas decisivas, teremos que passar por um período de violentas lutas armadas parciais (...)"*

Este trecho encontra-se na brochura "Os Ensinamentos dos Acontecimentos Alemães", pg. 40/44. Isso foi dito por Hermann Remmele em janeiro de 1924, face às experiências imediatas de 1923.

Uma mudança na apreciação total da tática do Partido Alemão pela Executiva²⁴ só se deu em **dezembro** de 1923 – como se pode comprovar por documentos. Só mais tarde tivemos a possibilidade de constatar a data exata e as causas dessa mudança. Como ela se deu? Como foi possível que Zinoviev e a Executiva, que até então, em princípio, tinham aprovado as táticas, fizessem uma reviravolta de 180°? A situação era a seguinte: em 13 de dezembro, se não estou enganado, o camarada Radek fez um discurso numa grande reunião do partido em Moscou, onde interveio no recém-iniciado debate sobre Trotsky, declarando: se a maioria do Comitê

²³ Comitê Executivo da Internacional Comunista. [NT]

²⁴ Comitê Executivo da Internacional Comunista. [NT]

Central russo se colocar contra Trotsky, então, não somente ele, **mas também a direção dos partidos alemão e francês, quer dizer, dos principais partidos do Ocidente, se colocaram contra a maioria do Comitê Central do partido russo.** Isso foi em 13 de dezembro. Alguns dias mais tarde, Zinoviev mandou uma carta para a então direção do partido alemão, onde ele mudou completamente a linha, fazendo um ataque violentíssimo contra o partido alemão, começando a campanha difamatória contra a direção da época. A verdadeira causa da virada foi um **pânico** que se estabeleceu entre os dirigentes do partido russo, causado especialmente por Zinoviev, que acreditaram literalmente na afirmação de Radek, segundo a qual a direção do partido alemão se alinharia com Trotsky contra a maioria da direção do partido russo. Essa foi a causa da virada. Essa história não teve nada a ver com qualquer acontecimento na Alemanha ou na França, ou mesmo no Comintern²⁵. Foi simplesmente a **consequência de uma manobra na luta de facções internas da Rússia.** Soubemos desse discurso de Radek somente muito mais tarde. A campanha, o fogo cerrado, estava em pleno andamento, Maslow e companhia estavam soltos há muito tempo, quando soubemos em Moscou – no período do V Congresso – da verdadeira causa da virada. O fato singular é que essa afirmação de Radek era pura invenção. Ninguém o havia autorizado a dizer que nós lutaríamos ao lado de Trotsky caso ele fosse atacado. Quando tivemos notícias das divergências com Trotsky, dissemos: antes de julgar, precisamos primeiro conhecer os fatos que fundamentam a disputa. Logo que se soube alguma coisa a respeito, escrevi um artigo na *"Internationale"*²⁶ que se colocava **contra as concepções de Trotsky.** Assim, não foi a nossa verdadeira posição na luta de frações interna da Rússia que provocou a virada, mas tão somente a ficção sobre essa posição.

4. O auge da lenda do outubro

Foi a carta desleal de Zinoviev, acima mencionada, que iniciou a virada, após o discurso de Radek. Além disso, foi marcante o fato de que, nos debates em Moscou, foi colocada por Clara Zetkin e Wilhelm Pieck a questão do esclarecimento oficial da Executiva a respeito **do recuo em outubro de 1923**, se isso teria sido certo ou não. Anteriormente, o Presidium sempre havia declarado que fora certo. Agora, Zinoviev começou a se esquivar. Ele se recusou, apesar de repetidas interpelações, de se comprometer por escrito a respeito. Naturalmente, a consequência é que ficou livre o caminho para a lenda ultraesquerdista. Agora, Maslow podia sustentar, sem entrar em contradição com as resoluções oficiais, que o recuo fora errado, que fora traição, que levou a revolução à ruína. Aliás, essa conclusão foi tirada de maneira a mais grosseira e absurda por Maslow e Ruth Fischer. Em uma resolução de 6 de março de 1924, proposta na presença de Ruth Fischer na Conferência Distrital do Partido na Renânia-Vestfália, diz-se sobre esse ponto:

"A Conferência declara que em outubro do ano passado a luta revolucionária decisiva era historicamente necessária. Não era admissível se esquivar da luta nem a substituição da luta final pelos assim chamados combates de retirada, ações parciais ou semelhantes".

Lendo tais coisas com sangue frio, é de se admirar como a maioria do Partido, como uma Executiva, pôde aceitar esses absurdos completos. Diz-se aí: a luta, a luta decisiva, não estava absolutamente preparada e, apesar disso, o confronto decisivo tinha que ter sido procurado em outubro. Tal afirmação é realmente contraditória, mas foi engolida sem dificuldade. Esse foi o auge da lenda do outubro na Alemanha. Na **Rússia**, o auge se deu em uma série de discursos de Trotsky. Um desses discursos, por exemplo, ele fez em **Tíflis**²⁷. A intenção dele não era a de

²⁵ Internacional Comunista. [NT]

²⁶ Publicação da Internacional Comunista. [NT]

²⁷ Cidade da Geórgia Soviética.

atingir a maioria da direção do partido alemão de então, mas ele quis provar o seguinte: em 1923, a revolução na Alemanha não foi vitoriosa porque Lênin não estava na cúpula da Internacional Comunista, mas sim o oportunista Zinoviev. Ele quis, assim, atingir Zinoviev, então o seu adversário mais violento, que estava conduzindo a luta principal contra ele, juntamente com Kamenev e Stálin. Nessa luta, Trotsky publicou mais tarde uma brochura, "**As Lições de Outubro**", explicando detalhadamente suas opiniões, primeiro sobre o outubro em 1917 na Rússia e depois também sobre o outubro de 1923 na Alemanha. E aqui se pode encontrar a lenda do outubro na sua forma mais rude e, se quiser, clássica. As frases que importam são as seguintes:

*"Ponto 2, Alemanha. Ainda mais interessante é a questão da derrota do proletariado alemão em outubro do ano passado. Lá se viu na segunda metade do ano passado uma demonstração **clássica** do fato de que uma **situação revolucionária extremamente favorável**, de importância histórica mundial, pôde ser perdida".*

Essa, portanto, era a lição: uma situação revolucionária extremamente favorável que foi perdida pela liderança e, de fato, para Trotsky, isto se referia em primeiro lugar à liderança do Comintern.

5. O começo da revisão da lenda do outubro

Mas, nesse ponto, começa então uma virada na opinião e nas afirmações das instâncias oficiais, tanto na Rússia como na Alemanha. Porque agora se tratava de provar, contra Trotsky, que tanto a sua interpretação a respeito do outubro de 1917 na Rússia, como sobre o outubro de 1923 na Alemanha, tal como apresentadas por ele, estavam erradas. Só então é que começaram a se interessar pela questão de quais eram as **condições objetivas na Alemanha de 1923**; se realmente era certa a afirmação espalhada por Maslow, tolerada por Zinoviev e aguçada por Trotsky, de que, em 1923, objetivamente, a Alemanha tinha todas as condições para uma revolução, da mesma maneira como tivera a Rússia em outubro de 1917. E, assim, começou, agora do lado oficial, a revisão dessa interpretação, a revisão da lenda esquerdista do outubro. Quero mencionar agora alguns trechos muito característicos, embora não sejam todos. Primeiro, quero citar algumas considerações do camarada Bukhárin, tiradas de um artigo publicado no *feuilleton* do *Pravda* sobre "As Lições de Outubro":

*"De acordo com a concepção do camarada Trotsky, o erro consistiu que fora perdida uma oportunidade "clássica". Era necessário empreender a luta decisiva a qualquer preço e a vitória teria sido nossa. Aqui, o camarada Trotsky faz uma **análise completa, comparando com o outubro na Rússia**. Aqui como lá estava prescrito. Lá decidiu-se pela ação – por pressão de Lênin – e venceram. Sem a pressão de Lênin – não houve decisão e perdeu-se o momento apropriado. Agora, porém, sob a influência da revolução russa de outubro, declara-se que as forças não eram suficientes para uma luta decisiva. Esse, de acordo com o camarada Trotsky, é o esquema dos acontecimentos alemães".*

"Mas também aqui, na avaliação de 1924, tínhamos um reino de esquematização e da mais triste e cinzenta abstração. O camarada Trotsky descreve como teria sido escrita a história, se no CC russo os opositores da insurreição tivessem sido a maioria. Falar-se-ia então que as forças eram poucas, que o inimigo era terrível, etc".

*"Tudo isso convence apenas superficialmente; sim, provavelmente a história teria sido escrita dessa maneira, mas isso não prova de maneira nenhuma **que as forças da revolução alemã em outubro de 1923 foram mal avaliadas. É especialmente errado afirmar que o momento era "clássico". Pois a socialdemocracia mostrou-se muito mais forte do que nós pensávamos**. Uma analogia com o outubro russo é pouco adequada. Na Alemanha não havia soldados armados a favor da revolução. Não*

podíamos lançar como reivindicação a palavra de ordem "**paz**". Não existia um movimento camponês. Não existia um partido como o nosso. Mas, abstraindo-se tudo o mais, mostrou-se que a socialdemocracia ainda não estava superada, que esses fatos concretos tinham então que ser refutados. **No período dos acontecimentos decisivos, o Comitê Executivo da IC se declarou a favor da linha de outubro.** (Grifado por Bukhárin.) Agora que esta, por força das circunstâncias objetivas, sofreu um revés e que, por causa da direção direitista, o insucesso "foi maior do que o necessário", o camarada Trotsky, que apoia precisamente a ala direita oportunista tendente à capitulação, e que combateu repetidamente a esquerda, dá à sua concepção uma base teórica "profunda", desferindo golpes nos círculos dirigentes da IC."

"Porém, é totalmente inadmissível manter alguns dos erros que o camarada Trotsky mantém ainda hoje. Entre as lições (as lições de fato) do outubro alemão está aquela de que, antes da ação, é necessária uma grande mobilização das massas. Essa tarefa, porém, ficou muito para trás. Em Hamburgo, por exemplo, durante a insurreição, não existiam Conselhos e nossa organização partidária não era capaz de engajar as dezenas de milhares de grevistas na luta. Em toda a Alemanha, faziam falta os Sovietes. Na concepção do camarada Trotsky estava certo que os Sovietes fossem "substituídos" pelos Conselhos de Empresas. Na realidade, esses Conselhos não eram um substituto, pois não congregavam a massa toda, incluindo a mais atrasada e a mais indiferente, como fizeram os Sovietes em momentos críticos e tensos da luta de classes."

Assim escreveu Bukhárin contra Trotsky em 1925; e, bem entendido, era o Bukhárin que naquele tempo conduzia a luta contra Trotsky, junto com a maioria do Politburo, com a maioria do CC do partido russo. Aqui também interveio Kuusinen, o atual secretário do Comintern. Adiante, interveio Krupskaya, a esposa do camarada Lênin, e, finalmente, também Stálin participou no debate sobre a revisão da lenda esquerdista do outubro. Kuusinen, num artigo contra Trotsky, disse:

"Precisa-se acrescentar que momentos como a existência ou a não existência de um exército de milhões ao lado da revolução foram negligenciados não somente por Trotsky, como também por Maslow e outros camaradas".

Krupskaya disse contra Trotsky:

"O camarada Trotsky quer que se estude o outubro. Contudo, ele quer estudar o papel dos indivíduos e das correntes do Comitê Central. Mas não é isso que se deve estudar **e sim a situação internacional nos dias de outubro, assim como a relação de forças entre as classes de então.** Essa questão Trotsky não reparou. Por isso ele subestima o papel dos camponeses. Também precisa ser estudada a situação do partido em outubro. Trotsky escreveu muito sobre o partido, **porém substitui o partido pelos seus dirigentes.** A direção do partido, organizatoriamente separada do partido, não haveria conseguido vencer".

"O camarada Trotsky não entende o papel do partido no seu todo e tampouco o papel da unidade do partido. Para ele o partido tem o mesmo significado que a sua direção. Também agora o camarada Trotsky é de opinião que a bolchevização consiste na seleção dos dirigentes adequados. Tal ponto de vista puramente administrativo é errado. **Mais correta é a avaliação do papel e do significado das massas, como os bolcheviques fizeram em outubro.** Trotsky esquece esse lado da questão".

"**Na avaliação dos acontecimentos alemães o camarada Trotsky negligenciou a passividade das massas**".

A camarada Krupskaya ressalta também as circunstâncias objetivas, a situação da correlação de forças entre as classes em outubro de 1923 e diz que o decisivo é investigar e esclarecer essa correlação de forças e não os fatores subjetivos, sobre os quais Trotsky se baseia. Por fim, quero citar ainda uma declaração de Stálin, não imediatamente ligada ao assunto, mas

relacionada estreitamente a ele, numa manifestação ao camarada Wilhelm Hertzog, que o interrogou sobre as condições de vitória da revolução proletária na Alemanha. O que Stálin disse na época deixa clara a maneira como a questão sobre 1923 deve ser corretamente colocada, bem como sobre quais são, em princípio, as condições para a vitória da revolução proletária num país como a Alemanha. Disse Stálin:

*"Essa circunstância não é a única condição favorável da revolução alemã. Para a vitória dessa revolução, além disso, é absolutamente necessário que o Partido Comunista represente a maioria da classe operária, que o Partido Comunista se torne a força decisiva da classe operária. É absolutamente necessário que a socialdemocracia seja destruída e desmascarada, **que seja rebaixada a uma minoria insignificante da classe operária. Sem isso a ditadura do proletariado é impensável.** Para que os operários possam vencer, eles precisam estar animados por **uma vontade**, as massas operárias têm que ser conduzidas por um partido **que possua a confiança irrestrita da classe operária. Quando existem dois partidos em concorrência no seio da classe operária, e de mesma força**, então uma vitória duradoura e firme, até em condições propícias, é impossível. **Lênin insistiu nesta pré-condição essencial para a vitória do proletariado, especialmente no período anterior à revolução de outubro**".*

O que Stálin diz aqui significa que uma vitória duradoura e firme do Partido Comunista e da revolução proletária somente é possível quando o Partido Socialdemocrata já estiver reduzido a uma minoria insignificante, quando a grande massa dos operários já seguir **unitariamente** a liderança comunista. Quando se coloca essa questão em relação ao ano de 1923, mesmo superficialmente, indagando-se se a influência do Partido Socialdemocrata já estava reduzida em 1923 a um fator insignificante, isso deve ser negado peremptoriamente. Esse absolutamente não era o caso.

Com isso, a revisão da lenda esquerdista do outubro era **iniciada**. Porém, não foi levada até o fim e, por isso, temos que tratar da questão que foi colocada corretamente pela camarada Krupskaya: a questão das forças objetivas de classe, a questão das correlações de forças diretas entre o KPD e o SPD²⁸, a questão dos verdadeiros fatores de poder.

II. A correlação de forças das classes em 1917 na Rússia, comparadas com as da Alemanha em 1923

Primeiro, vamos verificar a questão em grandes linhas: pode-se comparar a situação objetiva de 1923 na Alemanha com a situação objetiva de 1917, na Rússia, no sentido de que, objetivamente, a situação estivesse igualmente preparada para a revolução? Confrontando os fatores principais, os fatores impulsionadores da revolução de outubro de 1917 na Rússia, com os fatos existentes em 1923 na Alemanha, encontraremos **diferenças fundamentais**. Quais foram os fatores principais que favoreceram a revolução de outubro em 1917 na Rússia?

Primeiro, **a questão da guerra**. A grande massa dos trabalhadores e camponeses queria a paz, o fim da guerra imperialista. Na Rússia não existia nenhum partido, além do Partido Bolchevique, que estivesse preparado para forçar a paz, terminar a guerra imperialista, romper o pacto com a Entente. Logo ficou claro que os bolcheviques eram os únicos a favor da paz. Isto representou um enorme impulso para eles. A massa de milhões de operários e camponeses se posicionou a favor da exigência da paz, ao lado dos bolcheviques, quando se evidenciou que, fora eles, nenhuma outra força estava disposta a lutar por ela.

Em segundo lugar, **a questão da terra**. Os camponeses queriam a terra dos grandes proprietários. Havia os social-revolucionários, que durante anos tinham prometido a terra aos camponeses. Mas, quando os camponeses não esperaram pela Constituinte e começaram a

²⁸ Partido Socialdemocrata Alemão. [NT]

expulsar os grandes proprietários, a tomar posse de suas terras, a lavrar a terra, então todos se viraram contra os camponeses. Kerensky despachou expedições militares com o objetivo de ajudar a recuperar as terras. Somente os bolcheviques adotaram o ponto de vista dos camponeses, dizendo que era correto ocupar imediatamente as terras e apoiar os camponeses. Os camponeses, isto é, a imensa maioria do povo russo, viu seus interesses defendidos pelos bolcheviques.

Em seguida, **os operários**. Em 1917, a Rússia encontrava-se numa situação em que o abastecimento de víveres das cidades era falho. Empresas foram fechadas para quebrar o poder dos Sovietes Operários. Dessa situação – não por considerações teóricas, mas por essa situação de indigência – cresceu no operariado russo a ideia: nós mesmos vamos recolocar as fábricas em operação e abastecê-las com matéria-prima. Desenvolveu-se a ideia do “controle operário da produção”. Essa luta teve como consequência lógica a exigência de retirar as empresas das mãos dos empresários. Mas também essa ideia, a da expropriação das empresas capitalistas, só era defendida pelos bolcheviques.

Outra força motriz da revolução de outubro foi a **questão nacional**. Também aqui somente os bolcheviques defendiam o pensamento da completa autonomia nacional, admitindo inclusive a separação em relação aos grãos-russos. Todos os outros partidos que anteriormente tinham defendido o pensamento da libertação nacional, se opuseram no momento da sua realização, por exemplo, quando os finlandeses quiseram se separar. Somente os bolcheviques mostraram-se consequentes nessa questão. Também não é sem importância o fato de que, em 1917, na Rússia, havia um Exército com serviço militar obrigatório, um Exército cuja maioria esmagadora era composta por camponeses e operários, um Exército que desejava a terra dos grandes proprietários, que queria a paz, cujas partes mais decisivas se colocaram ao lado dos bolcheviques. Assim, a questão do poder, a questão das forças militares decisivas da revolução proletária foi fácil de resolver, pois as forças militares decisivas em Petersburgo, Moscou e outros centros, se colocaram ao lado dos bolcheviques. O problema de 1923, como se nos apresentou naquele tempo e como se apresenta hoje novamente – o problema do armamento dos operários – absolutamente não existiu dessa forma na Rússia de 1917. Os regimentos-chave que se encontravam em Petersburgo aderiram aos bolcheviques. A luta armada em Leningrado foi muito leve. Em Moscou foi mais dura. Afinal, o fato de que as forças militares decisivas, a grande maioria da população armada, estavam ao lado dos bolcheviques, possibilitou uma vitória muito fácil da Revolução de Outubro. Lênin não se cansou de insistir no fato de como foi fácil a vitória de outubro na Rússia. Repetidamente ele pôs em relevo como a revolução conquistou triunfalmente o país, como varreu tudo em poucas semanas e meses, porque a grande maioria do povo os apoiou. Isso se evidenciou especialmente quando as potências estrangeiras apareceram apoiando e organizando as forças contrarrevolucionárias na Rússia.

O quadro das forças motrizes da revolução na Alemanha de 1923, quando visto em detalhes, é totalmente diferente. A primeira questão, a questão da guerra: em 1917, na Rússia, os bolcheviques podiam se apresentar como partido da paz, como o partido que queria trazer a paz às massas. Porém, como era a situação na Alemanha em 1923? De fato, não havia uma guerra verdadeiramente sangrenta como em 1917. A guerra do Ruhr era apenas uma guerra de palavras. A Inglaterra e a França estavam armadas, mas a Alemanha se restringia à resistência passiva. Mas essa guerra pesava sobre a população, cansava-a, e teria um papel significativo no desenvolvimento das forças quem conseguisse acabar com ela. Não fomos nós, mas a burguesia, quem a suspendeu, conseguindo um entendimento com os capitalistas franceses, ao perceber o perigo da luta. Além disso, a questão da situação internacional em 1917 e em 1923. Em 1917, na Rússia, a situação era tal que as forças da revolução podiam se desenvolver sem serem impedidas por quaisquer forças externas. As potências centrais viam na revolução bolchevique uma ajuda para seus fins. A Entente não tinha possibilidade de intervir. Na Alemanha de 1923 a situação internacional era totalmente diferente. Nessa época, eram

sobretudo a **Inglaterra** e a **América** que tinham um interesse direto e indireto de ajudar a burguesia alemã contra uma revolução que se aproximava. A Inglaterra tinha o interesse de opor à França uma Alemanha burguesa forte. A América tinha o interesse de apoiar e não perder o capital que já tinha aplicado na Alemanha. A América tinha a recear, sobretudo, o fato de que uma revolução proletária vitoriosa na Alemanha, no outono de 1923, significaria um sério perigo para toda a sociedade burguesa da Europa. Assim, a Inglaterra e a América intervieram em favor da burguesia na Alemanha e contra a revolução proletária. Enumerarei em seguida os fatos que podem ser aqui considerados. A força motriz econômica mais importante da revolução, o fator principal da crise em 1923, foi a **inflação**, a desvalorização do dinheiro. Isso causou situações que produziram irritação crescente na população. Esse fator econômico, porém, foi liquidado na Alemanha pela própria burguesia. Ela executou a estabilização da moeda. Nesse ponto, ela fez tantas concessões que debilitou as forças da revolução, produzindo dentro da classe operária uma cisão entre as forças que estavam dispostas a lutar pela tomada do poder e as forças que estavam inclinadas a renunciar à luta pelo poder em troca de determinadas pequenas concessões para aliviar a situação momentânea. Por tais concessões, na questão da inflação e na questão da luta do Ruhr, a classe operária na Alemanha se dividiu e o Partido Comunista não conseguiu levar a maioria para o seu lado, como os bolcheviques haviam conseguido em 1917 na Rússia. Além disso, a questão das forças armadas. Também aqui era muito diferente a situação na Alemanha em 1923 em relação à situação na Rússia em 1917. Na Alemanha não tínhamos serviço militar obrigatório, mas o *Reichswehr*²⁹, que era muito diferente não somente em tamanho, mas, sobretudo na sua composição de classe. Em 1917, na Rússia, a massa principal do Exército era composta de filhos de camponeses. O *Reichswehr*, porém, era formado por elementos socialmente atrasados, no que diz respeito aos praças, e por reacionários e contrarrevolucionários de confiança na oficialidade. Indiscutivelmente, a composição do *Reichswehr* não espelhava a verdadeira composição de classes do país inteiro. O *Reichswehr* era um exército de classe selecionado no sentido reacionário. Como se comportou o *Reichswehr* em 1923? Ele ficou e permaneceu firme nas mãos da sua direção. É verdade que tivemos uma série de informações dizendo que havia numerosos sintomas de decomposição no *Reichswehr* e, por isso, ainda hoje certos camaradas esperam algo do *Reichswehr*. Todavia, soubemos mais tarde que tais informações foram sistematicamente veiculadas pela direção do *Reichswehr* para nos iludir. Naturalmente, em 1923, as massas camponesas não desempenharam, numericamente, o mesmo papel que tiveram na Rússia em 1917 e que, ainda hoje, têm. Isso teve estreita relação com a inflação e seus efeitos sobre grande parte do campesinato. A inflação possibilitou que, em sua maioria, os camponeses ficassem em situação melhor do que antes. Eles tinham aproveitado a situação para se livrar de suas dívidas hipotecárias que, pela inflação, diminuíram a níveis ridículos. Um segundo fator que favoreceu os camponeses durante a inflação foi a baixa dos preços industriais em proporção muito maior que a dos produtos agrários. Era a defasagem de preços beneficiando os camponeses. Indiscutivelmente, a massa dos camponeses na Alemanha não possuía disposição revolucionária, em consequência da inflação de 1923. Ela ficou irritada em julho e agosto, quando a inflação adquiriu proporções tão grandes, que o abastecimento de víveres para a cidade falhou, mas ficou satisfeita outra vez, quando a estabilização foi introduzida.

Assim, pondo em relevo, ponto por ponto, os momentos decisivos que conduziram à revolução de 1917 na Rússia, em comparação com 1923 na Alemanha, pode-se observar que, em essência, as situações nos dois anos eram fundamentalmente diferentes, que todos os fatores decisivos que conduziram à conquista da maioria da população em 1917 na Rússia, não estavam disponíveis na Alemanha.

²⁹ Exército alemão. [NT]

III – A VERDADEIRA HISTÓRIA DE 1923

1. O efeito da ocupação do Ruhr

Depois desse panorama geral sobre as forças motrizes da revolução de 1917 na Rússia e em 1923 na Alemanha, passarei a uma descrição resumida dos acontecimentos principais do ano de 1923. Isto se faz ainda mais necessário porque no Partido, durante toda a discussão, ninguém fez esforço para esclarecer de alguma maneira a situação econômica em 1923, a sequência objetiva dos acontecimentos, e também porque, nos anos seguintes, ninguém se referiu a isso. Primeiro, a pergunta: quais foram os efeitos da ocupação do Ruhr e da inflação até agosto? É necessário se constatar antes de tudo, que ambas atuaram de forma muito diferente na região ocupada e na não ocupada. A Alemanha estava de fato dividida em duas partes com situações políticas e econômicas opostas. **Na parte ocupada:** A indústria pesada estava totalmente parada em consequência da resistência passiva. Porém, essa era uma situação totalmente excepcional. Os operários faziam greve, mas com o consentimento dos industriais alemães. Por causa das greves nas minas, nas siderurgias, etc., eles foram festejados como patriotas. Não só isso, eles eram pagos pelo período de greve. Essa não é, naturalmente, uma situação que desencadeasse qualquer força motriz revolucionária: fazer greve, mas ao mesmo tempo ser pago pela greve pela burguesia e ainda passar por patriota!

A situação no resto da Alemanha era tal que a inflação crescente continuava a exercer pressão cada vez maior sobre os salários. O salário real caiu, mas, de outro lado, os dados daquela época mostram que, até agosto de 1923, o desemprego ficou abaixo da média dos anos normais de antes da guerra. A Alemanha não ocupada estava empenhada numa produção acelerada, estimulada pelos lucros de exportação obtidos com a inflação. Essa produção acelerada era possível, sobretudo, pela importação em massa para a Alemanha do carvão inglês, em substituição à produção do Ruhr. A Alemanha praticou *dumping* nas exportações. Não quero entrar em detalhes, mas pode-se constatar que, para uma série de mercadorias, a exportação em 1923 foi maior do que em 1922. Nesse período deu-se uma enorme acumulação de capital. Os salários foram reduzidos abaixo de seu valor. A redução dos salários reais para frações de salários "normais" aumentou diariamente a pauperização e a miséria da classe operária.

Quanto aos camponeses, eles fizeram no período até julho/agosto um ótimo negócio com a inflação, liquidaram suas dívidas, adquiriram equipamentos, móveis, etc. Os impostos desapareceram quase que completamente com a inflação. Fora a própria classe operária, somente a pequena-burguesia urbana esteve sob forte pressão, pois sofreu perdas enormes com a inflação naquela época. Esses são os mais importantes efeitos objetivos.

2. As ações do Partido até a greve de Cuno

O que fez o Partido? Nessa situação emitiu uma série de palavras de ordem parciais, de reivindicações parciais, entre as quais menciono a palavra de ordem de transferir o peso da luta do Ruhr para a burguesia, do confisco de ativos, do controle da produção, da formação de conselhos de controle dos preços das mercadorias, que realmente foram constituídos; a palavra de ordem das "centúrias operárias" e, resumindo tudo, a palavra de ordem do Governo Operário, o qual, apoiado em seus órgãos de classe próprios, deveria executar as reivindicações dos operários. Para a parte não ocupada, o Partido publicou uma plataforma de dez pontos incluindo a divisão do carvão do Ruhr, o turno de seis horas, o adicional de carestia, bem como

um empréstimo forçado infligido à burguesia. De todas essas palavras de ordem, apenas a das centúrias de defesa pegou de verdade no Ruhr. Ela teve tanto sucesso que as centúrias cresceram em grande velocidade. O Partido visava a luta pelo poder. E se preparava **corretamente** por intermédio de palavras de ordem parciais, palavras de ordem de transição e lutas parciais. Contudo, abdicou de aventuras, como teria sido a ocupação das empresas na região do Ruhr, sujeitas às baionetas francesas, ação sugerida pelos esquerdistas.

Assim as coisas se desenvolveram até a greve de Cuno. Esse foi **o ponto alto do movimento de massas no ano de 1923**. O Partido naquele tempo teve a ilusão de que a greve de Cuno teria sido iniciada e conduzida por ele. Verificando os fatos, vê-se que a causa principal da greve de Cuno foi a interrupção do abastecimento de víveres produzida pela inflação acelerada.

Quão pouco o operariado estava disposto à luta imediata pelo poder na greve de Cuno é demonstrado pela circunstância de que algumas medidas relativamente pouco expressivas foram suficientes para terminar a greve e parar o movimento. A consequência da greve de Cuno foi a formação da Grande Coalizão, a entrada do SPD no governo. E, como Remmele afirmou acertadamente em janeiro de 1924, essa entrada do SPD no governo despertou novas ilusões no operariado. Essas ilusões foram alimentadas por uma série de medidas que serviram para remediar as dificuldades imediatas do operariado. Primeiro, arranjaram-se víveres, cuidou-se do abastecimento de gorduras. Uma medida principal tomada foi a introdução dos **"salários-ouro"**.

3. O especulativo plano de ação do Comintern

Vou me ocupar agora do Comintern e da apreciação de sua intervenção. Censurou-se a direção do partido alemão de então por não ter considerado, nem de longe, a possibilidade de que a ocupação do Ruhr poderia ter efeitos revolucionários. Ela não teria pensado de antemão na conquista do poder, não teria levantado a "questão do poder", como disse Ruth Fischer. Naturalmente enxergamos muito bem, já em janeiro, a possibilidade de um desenvolvimento revolucionário vindo da ocupação do Ruhr, mas também outra possibilidade, isto é, a de um compromisso entre os capitalistas alemães e os franceses, o que, aliás, se deu em seguida. Isso também foi expresso, sobretudo por Radek, no *"Rote Fahne"*³⁰. Hoje, olhando para trás, é muito interessante constatar que a posição da Executiva absolutamente não corresponde àquilo que os representantes da linha-lenda julgavam correto. A Executiva não visualizou a luta revolucionária pelo poder, nem em janeiro nem mesmo em junho. Em **junho**, houve uma **sessão plenária da Executiva**. Nesta ocasião não se disse nenhuma palavra sobre uma iminente luta revolucionária na Alemanha. O centro dessa reunião foi a questão da **tensão russo-inglesa**, relatada oficialmente por Radek, a questão do crescente perigo de guerra entre a Rússia Soviética e a Inglaterra. O presidente do Comintern, Zinoviev, fez uma exposição sobre a **questão da tática da frente única**. Também ele não pensou sequer em considerar a questão da luta pelo poder como iminente. Foi assim que o Comintern avaliou a situação, ainda em junho de 1923. A direção do partido russo e o Comintern só foram despertados pelo **apelo da Central** de 11 de julho para o "Dia Antifascista" e a campanha do KPD para o "Dia Antifascista" de 29 de julho, pelo qual a imprensa burguesa na Alemanha trouxe ao debate a questão da ditadura e a direção do partido alemão levantou a questão do armamento do proletariado. A questão da luta armada do Partido e, além disso, da classe operária, somente então se apresentou à Executiva. Somente isso a pôs em movimento. O que fez então? Convocou uma conferência da qual participaram os camaradas da direção daqui com a Executiva. Quando a conferência foi convocada, a maioria dos camaradas russos estava ausente. Brandler e outros tinham chegado a Moscou já no fim de agosto. Ninguém se apressou para iniciar e conduzir os trabalhos. Eles passaram sete semanas em Moscou, para

³⁰ "Bandeira Vermelha", jornal do KPD. [NT]

traçar um plano de ação para a revolução alemã, enquanto os acontecimentos na Alemanha evoluíam. Após semanas de discussões, esboçou-se um plano de ação para uma revolução calculada de antemão. A característica desse plano de ação é que ele não foi traçado baseado **em fatos já existentes** na Alemanha, mas sim que se traçou um plano **para semanas e meses seguintes**, baseado em uma **especulação** acerca de acontecimentos que iriam se concretizar ou deveriam acontecer na Alemanha no decorrer de quatro/oito semanas. Na Rússia, em 1917, estabeleceu-se um plano para a insurreição depois da existência, em Leningrado, de uma maioria a favor dos bolcheviques, depois de se ter assegurado do apoio das forças armadas, depois de Kerensky ter sido liquidado, quando a situação estava madura. O plano de ação para 1923 não era fundado em tais **fatos**, mas na **especulação de que os acontecimentos na Alemanha, de agosto em diante, iriam tomar o mesmo rumo que de agosto a outubro na Rússia**. Quer dizer: que nesse intervalo o Partido conseguiria atrair a maioria da população, que nesse período eles poderiam armar suficientemente os operários e que o adversário se tornaria impotente e estaria em decomposição. Na Rússia havia-se estabelecido um plano baseado em premissas reais para a insurreição, não com semanas de antecedência, como diz Trotsky, mas **dias** antes. Para a Alemanha, porém, estabeleceu-se um plano com **meses** de antecedência. Esse é o fato decisivo. Transferiu-se o esquema do outubro de 1917 para a Alemanha, sem que os fatos correspondessem – especulativamente!

É necessário mencionar mais alguns aspectos relacionados com isso. A questão da participação no governo da Saxônia não foi um erro de Brandler, mas se originou de uma resolução que foi tomada **apesar da objeção de Brandler**. Brandler opôs-se a ela e declarou que ainda não existiam os pressupostos para isso no operariado. Era preciso criar primeiro as condições para uma participação no governo. Ele pediu um certo prazo para criar essas condições nas fábricas. Então lhe declararam: se você acredita na revolução, você tem que fazer isso. Apelaram para a sua disciplina. Tratava-se, aliás, da questão se os Conselhos de Empresas podiam representar uma base para os órgãos de poder da revolução proletária. Decidiu-se em Moscou que podiam; que podiam tomar o lugar dos Conselhos Operários políticos. Esta decisão também foi errada. Esse foi o plano de ação forjado em deliberações de muitas semanas.

4. A reviravolta causada pela intervenção da burguesia

Por ocasião desse plano, ficou demonstrado que, infelizmente, não fomos somente nós, o partido revolucionário, que fizemos planos de ação, mas também os adversários; e não somente fizeram planos de ação, mas também agiram... Além disso, destaque-se que depois que o nosso plano de ação ficou pronto e os camaradas chegaram para executá-lo, **a situação especulativa em que o mesmo estava baseado havia mudado completamente, convertendo-se no seu contrário**. A burguesia havia tomado a iniciativa. A base na qual estava erigido o plano de ação provou ser uma especulação, um castelo no ar. A burguesia se deu conta de que um **verdadeiro perigo de revolução se aproximava**, se ela não interviesse ativamente, fazendo concessões ao proletariado e estabelecendo compromissos com o capitalismo francês. Ela, porém, não esperou passivamente essa aproximação, mas, no prazo mais curto possível, fez as concessões necessárias. Apressou-se a interromper a resistência passiva, em fazer parar a luta do Ruhr. Stresemann entrou em ação recomendando que era preciso tomar o caminho das negociações diplomáticas. A socialdemocracia, especialmente a sua ala esquerda, apressou a interrupção da resistência passiva. A burguesia, com Stresemann à frente, logo deu fim à luta do Ruhr, após a greve de Cuno. Seguem-se as datas mais importantes:

Em 23 de agosto – Stresemann faz um discurso, oferecendo um compromisso à França.

Em 3 de setembro – Discurso em Stuttgart.

Em 6 de setembro – Discurso para os representantes da imprensa estrangeira.

Em 11 de setembro – Começaram as negociações com a França.

Em 24 de setembro – O governo alemão deu a instrução oficial para parar a resistência passiva.

Em 25 de setembro – Essa instrução foi divulgada.

Em 26 de setembro – Surgiu uma conclamação do presidente do Reich e do governo, exortando publicamente a parar a resistência passiva.

Em poucas semanas a burguesia conseguiu, de sua parte, finalizar a luta do Ruhr, conduzir à paz, iniciar o compromisso com os capitalistas franceses. Relacionado com isso, chamou de volta os fascistas da época. Ela os havia usado para atos de sabotagem na Renânia, para o *Reichswehr negro*, como se chamou então, e agora se livrava deles. A interrupção da luta do Ruhr foi a primeira virada. A segunda, realizada pela burguesia depois da greve de Cuno, foi acabar com a inflação e iniciar a estabilização. Essa virada teve início com a introdução do padrão-ouro, primeiramente no comércio por atacado; isso já vinha sendo aplicado em grande escala na indústria. No começo de setembro, o padrão-ouro já era comum na indústria e no comércio, mesmo no varejo. Se a burguesia acabou com a inflação depois de agosto, isto se deu não só devido ao perigo da revolução, que a inflação traz consigo, mas também porque os efeitos da inflação se inverteram a partir de certo ponto, quando não atuou mais como prêmio para a exportação, ao contrário. A burguesia aproveitou a conjuntura da inflação com bastante frieza até o fim. Ela foi até o ponto mais longe possível e parou definitivamente somente no momento em que a conjuntura da inflação começou a se transformar na crise da inflação.

O segundo ato, depois da introdução do padrão-ouro, foi a introdução dos chamados salários-ouro, dos salários de "valor constante". Já a partir de junho surgiram acordos sobre salários de valor estável, sobre pagamentos de salários feitos duas e até três vezes por semana. Isso naturalmente não representou salários realmente de valor constante, mas significou um abrandamento da desvalorização dos salários.

Em 14 de agosto, Stresemann apareceu no *Reichstag* e se comprometeu oficialmente em introduzir salários de valor constante. Em seguida, iniciou-se a estabilização.

Segundo estatísticas do *Reichsbank*, entre agosto e a introdução do *Rentenmark*³¹, em 15 de novembro, emitiram-se não menos do que 989 milhões de marcos-ouro como dinheiro de emergência de valor constante. Portanto, não foi somente a introdução do *Rentenmark* que produziu uma mudança, nesse período houve um grande número de medidas de emergência.

A mudança decisiva que se realizou em meados de agosto, depois da greve de Cuno, é testemunhada convincentemente pela brochura de E. Pavlovsky (Varga) "Antes da Luta Final na Alemanha", cujo prefácio é datado de 10 de outubro de 1923. Varga naquela época já era a autoridade oficial que é hoje.

Lê-se na pág. 42:

"A quarta etapa é aquela depois de 15 de agosto. O operariado tinha conquistado por conta do seu movimento de massas um grande aumento de salário e a correção à alta dos preços. A entrada da socialdemocracia no governo, a intervenção das organizações centrais dos sindicatos, baixou a vontade de lutar das grandes massas de operários. Ainda tinham a ilusão de que a socialdemocracia lhes poderia socorrer".

Na pág. 47:

"As classes dominantes alemãs, depois da greve geral em meados de agosto, de repente, mudaram sua tática: eles mesmos agora pediam a reforma monetária (...) Como, ao mesmo tempo, também sob a influência da greve geral, salários de valor constante foram introduzidos, a manutenção do marco-papel se tornou desnecessária para os interesses da grande indústria e dos latifundiários alemães (...) Portanto, vimos aparecer

³¹ Nova moeda forte. [NT]

em fins de agosto uma série de planos para a criação de uma moeda nova e estável. Esses planos foram apoiados com toda a energia pelos círculos do grande capital. A tarefa foi apresentada como tão urgente que nem deveriam ser concedidas ao governo algumas semanas para refletir”.

Pág 64:

"Apesar de os operários alemães já terem se iludido inúmeras vezes com a socialdemocracia, grandes camadas do operariado se enganavam outra vez. Deixaram-se enganar pelas frases de Hilferding: o cretinismo parlamentar-democrático, a ilusão de que negociações parlamentares pudessem decidir a sorte do proletariado, determinou que muitos proletários assumissem uma posição de espera, influenciados também pelo aumento dos salários alcançados pelo gigantesco movimento grevista”.

5. O erro decisivo do Partido depois da greve de Cuno

Essas duas séries de acontecimentos mostram que as premissas em que se baseou o plano de ação foram totalmente mudadas pela intervenção da burguesia. Mas o que fez o Partido em seguida? O erro decisivo na ação do Partido consistiu no fato de que ele acreditou rigidamente no plano de ação que fora projetado; que se absteve de **preparar politicamente a luta pelo poder**; que se **restringiu a preparativos técnico-organizatórios**. Trotsky tinha declarado: "o adversário faz a política." Ele tinha a opinião de que a falha principal dos revolucionários do Ocidente até então era que eles não tinham valorizado suficientemente os pressupostos técnico-organizatórios da insurreição. A política, contudo, foi feita pelo adversário, de fato, para os seus próprios propósitos, enquanto que o erro básico do Partido depois da greve de Cuno foi o de não ter feito política, de deixar de fazer a **preparação política, por meio de lutas parciais e ações parciais**, limitando-se à preparação técnico-organizatória. **De que espécie é este erro?** Trata-se de um erro "de direita" ou um erro "de esquerda"? Acredito que se trata de um acentuado erro "de esquerda", de querer iniciar uma insurreição sem preparo e pressupostos políticos suficientes, baseada em preparativos meramente técnico-organizatórios. É preciso ter presente: o adversário, depois da greve de Cuno, golpeou o movimento operário repetidas vezes, sem que o Partido reagisse, **porque não queria desperdiçar suas forças com lutas parciais**. Mas, com isso, o Partido deixou de se ligar às forças restantes do operariado e **verificar quais as forças com as quais podia contar nas massas**.

Entre as ações do governo, em conexão com a greve de Cuno, cito:

- 17 de agosto: Severing³² dissolve o Comitê Nacional dos Conselhos de Empresas, sem que o Partido protestasse contra isso.

- 13 de outubro: Lei de emergência do governo - também aqui, nenhuma reação do Partido.

O Partido limita-se a continuar seus preparativos técnico-organizatórios. Em seguida, ocorreu **a entrada no governo da Saxônia, em 12 de outubro, e, logo depois, no da Turíngia**. A entrada no governo saxão, como já mencionado, não se deu por livre vontade, mas seguindo uma resolução da Executiva aprovada unanimemente pela direção inteira do partido alemão, inclusive a esquerda da época: Ruth Fischer, etc.

Será que algum de nós imagina que nós, juntos com a socialdemocracia, podíamos conquistar e exercer o poder? Nenhum de nós pensou nisso. Mas a ideia na qual a Executiva se baseou para entrar nos governos saxão e turíngio era a de que o Partido **poderia se aproveitar do aparelho governamental** para armar os operários. A Executiva imaginava o seguinte: nós participamos do governo, armamos os operários, não nos manifestamos por enquanto e "ignoramos" o General Müller, que então estava à frente do *Reichswehr*. Mas o General Müller

³² Carl Wilhelm Severing – Socialdemocrata que ocupou o Ministério do Interior da Alemanha, de 1920 a 1926.

absolutamente não nos ignorou e logo interveio. Ele imediatamente subordinou a *Landespolizei*³³ ao seu comando. Quando Böttcher³⁴ fez um discurso pedindo o armamento das Centúrias, Müller apresentou um ultimato e, com o consentimento de Ebert³⁵, ocorreu a intervenção do *Reichswehr*.

Desses fatos segue-se que a situação na qual se deu a entrada nos governos da Saxônia e da Turíngia não correspondia nem um pouco às premissas que julgamos necessárias para a participação dos comunistas em um governo. A resistência de Brandler em Moscou era plenamente justificada. Só sob um pressuposto se poderia participar de um governo: quando se está em condições de agir como é preciso, como comunista e revolucionário, atacando a resistência burguesa. Isto, porém, só se pode fazer apoiado no consentimento à ditadura pela maioria dos operários, apoiado em operários armados, apoiado numa insurreição já vitoriosa.

Assim, a entrada no governo saxão se deu em condições erradas. Mas como sair de lá? Para isso, havia apenas dois caminhos. O primeiro: proceder imediatamente com medidas revolucionárias ditatoriais, que naturalmente provocariam a resistência imediata da burguesia e o rompimento da coalizão. O segundo caminho, que foi o seguido, era o de armar os operários com recursos do Estado e, além disso, ficar no quadro institucional, na esperança de que o adversário não se manifestasse. Nas duas hipóteses, o resultado seria o de contrariar o próprio plano de ação. Mas, no primeiro caso, esse plano seria contrariado por uma série de medidas que teriam efeito propagandístico e revolucionário. Um governo incluindo comunistas deveria, então, empreender imediatamente medidas ditatoriais. Existia um desemprego enorme no país. A condição de se poder cuidar dos desempregados era a de confiscar imediatamente dinheiro dos empresários. Arranjar trabalho exigia a reativação imediata das empresas paradas pelos empresários. Também o fornecimento de víveres exigia medidas ditatoriais imediatas. Nenhuma verdadeira ação do governo poderia ser posta em prática sem essas medidas ditatoriais. Um programa completo de tais intervenções ditatoriais imediatas tinha sido elaborado por nós. Porém, não apenas foi impossível realizar essas ações usando a máquina estatal burguesa existente e lutando contra a sabotagem da socialdemocracia no governo e no *Landtag*³⁶, como também não houve tempo para isso. A intervenção do *Reichswehr* deu-se repentinamente.

6. A questão do recuo e a Conferência de Chemnitz

A seguir, a questão da retirada, que está ligada estreitamente à questão da Conferência de Chemnitz³⁷, de 21 de outubro, onde a retirada foi decidida. Seguem-se alguns fatos. Muitas vezes se falou que a Conferência de 21 de outubro não tenha fornecido um retrato fiel do operariado saxão, não teria sido uma conferência de representantes de operários, mas somente de figurões. Isto não é verdade. A composição da conferência era:

- 140 operários de fábrica;
- 15 representantes de comissões de ação;
- 26 delegados de cooperativas de consumo;
- 102 representantes de sindicatos;
- 16 desempregados;
- 7 delegados oficiais do SPD;

³³ Polícia estadual. [NT]

³⁴ Como deputado, presidiu a fração parlamentar do Partido Comunista Alemão no Parlamento Estadual da Saxônia, em 1923. [NT]

³⁵ Presidente socialdemocrata da Alemanha, de 11 de Fevereiro de 1919 a 28 de Fevereiro de 1925. [NT]

³⁶ Parlamento estadual. [NT]

³⁷ Cidade da Saxônia. [NT]

- 60 delegados oficiais do KPD;
- 1 delegado oficial do USP³⁸;
- 102 delegados sindicais representando cartéis locais.

A maioria dos presentes era de delegados de empresas. Não se pode negar, vendo essa composição, que a Conferência refletia essencialmente e com precisão a disposição dentro do operariado da Saxônia e da Turíngia.

O que aconteceu nessa conferência? Na noite anterior, a Central tinha tomado a decisão **unânime** de que a palavra de ordem da greve geral, incluindo a luta armada, deveria ser levantada, baseada nas notícias sobre a intervenção do *Reichswehr*. Decidiu-se, porém, que se deveria esperar ainda o rumo que a Conferência iria tomar, para conhecer a disposição real. Na Conferência, o camarada Brandler, com a concordância da Central, exigiu que a Conferência lançasse a palavra de ordem da greve geral como palavra de ordem de ação contra a intervenção do *Reichswehr*. Houvesse ali uma verdadeira atmosfera revolucionária, disposição para a luta pelo poder, então certamente a assembleia deveria ter aceitado essa palavra de ordem com entusiasmo e, necessariamente, da greve geral ela teria evoluído para a luta armada pelo poder. O efeito, porém, foi muito diferente. A proposta de Brandler simplesmente caiu no vazio na reunião. A assembleia reagiu à proposta de maneira glacial. Depois aconteceu o seguinte: o ministro Graupe, da esquerda do SPD, usou da palavra dizendo que ele e seu grupo de sete pessoas deixariam a assembleia, caso os comunistas não desistissem de colocar a questão da greve geral na reunião. Numa assembleia realmente revolucionária e decidida à luta, uma tempestade de indignação teria varrido com os derrotistas. Mas aconteceu o contrário. A conferência decidiu desistir da declaração imediata da greve geral e, em lugar disso, deliberou nomear uma pequena comissão para decidir a respeito. Era um enterro de terceira classe.

O que significava isso? Significava que, entre os operários saxões, todas as medidas tomadas pela burguesia fizeram seu efeito, que o operariado saxão estava dividido, que era impensável supor que a maioria do operariado saxão estivesse preparada, nesse momento, para a luta pelo poder. Existiam alguns **lugares** onde esse era o caso, mas na Saxônia e na Alemanha **como um todo** isso definitivamente não se aplicava. A situação real se revelou totalmente diferente daquela prevista pelo plano de ação. Baseada no conhecimento da verdadeira situação, resultou a resolução **unânime** da Central partidária no sentido de que seria preciso iniciar a retirada. Não somente Brandler, mas também todos os camaradas “esquerdistas” da direção e todos os camaradas de fora, presentes na Alemanha no momento, concordaram **sem exceção** com essa resolução. Alguns desses últimos apressaram-se a comparecer à assembleia com o intuito de impedir que fosse decidida a insurreição.

Se não tivesse sido tomada essa decisão, se o partido tivesse se arriscado a um choque com o adversário superior, dele só teria sobrado uma mancha úmida. Outros, num caso desses, agiram diferentemente. Por exemplo, na Bulgária e existem ainda outros exemplos semelhantes. Mas não convidam à imitação. Nenhuma direção partidária pode justificar a entrada numa luta decisiva, quando prevê a derrota certa. Pode-se objetar que já houve algumas situações onde o Partido e o operariado lutaram com a perspectiva da derrota. Está certo que lutamos em janeiro de 1919 quando ninguém tinha a esperança de conquistar o poder. Lutamos também em Munique quando cada um sabia que não se tratava de conquistar a vitória. A diferença é: nesses casos era a luta da grande maioria do operariado e, em tal situação, o Partido não podia abandonar o operariado. É diferente quando a luta se limita ao Partido e as massas não o apoiam, quando a derrota é causada pelo Partido, por sua tática errada, por sua avaliação errada da situação. Isso não elevaria o Partido aos olhos das massas, mas o desacreditaria. Exige mais coragem, em tal situação, bater em retirada, do que arriscar o passo de levar o Partido a uma luta **isolada** e o destruir por anos.

³⁸ Partido Socialdemocrata Independente da Alemanha. [NT]

A avaliação da situação, como se deu em seguida à Conferência de Chemnitz, foi ainda confirmada por uma série de acontecimentos ulteriores. Quero mencionar somente dois deles.

Primeiro: A **insurreição de Hamburgo**. Foi desencadeada pela circunstância de que Remmele, sendo um dos mensageiros da Central partidária, tinha partido tão cedo de Chemnitz, que não podia mais ser chamado de volta. (Remmele tinha ordens para Kiel, mas não para Hamburgo.) Em Hamburgo lançou-se a palavra de ordem da greve geral e 200 comunistas corajosos lutaram; a grande maioria do operariado de Hamburgo comportou-se da seguinte forma, dizendo: "os comunistas são caras muito corajosos, gente de valor" – e enfiaram as mãos nos bolsos. Entende-se isso muito bem, considerando-se que o trabalho em Hamburgo, naquela época, era objeto do maior impulso. Alguns dados econômicos explicam isso suficientemente – apenas quatro cifras:

	Em 1922	Em 1923
Navios chegando	9.617	12.041
Navios saindo	10.631	12.919

Hamburgo, em 1923, era o porto principal para a importação de matérias-primas e carvão da Inglaterra e da América. Por consequência, a massa do operariado não tinha inclinação para a greve geral e muito menos para a insurreição armada. Aliás, lutaram 600 operários na milícia republicana. Quando se tratou de criar uma nova lenda dos acontecimentos de maio de 1929, em Berlim, de repente a história sobre a insurreição de Hamburgo desapareceu e pode-se ler nas "Teses para Agitadores e Propagandistas" sobre a "Importância e ensinamentos das lutas de maio em Berlim": *"O levante da Hamburgo foi um combate de retaguarda, uma luta de retirada num momento de recuo da revolução, quando o movimento de massa no país já tinha ultrapassado o seu auge"*.

Segundo, **Berlim**. A direção de Berlim naquele tempo era "esquerdista". De parte da Central partidária a direção foi convidada repetidas vezes para organizar manifestações de massa e de protegê-las com armas. Mas assim que foram tentadas tais manifestações, apareceram só algumas dúzias de pessoas, que logo se dispersaram.

Também essas provas mostraram, depois de Chemnitz, a verdadeira situação, isto é, que a grande massa dos operários não estava disposta a lutar pelo poder.

O Partido – apesar de todas as tentativas de Ruth Fischer e Maslow de incitar a luta de frações – estava disposto a iniciar uma retirada organizada e a mobilizar suas forças para lutar unidas contra o SPD, quando, em dezembro, com o apoio aberto da Executiva, os "esquerdistas" de então quebraram todos os diques no partido³⁹, tolhendo todas as possibilidades de se investir contra o SPD, quando as melhores condições estavam dadas. O Partido entrou em decomposição pela sistemática produção do pânico. Quando Maslow e Ruth Fischer se gabam de ter "salvo" o Partido depois da retirada de outubro, a verdade é que eles primeiro geraram o pânico, que lhes permitiu atuar como os salvadores do Partido. Esse papel lhes foi facilitado pelo fato de que o Partido, mesmo semanas depois da retirada de outubro, encontrava-se muito tenso. Provocar o pânico num exército que é forçado a se retirar debaixo das perseguições mais pesadas do inimigo, depois de ter presumido que a vitória já estava assegurada em suas mãos – isso não é difícil. É a coisa mais fácil do mundo, quando os disseminadores do pânico, em lugar de serem chamados severamente à ordem pela mais alta direção do exército, ainda são estimulados.

Mas para o partido alemão e a Internacional Comunista foi infligido o maior dano possível, não

³⁹ Iniciaram uma violenta luta de facções no Partido. [NT]

apenas na época, mas para anos após. Sim, até os dias de hoje, o Partido não superou esse dano.

7. Alguns dos ensinamentos mais importantes

Com isso, estou no fim da exposição dos pontos cardeais dos acontecimentos do ano de 1923. Quero somente resumir quais são, segundo a minha opinião, os ensinamentos mais importantes desses acontecimentos.

Acredito que a lição primeira e mais importante deve ser a de que não se pode elaborar planos de ação revolucionários para um prazo de 8 / 10 semanas, a 2.000 km de distância. Isso só pode ser feito estando diretamente no local da ação e seguindo os acontecimentos com os próprios olhos. Outro ensinamento para os partidos comunistas fora da Rússia é que eles só podem esperar levar realmente a cabo uma revolução no seu próprio país se aprenderem a avaliar **por si próprios** as relações de classes, a desenvolver a tática e a estratégia da luta revolucionária segundo **sua própria avaliação**, quando estiverem acostumados a pensar por si mesmos, de um modo crítico e independente, mesmo contra a direção internacional. O erro mais grave e desastroso em 1923 foi que o Partido e seus líderes renunciaram a perseverar no seu julgamento crítico e independente. Quais foram as causas disso? Certamente não foi uma atitude burocrática diante dos camaradas russos, mas uma consideração que parece bastante plausível em si. Brandler contou diversas vezes o que o induziu a seguir, em muitos casos contra a sua melhor convicção, os conselhos dos nossos camaradas russos, no ano de 1923. Ele dizia: "nossos camaradas russos até agora são os únicos que realizaram uma revolução vitoriosa; eu imagino entender alguma coisa dos assuntos alemães, conhecer o operariado alemão, mas ainda não realizamos nenhuma revolução vitoriosa; por isso cedemos, **em caso de dúvida**, a quem já conseguiu isso". Hoje devemos dizer que isso é errado, e que representa um dos maiores perigos, sendo a causa da crise na Internacional Comunista. Antes de se ter resolvido essa questão, no sentido de que também os partidos em outros países aprendam a conduzir a luta de classe em seus países segundo a sua própria opinião, a revolução não será conduzida à vitória em nenhum país. Para vencer a burguesia, na realidade, é preciso vencê-la primeiro na cabeça. As batalhas revolucionárias foram todas vencidas primeiro na cabeça, antes de terem vencido na realidade. Também na Revolução Russa, não se pode considerar somente o outubro. Fazem parte dele 30 anos de preparo político, de pensar com profundidade sobre todos os meios e caminhos da revolução russa. Isso foi o decisivo. E será exatamente assim também nos outros países.

O Comintern, como verdadeiro condutor da revolução proletária, precisa de uma direção coletiva, precisa de partidos comunistas maduros.

O próximo ensinamento a tirar é o de que não se pode preparar a revolução somente pelo lado técnico e organizatório, mas que é preciso prepará-la politicamente, que a maioria dos operários, a maioria da população trabalhadora, tem que ser conquistada por ações políticas parciais e palavras de ordem parciais, antes que se tenha nas mãos as condições para conduzir uma luta pelo poder.

Por isso acredito que também deveríamos tirar alguns ensinamentos dos acontecimentos na Saxônia, sobre a questão do armamento do operariado. É uma ilusão acreditar que se pode armar o operariado, por assim dizer por trás das costas da classe dominante, somente pela distribuição de armas. O armamento do operariado somente pode ser efetuado junto com a luta política e o seu desenvolvimento. Não é uma tarefa puramente técnica e organizativa.

Além disso, devíamos ter aprendido que, mesmo com um governo de coalizão proletário comunista-socialdemocrata, a luta pelo poder não pode ser conduzida. Para vencer, o partido precisa ter atrás de si uma firme maioria de operários, disposta a dar a vida pela construção do

poder dos conselhos.

Outra lição é a de que os conselhos de empresas não podem substituir os conselhos políticos dos operários.

Isso naturalmente não é exaustivo. Citei aqui somente as lições mais importantes. Também mostrei somente uma pequena seleção dos fatos do desenvolvimento econômico e político de 1923. Mas creio que é suficiente para destruir definitivamente a lenda esquerdista do outubro. Creio, além disso, que os ensinamentos a tirar ainda hoje do ano de 1923 não são somente ensinamentos históricos, que se relacionam apenas com o passado, mas que ainda são da máxima atualidade, numa situação em que a Internacional Comunista padece ainda mais dos erros que naquela época foram tão desastrosos. A linha ultraesquerdista ainda é dominante na Internacional Comunista e no Partido Comunista Alemão. Instruir sobre a falsidade dessa linha ainda encontra como impedimento o fato de se lançar mão de novo do espantalho do outubro de 1923.

A vitória da revolução proletária na Alemanha pressupõe a solução de suas questões táticas e estratégicas. Essas questões não podem se resolvidas baseadas numa lenda. Somente podem se resolvidas com base em fatos reais.

A lenda esquerdista do outubro sobre 1923 já alcançou uma idade considerável. Quase se tornou canônica. Porém isso não adianta. Ela tem que ser liquidada, e será liquidada, tão certo quanto a revolução na Alemanha será empreendida por um partido comunista que seja capaz, antes, de enfrentar sua tarefa intelectualmente.

Uma parte essencial disso é o enfrentamento das questões do ano de 1923.

IV - ANEXO

Stálin sobre 1923

A maneira como Stálin julgava a situação a respeito dos acontecimentos de 1923, é revelada por uma carta que ele escreveu a Zinoviev e a Bukhárin no começo de agosto de 1923. Essa carta foi citada por Zinoviev no Pleno do Comitê Central do partido russo no fim de 1927 e tinha a seguinte redação:

"Será que os comunistas, na situação de hoje, devem aspirar à conquista do poder sem os socialdemocratas? Será que já estão maduros para isso? Eu acho que essa é a questão. Quando nós conquistamos o poder na Rússia, tínhamos recursos como: a) a paz; b) a terra para os camponeses; c) o apoio da enorme maioria da classe operária; d) a simpatia dos camponeses".

"Os comunistas alemães agora não têm nada disso. Certo que têm a União Soviética na vizinhança, o que nós não tínhamos; mas o que podemos lhes dar no momento? Se na Alemanha, agora, o poder por assim dizer entrasse em colapso e os comunistas pudessem assumi-lo, eles malograriam estrondosamente. Isso no "melhor dos casos"; e "no pior" eles apanhariam de todos os lados e seriam rechaçados".

"Não se trata tanto do fato de Brandler querer "treinar as massas", mas sim de que a burguesia e os socialdemocratas de direita, com certeza, transformarão essa demonstração para fins de treinamento numa batalha geral (por enquanto têm todos as chances para isso) e irão destruir os comunistas. É verdade, os fascistas não dormem. Mas para nós é mais vantajoso que os fascistas ataquem primeiro, para que possamos juntar toda a classe operária ao redor dos comunistas (a Alemanha não é a Bulgária). Segundo todos os relatos, os fascistas são fracos em toda parte, na Alemanha. Na minha opinião, é preciso conter os alemães e não açodá-los".

Zinoviev sobre o outubro de 1923

De um discurso de Zinoviev contra Trotsky

Segundo um relato do *Pravda* de Leningrado, reproduzido no domingo, 11 de maio de 1924, nº 106.

"Não é segredo que a Oposição julgava também a direção do Comintern como errada. Na Alemanha, foi mal em outubro: agora, está sendo constituída uma nova teoria dizendo que na Itália mandamos sabotar a revolução e na Alemanha dormimos durante a revolução. Assim eles tentam falar. Claro, a revolução teria malogrado porque alguém bocejou. Uma concepção marxista bem profunda da revolução! E nós coitados, que aprendemos com Marx e Lênin, nós pensamos sempre que para surgir uma revolução fatores mais importantes estão em jogo do que o bocejar de um ou de outro".

"Quanto à Alemanha, foi completamente esclarecido agora, que não se trata de ter dormido durante a revolução, mas ao contrário, de termos julgado maduras as condições que ainda não estavam maduras, como disse Plekhanov – confundimos a gravidez do segundo mês com a gravidez do nono mês. Esse erro não é nenhuma vergonha, ocorreu por vezes com Marx e Engels: é compreensível que revolucionários desejem mostrar logo sua disposição revolucionária. Avaliando tudo que aconteceu na Alemanha, merecemos a censura oposta de que superestimamos os acontecimentos, que tínhamos vontade demais de nos precipitarmos na

luta, que superestimamos demais o grau de maturidade desta, mas de maneira nenhuma merecemos a censura de que perdemos a revolução dormindo, como dizem alguns estrategistas profundos, ao contar contos de fadas sobre uma crise no Comintern e no KPD”.

Avaliando a socialdemocracia

É uma falsificação grosseira da verdadeira política da “Direção Brandler” de 1923 se afirmar que a “Direção Brandler” desconheceu o papel do SPD de maneira oportunista e que abandonou a teoria do estado leninista.

A respeito da posição de Brandler face à socialdemocracia, apresentamos a proclamação para o “Dia Antifascista” redigida por ele, contendo, sem correções, a linha política do Comitê Central alemão.

Do Manifesto de 11 de julho de 1923

Camaradas do partido!

Caminhamos ao encontro de pesadas lutas. Temos de nos preparar ao máximo para a ação. Não se pode confiar na socialdemocracia e na burocracia sindical. Como em todas as lutas de defesa do proletariado revolucionário contra a contrarrevolução até o presente momento, a socialdemocracia e a burocracia sindical, também agora, abandonarão e atrairão os operários (...)

Nós, comunistas, só podemos vencer a luta contra a contrarrevolução, se conseguirmos levar à luta junto conosco a massa dos operários socialdemocratas e sem partido, sem e contra os traidores do Partido Socialdemocrata e da burocracia sindical.

Para essa finalidade, temos que tomar imediatamente todas as providências para uma ação de defesa combativa (...)

As organizações proletárias de defesa conjuntas têm que ser formadas imediatamente, apesar de todas as resistências, dentro das empresas.

As seções distritais do Partido que ainda não tiverem concluído o trabalho de células de empresa, devem nos próximos dias, em curtíssimo prazo, dar vida a células de empresa aptas ao trabalho.

A ligação entre as direções distritais, os grupos locais dos distritos e a Central Nacional, assim como os serviços de correio, precisam ser organizados imediatamente com o máximo cuidado.

O Partido deve tornar tão poderosa a sua organização que, mesmo em caso de guerra civil aberta, ela não falhe em nenhum distrito.

Em caso de paralisação dos meios legais de comunicação, da ferrovia e dos correios, por força de greve geral ou lutas militares, é preciso que estejam incondicionalmente asseguradas as ligações entre as organizações, a imprensa, a distribuição de material de propaganda, etc.(...)

O levante fascista só pode ser esmagado se ao terror branco se opuser o terror vermelho. Se os fascistas, armados até os dentes, assassinam os combatentes proletários, é preciso aniquilá-los, a todos os fascistas sem mercê. Se os fascistas mandam ao paredão um em cada dez grevistas, os trabalhadores revolucionários deverão mandar ao paredão um em cada cinco membros de organização fascistas.

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA PALAVRA DE ORDEM DE "GOVERNO OPERÁRIO"

A. Thalheimer

Tradução de um artigo em três partes publicadas em alemão sob o título Zur Geschichte der Losung der "Arbeiterregierung", que apareceram nos nº 43, 44 e 45 do semanário Gegen den Strom (Contra a Corrente), respectivamente nos dias 25/10, 01/11 e 08/11/1930.

Parte I

A história da palavra de ordem de "Governo Operário" não é só quase que totalmente desconhecida pelos jovens, mas infelizmente também pelos velhos comunistas alemães. No seu lugar existe uma bonita e agradável lenda que leva à conclusão de que o Comitê Central (CC) sob Brandler inventou o monstro oportunista de um "Governo Operário" no quadro da "democracia", que o testou no outono de 1923 na Saxônia e Turíngia e que, depois, o 5º Congresso da Internacional Comunista (IC), sob a direção de Zinoviev, liquidou o monstro e recolocou as coisas no seu lugar.

A verdadeira história dessa palavra de ordem e da sua extinção é bem diferente. É verdade que bem menos agradável para a direção da IC, mas em troca bastante mais rica em experiências. O espaço que temos à nossa disposição aqui não basta nem de longe para enumerá-las. Isso deve acontecer em outra ocasião; aqui queremos somente nos referir a algumas etapas principais desta história.

O início da história já nega frontalmente a lenda tradicional.

O ato do nascimento do "Governo Operário" de linhagem democrática, assim como o procedimento do então CC-Brandler, ainda podem ser averiguados.

Diante de nós temos um folheto de Karl Brenner (Karl Radek): "A derrocada próxima da burguesia alemã e o PCA", Hamburgo, Hoym, 1921. O folheto surgiu por volta de 1921 e podemos ler na sua primeira página:

A alternativa de um Governo Operário como um governo de salvação do povo alemão deve surgir das massas trabalhadoras, tem de aglomerar-se numa falange de ferro.

De que governo se trata? Como surge? Qual o seu caráter?

Sobre isso se lê o seguinte, na página 29:

Podemos chegar a um Governo de Räte¹ numa trajetória em que a classe operária permaneça subjugada e oprimida até que, em sua maioria esmagadora, aprenda a entender que só através da constituição da Ditadura

¹ Rat (plural raete ou räte): o equivalente alemão de *Soviete* em russo, isto é, conselho. Conservamos o termo alemão, pois a KPD naquela época lutava pela "Räterepublik".

do Proletariado e do poder aos Räte poderá alcançar a vitória. Mas, também podemos atingir um Governo dos Räte se a classe operária percorrer o caminho democrático por tanto tempo que, pela via democrática, conquiste a maioria parlamentar, introduza o Governo Operário e somente através das experiências com este Governo, através da luta que a burguesia vai opor a esse Governo [por meio dos direitos democráticos - A.Th.], seja obrigada a se engajar na luta pela Ditadura do Proletariado.

Na página 30 consta:

Eles (os comunistas) devem, pois, combater ao lado do proletariado pelo Governo Operário através da via democrática e mostrar ao proletariado com quais meios deve assegurar o Governo Operário, apoiando e fortalecendo sua luta contra o Capital.

Na página 31, o relacionamento dos comunistas com um "Governo Operário" na Alemanha é definido mais precisamente como segue:

Como podemos apoiar um Governo Operário não comunista? Na medida em que combatermos ombro a ombro com os trabalhadores de todos os outros partidos pelas necessárias reivindicações transitórias e, sem quebrar a disciplina de luta, criticarmos objetivamente cada desvio, cada vacilação desse Governo. Devemos, portanto, deixar de participar desse Governo? Devemos apoiá-lo só de fora na medida em que combata o Capital? Ou devemos participar desse Governo? Se o Governo Operário se comprometer a fazer aquilo que, numa determinada situação, é necessário ao combate contra o Capital, o Partido deve participar de tal Governo. Se os socialdemocratas, os independentes, os dirigentes sindicais – para situar o problema nas condições concretas da Alemanha – se comprometessem, no caso de tomada do Governo, a conquistar através de impostos uma tal participação na indústria que permitisse ao Governo Operário controlar realmente a produção, e dessa maneira realizar, caso necessário, o dever de reparação de guerra, se se comprometessem a livrar a administração pública dos elementos reacionários para assegurar essa política, tomar medidas para transformar o Exército em defensor da República e dos interesses dos trabalhadores, se se comprometessem a tomar todas as medidas necessárias para possibilitar a construção conjunta da economia alemã e russa – sem a ligação do país industrial com o agrário, qualquer reconstrução é impossível – nesse caso seria dever dos comunistas tomar parte em tal Governo Operário e aceitar a responsabilidade pela sua política diante da classe operária internacional. Porém, se esse Governo fosse ainda tímido demais para se decidir por esse único caminho viável, não seria possível assumir a responsabilidade por ele. O PC teria de se contentar em apoiá-lo na medida em que combatesse pelos interesses da classe operária. Mas, mesmo assim, o PC não poderia esquecer que, na sua crítica ao Governo, não pode ajudar a burguesia a derrubar o Governo Operário. Um passo à frente até o Governo dos Räte só seria possível, se a grande maioria do proletariado se declarasse a favor. Todo golpe, toda tentativa da minoria comunista de aproveitar a ruptura com a burguesia, para derrubar o Governo Operário, seria mais do que um crime. Seria uma asneira sem pé nem cabeça. Porque o socialismo só pode vencer na Alemanha se estiver apoiando na maioria da classe operária. Não existe outro caminho para a vitória.

Quem deveria tomar parte em tal "Governo Operário" democrático-parlamentar?

Sobre isto ficamos sabendo na página 36:

Depois desse trabalho de agitação e organização, o próximo passo seria tentar reunir todos os partidos que querem ser chamados de partidos operários (!) para a luta pela dissolução do Parlamento e para a luta eleitoral numa frente coesa por um Governo Operário, que assumiria corajosa e decididamente a luta contra a crescente escravização dos trabalhadores alemães.

Até aí, Karl Radek, em novembro de 1921. Deve-se atentar que tais argumentos, embora devidos à iniciativa de Radek, estavam apoiados pela autoridade da Executiva da IC, da qual, como representante e membro, Radek elaborava as propostas e as expunha ao PCA (O simples papel do comando dos representantes da Executiva de então ainda não estava tão desenvolvido como hoje).

A então direção do PCA simplesmente louvou, engoliu e aceitou estas propostas? De maneira nenhuma. E a comprovação de que isso não foi o caso encontra-se no mesmo escrito, em cuja página 27 lê-se:

Somente em um Governo dos Räte os comunistas podem tomar parte – estava escrito em uma resolução sobre a questão do Governo na Turíngia”. “Mas isto” – continua Radek – “é uma conclusão totalmente errada”.

Na realidade, o então Comitê Central do PCA rejeitara decididamente a possibilidade de uma participação em um governo operário democrático-parlamentar. Quando Radek apresentou suas propostas em forma de tese ao Comitê Central, elas foram negadas em teses opostas feitas por mim e pela companheira Clara Zetkin, por determinação do CC.

Essa resolução (ou projeto de resolução) trata do relacionamento do PC com os assim chamados “governos socialistas” e pode ser encontrada no Caderno 14, ano 3, da “Internacional” (alemã), de 8 de novembro de 1921. Ali é dito:

O caminho clássico para perder ilusões (democráticas) passa pelos assim chamados governos “socialistas” e em maior medida governos socialistas estaduais. Mas só o é quando os comunistas não participam dele, quando o combatem criticamente, fazendo-o avançar.

O papel histórico dos “governos socialistas” só pode ser, hoje como em novembro, o de barreira protetora da burguesia contra as massas proletárias – a última barreira, pois o próximo passo à frente de um “governo socialista” é a Ditadura do Proletariado. Naturalmente, esse passo não pode ser dado no quadro de governos estaduais, mas sim em termos nacionais. Em termos estaduais a tarefa dos comunistas é afastar a massa do povo, isto é, a maioria da população trabalhadora, dos partidos socialistas no poder, através da propaganda e da ação parlamentar e não-parlamentar, iniciando com isso as premissas ideológicas e organizatórias para a preparação desse passo. Esse próximo passo à frente, a derrubada de um “governo socialista” em benefício de uma Ditadura dos Räte, não pode jamais ser um ato puramente parlamentar, só pode ser o resultado de uma insurreição popular. A derrubada parlamentar de um “governo socialista estadual” não significa outra coisa na prática senão novas eleições. Se essa derrubada parlamentar depender da fração comunista, ela terá que comprovar, em cada caso particular, se sua propaganda e ação prepararam suficientemente o terreno, de forma que as massas operárias, que até então apoiavam o “governo socialista” tenham entendido este passo e que em conseqüência o PC faça novas conquistas na massa.

3. Se existir a possibilidade de eleição de um governo puramente burguês, um

governo de coalizão burguesa ou um "governo puramente socialista", os comunistas, se isto depender deles, deverão facilitar a eleição deste último, e se devem comprometer a apoiar tal governo no terreno parlamentar, em todas as medidas que sejam do interesse dos operários. Deverão, em cada caso concreto, tomar a iniciativa para forçar esse governo a tomar partido das exigências que são do interesse dos operários. Para isto os PC's devem assegurar-se em cada caso de total liberdade de propaganda, agitação e atuação de massas comunistas...

4. Em nenhuma situação os comunistas podem deixar margens a qualquer dúvida em sua propaganda e em suas declarações públicas de que um "governo socialista" com base parlamentar só pode ser, sempre, um posto avançado da burguesia, que a democracia proletária e o socialismo só podem ser conquistados pela massa do povo na luta contra esta última etapa da democracia burguesa.

5. O PC, apesar disso, deverá apoiar a "governo socialista" contra a direita burguesa, assim como defender a república burguesa contra a monarquia. Mas a tarefa histórica própria do PC é dar um passo além da democracia burguesa e, portanto, também do "governo socialista". Esse passo, porém, só poderá ser dado com a condição de que os comunistas fiquem fora do "governo socialista", como dirigentes das massas nesta próxima etapa. A condição evidente para que os comunistas tomem o governo ou tomem parte de algum governo é que a maioria da classe operária queira romper com a democracia burguesa e começar a tomar verdadeiras medidas socialistas.

Do que está transcrito acima, conclui-se claramente:

1. A idéia de um governo operário democrático-parlamentar não surgiu do CC-Brandler, mas sim foi obra do representante da Executiva da IC, Karl Radek.
2. O CC do PCA rejeitou essa idéia quando a mesma lhe foi proposta.
3. O CC do PCA declarou que não compete ao Partido tomar parte em um assim chamado governo socialista ou num governo operário democrático-parlamentar; que em quaisquer circunstâncias deve ficar de fora de tal governo; que pode apoiá-lo enquanto executar medidas de interesse da classe operária, mas sua tarefa histórica consiste em levar as massas adiante, até a ditadura dos Räte. A ditadura de Räte porém, não pode surgir por via parlamentar, sua condição é uma insurreição popular vitoriosa, sob a direção do Partido.

Os fatos aqui citados estão, aliás, em contradição nítida com a lenda, que tanto os ultraesquerdistas alemães quando a Executiva da IC espalharam por boas razões, sobre o desenvolvimento dessa questão. Mas estes são os fatos, como os documentos o comprovam.

Em um próximo artigo será descrito o desenvolvimento posterior da alternativa do movimento operário e deverão ser deduzidas as experiências desse desenvolvimento.

Parte II

Mostramos em nosso primeiro artigo como a idéia de um governo operário democrático-parlamentar apareceu primeiro com Karl Radek, o então representante da Executiva da IC e como a direção do PCA a rejeitou.

Mais aí, a pressão da Executiva tornou-se totalmente evidente.

No relatório da reunião da Executiva, de 18 de dezembro de 1921, Radek, por exemplo, ataca o CC do PCA por oportunismo, porque este (naquela época) não aceitou a concepção oficial do Governo Operário! Neste relatório lê-se a seguinte surpreendente passagem:

E mais: nos protocolos do CC [do PCA] vejo uma tomada de posição incorreta na questão de um governo operário com participação de representantes dos sindicatos cristãos. O CC não aceita o tal governo e isto é um grande erro. Não somente porque ficou demonstrado na Alemanha que os operários cristãos lutaram, mas se dizemos: com os cristãos não, com Scheidemann sim, porque ele é socialista, então o ajudamos a enganar os operários. Se apoiássemos Scheidemann não o faríamos porque ele é socialista. Este comportamento do CC mostra que ele encara a questão do Governo Operário de forma oportunista. Temos de encarar o relacionamento com os cristãos, como os russos fizeram em relação aos camponeses. Os trabalhadores cristãos certamente não são mais pequeno-burgueses do que os camponeses russos. Esta questão pode ser decisiva para a próxima campanha do Partido.

É verdade que Bukharin falou nessa reunião dos grandes perigos que esta tática encerrava. Que a tática de Frente Única só poderia ser tomada como manobra estratégica. Mas, tanto Bukharin quanto Zinoviev não rejeitaram a alternativa do governo operário no sentido democrático-parlamentar.

O carimbo oficial da Executiva foi apostado na palavra de ordem do Governo Operário, no sentido citado, em uma carta oficial da Executiva ao CC do PCA, datada de 10 de janeiro de 1922. Nesta carta foi afirmado, entre outros:

"I. No caminho certo...

De forma que se ele [o Partido] tiver elaborado a palavra de ordem do Governo Operário, somente em cima da qual as próximas palavras de ordem poderão ser colocadas em prática, o PCA estará capacitado... etc.

... Se os operários cristãos estiverem junto com o proletariado restante nas lutas de classe, não existem razões de princípio para deixar seus líderes fora de um Governo Operário, no qual poderão participar representantes dos sindicatos livres (independentes) que no momento mal se distinguem deles em sua prática conjunta... Se isto acontecer e o modo como um tal (!!) Governo Operário continuar a lutar, isso dependerá das circunstâncias....

Finalmente está dito aí:

...Para que o PC se torne o dirigente do proletariado ele deve permanecer fiel ao mesmo, lutando ao seu lado em todos os estágios intermediários, sem esquecer o seu próprio objetivo. O Partido deve ter a coragem de se responsabilizar por todas as necessidades da classe operária, também quando se trate de necessidades passageiras, como pode ser um Governo Operário.

A resolução do CC do PCA de 16 de dezembro de 1921 aceitou a palavra de ordem do Governo Operário. Ela foi confirmada pela reunião do CC em janeiro (1922).

Vários artigos na "Internacional" e em outras publicações bateram-se em torno do enredado novelo do "Governo Operário". Em um artigo meu sobre a "Frente Única na França" ("Internacional", IV, cad 23, de 28 de maio de 1922) foi traçado um paralelo com o Governo Soviético no seu estágio inicial e, em consequência, dito que um governo operário deveria deixar aberta a participação a todos os partidos operários *"que estejam dispostos a dele participar baseados na plataforma revolucionária"*.

O artigo de junho caracterizava o Governo Operário como ainda democrático-burguês na forma, mas proletário no conteúdo e dizia que esta contradição se levada às últimas conseqüências deveria romper a forma democrático-burguesa.

Então veio o IV Congresso da IC que se ocupou minuciosamente com a questão dos governos operários, porém não a esclareceu e sim aumentou a confusão autogerada. No mínimo três, se não mais, diferentes posições existiam paralelas, emaranhadas e opostas. Para provar isso especificamente falta espaço aqui, mas deverá ser feito em outro trabalho com a minúcia necessária.

O IV Congresso, o primeiro em que Lênin não participou do início ao fim (ele já estava doente), já demonstrou como a Executiva sem Lênin, mas ainda se baseando na sua autoridade, não estava em condições de sair da confusão por ela mesma criada.

As formulações falsas sobre o Governo Operário no Congresso de Leipzig (janeiro de 1923) não são, portanto, invenções de Brandler ou do então CC. Elas correspondem somente ao pensamento da Executiva. Ainda no verão de 1923, a Executiva do Comitern esclarecia através de um discurso de Radek no Pleno da Executiva da Internacional da Juventude Comunista (13 de julho de 1923):

A tática da Frente Única significa a disposição dos PC's à coalizão com partidos operários não comunistas para a tomada do poder.

A isto correspondiam também as diretrizes da Executiva no sentido da participação do PCA nos governos socialdemocratas na Saxônia e Turíngia, diretrizes posta em prática apesar dos protestos de Brandler. Ainda em novembro de 1923, Zinoviev, o então presidente da Executiva do Comitern e membro do Bureau Político do PCUS, escrevia na introdução ao folheto "Problemas da Revolução Alemã":

Alguns camaradas defendem o ponto de vista de que a tática do PCA na Saxônia foi um erro. "A Saxônia é um grande erro e talvez fatal" – escreve-nos um dos velhos companheiros da Alemanha. Esse diagnóstico está certo? Não! (página 1)

Mais adiante na página 2 está:

Todas as camadas do proletariado que ainda acreditam poder evitar uma guerra civil sangrenta agarram-se "com unhas e dentes" aos atuais socialdemocratas de "esquerda". E essas camadas operárias nos responsabilizariam se nos negássemos a, juntamente com os socialdemocratas de esquerda, tirar o país da crise através da via pacífica. A importância da experiência da Saxônia está justamente no fato de que as citadas camadas operárias terão que reconhecer no seu exemplo a falta de caráter e a mesquinhez contrarrevolucionária.

A saída dessa confusão criada pela Executiva não foi, porém, por ela indicada e sim pela então direção do PCA bem antes de outubro.

(Sobre isto um artigo final).

Parte III

Os documentos que comprovam como já em agosto de 23 a então direção do PCA encontrou a saída do caos que a Executiva iniciara e continuava a aumentar são tão numerosos e vastos que temos de nos concentrar em alguns poucos artigos. Entre eles o editorial da "Rote Fahne" de 5 de agosto de 1923 "Quais os próximos objetivos que a classe operária tem de se colocar na guerra civil", escrito por mim e no qual dizia:

Não há dúvida que a guerra civil é inevitável na Alemanha, a não ser que a classe operária queira submeter-se sem resistência às organizações de luta legais e ilegais da burguesia... se as coisas são assim, a próxima tarefa da classe operária será a de tomar todas as medidas para derrotar o adversário, isto é, destruí-lo. Sobre as medidas técnicas e organizatórias necessárias, o PCA falou claramente no seu último manifesto.

Porém, é ainda necessário que o Partido já apresente agora, com a mesma clareza, quais os próximos objetivos que a classe operária deve colocar na guerra civil...

É óbvio que a simples "defesa da república burguesa" não é nenhum objetivo...

Os objetivos da classe operária na guerra civil resultam simplesmente da necessidade de uma defesa bem sucedida, da situação real e da compreensão desta situação existente na classe operária. Os próximos objetivos têm de levar a classe a um passo adiante, mas no momento só podem dar aquele passo adiante que a parte mais ativa da classe operária já reconhece antes da luta e que a maioria reconhecer durante a luta como sendo necessário.

Os primeiros passos que são necessários para consolidar a vitória da classe operária na guerra civil e evitar a reorganização do adversário tem de ser os seguintes: a transformação do armamento e das organizações da classe casuais, em gerais e sistemáticas; formação de uma guarda vermelha como tropa ativa e de uma milícia vermelha como reserva. O princípio básico é a estrutura de classe proletária dentro da qual o PCA tem de ter a direção e dentro da qual os elementos de outras camadas e outros agrupamentos de luta têm de se enquadrar...

Puramente como medida de defesa para cortar as reservas financeiras do adversário e com isso os recursos de sua reorganização, apresenta-se a necessidade da apreensão de no mínimo mais da metade das propriedades, e do controle da produção através dos órgãos de classe de operários.

Mas essa medida resulta igualmente obrigatória devido à necessidade de aliviar as amplas massas e de dar imediatamente o primeiro passo no sentido da economia socialista planificada. Outras medidas de luta: o imediato abastecimento das camadas proletárias e dos que lutam ao seu lado com

alimentos dos armazéns da grande burguesia; imediata distribuição dos latifúndios aos camponeses e semicamponeses pobres, entrega da administração dos bens dos latifundiários aos trabalhadores do campo.

A democracia burguesa se sentirá em situação incômoda na ponta das baionetas proletárias e por isso fará bem em "modificar-se" um pouco. É óbvio que a defesa contra um ataque no sentido de uma ditadura capitalista aperfeiçoada (fascista) só poderá consistir, no mínimo, num passo em direção à ditadura proletária. A natureza determinada deste passo resulta da situação da luta de classes. Os conselhos de empresa apoiados nos operários armados formarão por si só órgãos políticos dirigentes; os parlamentos terão de se subordinar a esses órgãos, que representam a população operária de uma forma completamente diferente, mais direta do que o legislativo burguês; senão haverá conflitos que são solucionáveis de diferentes maneiras (também sem a dissolução imediata do Parlamento). Como isso se dará, dependerá muito do comportamento dos parlamentos em relação à classe operária e aos seus órgãos.

É claro também que a burocracia reacionária superior e a organização da contrarrevolução deverão ser afastadas imediatamente. Uma coexistência entre órgãos de classe proletária e órgãos burocráticos é também impossível, portanto, a baixa e média burocracia deverão ser absorvidas pelos órgãos de classe proletários de autogestão.

O que descrevemos aqui não é senão o Governo dos Operários e Camponeses. Visto do ponto de vista partidário ele será uma coalizão de todos os partidos operários e organizações das camadas médias que participam da luta da classe operária. A direção ficará naturalmente com o partido que liderou a luta. Esse Governo Operário ainda utiliza algumas formas da democracia burguesa, mas deve preenchê-las totalmente com o caráter de classe proletário. Ele terá de tomar medidas ditatoriais e se livrar paulatinamente das formas superadas da democracia burguesa.

Além disso, citamos as diretrizes para a situação política, aceitas pelo CC do PCA ("Rote Fahne" de 9 de agosto de 1923), nas quais está dito, entre outros:

... O objetivo desta luta tem de ser: a derrubada do Governo de Cuno, o impedimento de qualquer novo governo de coalizão e a criação de um Governo Operário e Camponês sob a direção da classe operária, que faça desta, das camadas médias da cidade e do campo, o sustentáculo de todos os trabalhadores aliados contra a exploração.

Esse poder estatal, cuja base é a classe operária, o bloco dos não-proprietários e pequeno-burgueses, será o governo mais forte que pode ser atingindo na Alemanha. É o governo de todos os explorados, isto é, o governo da maioria esmagadora do povo. Quem designa um tal governo como minoritário, porque no momento não tem a maioria no Parlamento, não compreende que esse governo tem uma força decisiva em órgãos proletários extraparlamentares (conselhos de empresa, conselhos econômicos, comitês de controles, milícias armadas); não entende que esse governo, enraizado nas amplas massas e em seus órgãos, pode obrigar a dissolução do Parlamento e agir sem consideração contra qualquer poder inimigo do bloco dos proletários...

Indico ainda os editoriais dos números 209 e 215 do "Rote Fahne", do mesmo ano. No último, dizia-se sobre "O caminho à Ditadura Proletária na Alemanha":

...A condição política básica para a Ditadura do Proletariado – que pressupõe os instrumentos suficientes na mão da classe operária – é a formação dos órgãos de classe proletários e o seu reconhecimento pela maioria do proletariado como seu centro político, de um lado, e por outro lado a perda da autoridade que os órgãos burocrático-parlamentares têm sobre as massas.

Assim o Governo Operário "democrático-parlamentar" foi enterrado ainda antes de outubro. Nossa entrada nos governos da Saxônia e Turíngia não se deu de acordo com o que então se compreendia como "Governo Operário", mas em contradição com isso.

O V Congresso declarou a palavra de ordem do Governo Operário como "sinônimo" da Ditadura do Proletariado, isto é, enterrou-a e a manteve ao mesmo tempo. Não se atreveu a reconhecer abertamente a confusão indescritível que a própria Executiva criara nessa questão e, assim, permitiu que a falta de clareza persistisse até hoje. Mas é tempo de se acabar com isso, mesmo se se arrebentar com a auréola da Executiva.

A história da palavra de ordem do Governo Operário é só um exemplo, entre muitos, que provam como a direção da Internacional Comunista falhou, desde o 5º Congresso. E isto permanece assim até hoje.

EM RESPOSTA: DE A. THALHEIMER E PEREGRINUS

Publicado no nº 48 do semanário Gegen den Strom (Contra a Corrente), de 29/11/1930 com o título Zur Antwort – von A. Thalheimer und Peregrinus.

A apresentação acima do conceito do “Governo dos Operários e Camponeses”, como está contida não somente no artigo de Peregrinus, mas também no projeto de plataforma aceito em princípio pelo Congresso de Weimar, procede. As questões suplementares feitas pelo camarada H.T. são bem-vindas já que são apropriadas para esclarecer ainda mais o verdadeiro conceito de Governo dos Operários e Camponeses e, além disso, para esclarecer algumas dúvidas que se notam através das perguntas do camarada H.T.

Passemos logo às respostas:

1ª Pergunta:

Porque o estágio inicial da Ditadura do Proletariado é chamado de Governo Operário-Camponês?

Resposta:

Esta pergunta coloca, na realidade, duas perguntas que tem de ser separadas para que possamos respondê-las. A primeira pergunta: Porque o estágio inicial da Ditadura do Proletariado pode ou deve ser apresentado com um nome especial? A segunda: Porque justamente com o nome de Governo Operário-Camponês?

A designação especial para o estágio inicial da Ditadura do Proletariado, isto é, a ênfase na separação desse estágio, é necessária e conseqüentemente útil, porque através disso torna-se compreensível que a Ditadura do Proletariado não cai do céu como algo completamente pronto e sim que é algo em desenvolvimento. Não tem somente uma *pré-história* – a luta pelo poder, na frente da qual encontram-se os *Räte* como órgãos de luta, – mas também uma *história* – a luta pela afirmação da Ditadura do Proletariado e pela construção do Socialismo, na qual a composição e a estrutura da Ditadura dos *Räte* se modificam.

O desenvolvimento da Ditadura dos Sovietes na Rússia mostra dois novos aspectos importantes:

1º - Aí existe um setor partidário, os social-revolucionários de esquerda, que se aliam aos bolcheviques porque estão de acordo com o Programa Agrário desses últimos, na medida em que exprimem a vontade das massas camponesas de tomar a terra de latifundiários. Ao mesmo tempo, porém, os social-revolucionários de esquerda não aceitam algumas medidas necessárias da Ditadura do Proletariado, ainda estão parcialmente presos às ilusões pequeno-burguesas, democráticas e nacionalistas. Assim, participam em parte da insurreição, tomam parte, no início, no Governo dos Sovietes (como minoria) e finalmente se afastam. Isso não precisa se repetir sob essa forma em outros países, porém mostra uma possibilidade geral no estágio inicial da Ditadura do Proletariado: a participação (como minoria) daquela parcela de um partido reformista pequeno-burguês que participou da luta pelo poder, que se assenhorou dos interesses específicos da camada por ela representada e que significa a aceitação prática dessa camada da parte do programa que a atinge diretamente. A Ditadura do Proletariado avança com tais camadas pequeno-burguesas, mas o mencionado setor partidário fica estacionado e dessa maneira se transforma em fator contrarrevolucionário. Essas são

possibilidades gerais, isto é, aquelas que independem das formas e condições especiais da revolução russa.

O âmago da questão consiste no fato de que o desenvolvimento de determinadas camadas pequeno-burguesas em direção ao comunismo pode estar tão adiantado no momento de insurreição que elas dela participem, porque querem superar a democracia burguesa, instituir a ditadura da classe operária e fazer com que prevaleçam determinados pontos sociais e econômicos do programa com todas as suas consequências – que, entretanto, ainda não estão firmes. No momento do levante participam dele, mas após ainda apresentam todas as oscilações anteriores.

Ultimamente estas oscilações e restos de concepções antigas se expressam no fato de que tais camadas ainda não se encontram sob a bandeira do Partido Comunista, e sim, chegam à Ditadura do Proletariado primeiro sob a direção de uma cisão de um partido reformista. As formas sob as quais determinadas parcelas da pequena burguesia e também da classe operária se desenvolverão em direção ao ponto de vista da Ditadura do Proletariado e do comunismo serão diferentes nos diversos países, de acordo com a estrutura e história dessas camadas e com a estrutura e história do Partido em cada um desses países.

Mas, em toda parte é de se esperar que esse início seja um processo complicado e não linear. Na Alemanha, especialmente, são de se esperar tais processos na transição de determinadas camadas pequeno-burguesas e operárias do reformismo para o comunismo, bem como do centro para o comunismo e possivelmente do fascismo para o comunismo.

2º - O estágio inicial da Ditadura do Proletariado na Rússia mostra ainda como o resto de normas parlamentares (a Constituinte) ainda têm de ser carregadas algum tempo como lastro, para depois serem eliminadas. Ainda persistiu por algum tempo a liberdade de imprensa, etc. Também isso são possibilidades gerais. Aqui, porém, deverá atentar-se de que não se trata de combinar órgãos de *Räte* com órgãos parlamentares, que não se trata de um trabalho em conjunto, mas do processo de liquidação dos restos parlamentares e democrático-burgueses; portanto, como luta do poder dos *Räte* contra esses restos, pois os restos das organizações parlamentar-democráticas tornam-se os centros de organização da contrarrevolução. Isto não só nacionalmente, como também localmente (Assembléias Municipais, etc.).

Enquanto os órgãos democrático-parlamentares preponderarem, terão em mira a destruição dos órgãos dos *Räte*. Se os órgãos do *Räte* estão em maioria, se se tornarem os órgãos do poder estatal proletário, devem destruir os restos dos órgãos e instituições democrático-parlamentares, para garantir a sua própria sobrevivência.

Os ultraesquerdistas negam tanto que o poder dos *Räte* tenha uma pré-história quanto que tenham uma história. A pré-história abrange a parte das palavras de ordem de transição. A história começa no estágio inicial quando algumas cascas da democracia parlamentar ainda estão coladas à Ditadura do Proletariado.

Aos esquerdistas deve-se enfatizar a pré-história. Porém, em relação aos desvios de direita, deve ser enfatizado que a transição da pré-história à história do poder dos *Räte* é um salto que se dá através da vitória da insurreição, através da batalha decisiva na guerra civil. Por isso deve-se constatar tanto que o poder estatal proletário é uma ditadura desde o início, quanto que essa ditadura se desenvolve no conteúdo e na forma.

Essas são as razões que explicam porque o estágio inicial da Ditadura do

Proletariado deva ser separado conceitualmente dos próximos estágios e que, conseqüentemente, tenha denominação especial.

A outra pergunta – porque justamente o nome “Governo Operário” ou “Governo Operário e Camponês” é usado para designar esse estágio inicial – pode ser respondida mais rapidamente. Todas as designações são mais ou menos arbitrárias. Quanto ao uso da designação de “Governo Operário” para o estágio inicial da Ditadura do Proletariado explica-se pelo fato de que, quando existem dois nomes para um determinado conceito e torna-se necessário diferenciar, um deles é mais adequado. Que Ditadura do Proletariado fica livre, por isso, para o estágio mais avançado. O fato do termo “governo operário” ter sido mal utilizado temporariamente, no sentido de uma (impossível) forma intermediária entre a democracia burguesa e a Ditadura do Proletariado, não pode ser impedimento para dar-lhe o conteúdo correto, depois que se reconheceu tal conceito como insustentável.

2ª Pergunta:

Se o Governo Operário-Camponês já é a Ditadura do Proletariado, porque não o dizemos na formulação de nossa propaganda e palavras de ordem de ação?

Resposta:

Aqui a pergunta é incorreta. Caracterizamos o Governo dos Operários e Camponeses como Ditadura do Proletariado, na medida em que o contrapomos à república parlamentar-burguesa e na medida em que o ligamos às palavras de ordem dos *Räte*. Fizemo-lo o tempo todo enquanto Oposição Comunista e com isso caracterizamos o Governo Operário como uma forma da Ditadura do Proletariado.

3ª Pergunta:

Porque a Ditadura do Proletariado “pura” já não se chama Governo Operário-Camponês?

Resposta:

Porque, se o nome de “Governo Operário-Camponês” é utilizado para o estágio inicial da Ditadura do Proletariado, está correto, tanto para outros estágios quanto para todos os seus estágios, ou seja, para o seu conceito global, utilizar outros nomes. As diferenças de nomes devem corresponder às diferenças conceituais, se não queremos criar confusão.

A designação de “Governo dos Operários e Camponeses” é mais identificada do que a de “Ditadura do Proletariado” ou República dos *Räte*. Por isso é aconselhável como designação para o estágio menos desenvolvido da Ditadura do Proletariado.

4ª Pergunta:

De que forma o “Governo dos Operários e Camponeses” se transforma na Ditadura do Proletariado “pura”?

Resposta:

Através dos *Räte* no poder, que afastam totalmente os restos de instituições e métodos democrático-parlamentares; através do combate à contrarrevolução que aproveita esses restos como CENTROS de organização e como armas contra a Ditadura do Proletariado. Do ponto de vista partidário, na medida em que os partidos de coalizão do Governo dos *Räte* são eliminados e que o Partido Comunista

dirige sozinho os *Räte* e suprime todas as outras organizações partidárias. O sinal da transição é, portanto, o surgimento do monopólio do Partido como dirigente dos *Räte*.

5ª Pergunta:

De acordo com isso, qual é o conteúdo do Governo Operário e Camponês nas suas relações políticas e de classe?

Resposta:

Ambas as perguntas já são respondidas pelo que está dito acima. Resumimos as respostas mais uma vez, em tópicos, para maior clareza. Do ponto de vista de classe, tanto o "Governo Operário-Camponês" como a Ditadura do Proletariado "pura" – a ditadura da classe operária é uma aliança da classe operária e camadas trabalhadoras não proletárias (pequena-burguesia da cidade, pequenos camponeses, etc.) contra a classe até então dominante.

Politicamente essas ditaduras se diferenciam com relação à forma e ao método.

A forma:

No caso do Governo Operário:

- a) Ainda coalizão com um ou mais partidos não comunistas no Governo dos *Räte* e nos seus órgãos;
- b) Ainda restos de instituições democrático-parlamentares.

No caso da Ditadura dos *Räte* pura:

- a) O PC sozinho como dirigente da Ditadura dos *Räte* e dos seus órgãos;
- b) Completa eliminação dos restos democrático-parlamentares.

O método:

No primeiro caso, ainda determinados direitos "democráticos" para a burguesia; no segundo, liquidação disso.

7ª Pergunta:

Os comunistas podem entrar num governo num país em que a revolução burguesa está claramente na ordem do dia?

Resposta:

Lênin e o Partido Bolchevique antes de 1905 baseavam-se na Resolução sobre o Governo Provisório, que entendiam como a "Ditadura Democrática dos Operários e Camponeses", portanto uma espécie de ditadura jacobina. Na prática isso não se deu na medida em que a "Ditadura Democrática dos Operários e Camponeses" se realizou sob a forma de duplo governo, em março de 1917, quando os Sovietes, que na época ainda estavam sob a influência dos mencheviques e social-revolucionários, criaram um governo paralelo e "controlavam" o governo de Kerenski.

Uma parte dos bolcheviques (Kamenev, Stálin) era favorável à participação no governo provisório; Lênin e a maioria dos bolcheviques eram contra. Com razão, pois somente de fora do Governo Provisório, nos Sovietes, era possível dirigir a luta contra o Governo Provisório, isto é, a coalizão entre burguesia e classe operária.

Também na Alemanha, em novembro de 1918, foi correto que a Liga Espartaquista não tenha participado do "Governo dos Comissários do Povo".

A participação de comunistas num "Governo Provisório" na revolução democrático-burguesa está ligada a determinadas condições: Engels não aceitou em 1849, durante a Campanha da Constituição do Reich, participar no Governo Revolucionário do Palatinado, porque não havia apoio de uma organização operária que pudesse defender energicamente os interesses específicos de classe do proletariado. Na Resolução do 3º Congresso do Partido Bolchevique (1905) foram citadas como condições para a participação no governo: o controle do Partido sobre os seus representantes no governo e o armamento dos operários.

Os comunistas têm que poder se apoiar no armamento das massas trabalhadoras e seus órgãos, numa "Ditadura Democrática dos Operários e Camponeses". Por isso, a participação dos comunistas chineses no Governo do Wuhan foi errada. Ela impediu o reforço do movimento e organização das massas proletárias em vez de incentivá-las.

Revoluções puramente burguesas em regra já não se dão mais nos países altamente capitalistas. A revolução de novembro de 1918 estava no limite entre a revolução burguesa e a proletária. Uniu o fim da revolução burguesa ao início da proletária. Estágios intermediários burguês-proletários ainda são possíveis também em países altamente capitalistas, na transição da ditadura fascista para a ditadura do proletariado.

A possibilidade de revoluções burguesas ainda existe hoje (mas também com maior ou menor influência proletária) para países coloniais, para países como a Índia, o Egito, etc., e também para países como a Espanha.

8ª Pergunta:

O que acontece num país no qual a revolução burguesa está diretamente na ordem do dia, os comunistas participam do governo e a revolução burguesa é vitoriosa, como devem se comportar os comunistas?

Resposta:

Uma pergunta mal formulada. Como é possível que exista um governo burguês-revolucionário se a revolução burguesa ainda não venceu? Para que um governo burguês-revolucionário seja possível, tem que ter derrotado o seu ou os seus adversários.

A pergunta bem formulada seria: Durante quanto tempo e sob que condições, comunistas podem participar de um governo revolucionário-burguês? A resposta a isto já está dada através das condições acima formuladas, para a entrada de comunistas em um governo revolucionário-burguês.

Um governo revolucionário-burguês encontra-se diante de duas tarefas:

Em primeiro lugar, liquidar a classe ou classes até então dominantes (feudais ou semi-feudais) que ela derrotou e as quais não se conformam com a sua derrota – e que tentam eventos contrarrevolucionários e intervenções externas – quebrar total e definitivamente sua oposição. Isso abrange a guerra civil à contrarrevolução interna e a guerra revolucionária aos inimigos externos. Essa tarefa só pode ser cumprida conseqüentemente, como demonstra a experiência histórica, se a revolução ultrapassa os limites burgueses, isto é, quando os plebeus, operários e camponeses, lutam pela causa da revolução burguesa através de uma "ditadura democrática" jacobina contra as traições e oscilações inevitáveis da grande burguesia. Já a realização conseqüente da luta contra o feudalismo exige medidas contra a burguesia, contra o capital. Quando o feudalismo estiver derrotado, a revolução encontrar-se-á diante da encruzilhada: ou é encerrada, no sentido

burgueses, na medida em que a burguesia derruba as massas populares revolucionárias e impõe-lhes o seu domínio de classe (Thermidor, na Grande Revolução Francesa), ou a revolução é impulsionada, no sentido socialista, à Ditadura do Proletariado e liquidação do capitalismo (esta possibilidade existe hoje nos países coloniais em vista da decadência em escala mundial do capitalismo). Os comunistas lutam, obviamente, pela segunda possibilidade.

O critério decisivo para os comunistas é que eles têm a cada instante que impulsionar a luta contra a contrarrevolução e estimular o desenvolvimento revolucionário da classe operária e dos camponeses. Os meios e métodos necessários dependem da situação concreta. Também através desse critério é que deve ser decidida a questão da participação de comunistas num governo burgues-revolucionário, tanto a possibilidade de entrada quanto a necessidade de saída do governo.

9ª Pergunta:

Se os comunistas podem ingressar no governo de um país no qual a revolução burguesa está diretamente na ordem do dia, porque não podem fazê-lo num país em que a revolução proletária está na ordem do dia?

Resposta:

Uma indagação tão simplista, para não usar uma expressão mais forte, não deveria ocorrer a um comunista experiente. Pois a questão não é, tanto no caso da revolução burguesa quanto da proletária, simplesmente a do ingresso em um "governo", mas do ingresso em que governo. A pergunta clara e precisa deveria ser: porque os comunistas podem ingressar num governo da Ditadura Democrática dos Operários e Camponeses, em situações conhecidas no caso de uma revolução burguesa e porque, a Ditadura Proletária não pode utilizar as formas estatais e de governo democrático-parlamentar da burguesia?

Se a pergunta estiver corretamente formulada, a resposta é dada por si mesma a comunistas, e já foi resolvida há muito tempo. Revoluções burguesas podem utilizar formas de Estado burguesas democrático-parlamentares. Revoluções proletárias não podem atingir seus objetivos através da máquina estatal burguesa, e têm de destruí-la, arrebatá-la e criar um aparelho estatal de outro tipo – de *Räte*.

Na revolução burguesa o denominador comum para a participação dos comunistas com outros grupos no governo, é o reconhecimento dos princípios da revolução burguesa, isto é, a luta conseqüente contra o feudalismo; na revolução proletária os comunistas ingressam no Governo para realizar os princípios do comunismo.

Supomos que para os comunistas experientes não sejam necessárias explicações mais extensas.

A formulação geral da pergunta, como "entrada em um governo", sem dizer que tipo de governo se trata, não é uma pergunta comunista e historicamente objetiva e, portanto, também não é marxista.

A pergunta aqui é paradoxal, inclusive sofisticada. A aparência do paradoxo e a realidade da sofisticada são atingidas por meio de duas colocações historicamente diferentes, relativas a estágios opostos da luta de classe, o da revolução burguesa e o da proletária que, situadas no mesmo nível, são erroneamente equiparadas.

As duas questões jamais ocorrerão ao mesmo tempo num mesmo país, pois correspondem a estágios diferentes da luta de classes e do desenvolvimento sócio-político. Podem, porém, surgir simultaneamente em diferentes países, já que ainda

hoje, ao lado de países que já realizaram a revolução burguesa, ainda existem aqueles que têm de fazê-la.

Mas isso não modifica nada no fato de que os problemas da revolução burguesa e da proletária são completamente diferentes. Distingui-las faz parte do ABC da teoria marxista.

10ª Pergunta:

Em que medida o Governo Operário-Camponês é uma palavra de ordem de transição após uma insurreição armada vitoriosa?

Resposta:

O Programa Comunista apresenta como palavras de ordem de transição aquelas que preparam a transição das lutas diárias à luta pelo poder e que se tornam reais nessa luta. As mais importantes são: *Räte*, controle operário sobre a produção.

Está claro que o "Governo Operário" não é uma palavra de ordem de transição nesse sentido, pois a realização não se dá enquanto a luta pelo poder continuar, isto é, não está decidida, enquanto a burguesia ainda não tiver sido derrotada pela insurreição proletária vitoriosa. Antes do novo governo ser instalado, o velho tem de ser derrotado, afastado. Isto é uma verdade elementar.

Durante a luta pelo poder a palavra de ordem de transição correspondente a esse período é: *Räte* como órgãos de luta da classe operária. Eles se concretizarão na luta pelo poder. A insurreição será dirigida sob a palavra de ordem: Todo o poder aos *Räte*.

O "Governo Operário" é uma transição para quê? Para a ditadura pura. Isto é algo diferente. Tais palavras de ordem, porém, não denominamos mais como palavras de ordem de transição no sentido do controle operário da produção, etc. Como também a nacionalização da grande indústria não é considerada uma palavra de ordem de transição nesse sentido. Isto já são instituições e ações da classe operária vitoriosa. Chamamo-las de palavras de ordem finais. Essas palavras de ordem finais também são de "transição" – como toda ditadura do proletariado é uma "transição" – mas transições de uma fase superior, estágios da marcha vitoriosa do proletariado, que transforma a economia capitalista em socialista e a sociedade de classes na sociedade sem classes.

11ª Pergunta:

Porque apresentamos o Governo dos Operários e Camponeses como palavra de ordem de propaganda e em parte até como palavra de ordem de luta, no período atual?

Resposta:

Como resposta basta colocar uma contrapergunta do mesmo tipo: porque apresentamos, ao lado da palavra de ordem do controle operário da produção e da desapropriação dos capitalistas, a da estatização socialista da grande indústria, etc.?

Ligamos a propaganda das palavras de ordem finais com as das reivindicações parciais e palavras de ordem de transição. Não as colocamos em oposição uma às outras. O abandono das palavras de ordem finais é socialdemocrata. Certamente o camarada H.T. o sabe tão bem como qualquer outro, mas, neste caso poderia ter-se poupado a pergunta. O que é que o camarada H.T. entende por "palavra de ordem de luta" em oposição a "palavras de ordem de propaganda"? Uma palavra de

ordem de ação, talvez? Em caso positivo, perguntamos: quando, nos últimos anos, a palavra de ordem do "Governo Operário" já foi palavra de ordem de ação? Segundo o nosso conhecimento não o foi, pois nessa época a classe não estava em luta pelo poder. Ela era, portanto, uma palavra de ordem de propaganda. "Palavra de ordem de luta" é um termo indefinido, que abrange as duas, portanto, não está bem colocado aqui, onde se deve fazer uma distinção.

12ª Pergunta:

Porque não utilizamos a palavra de ordem da Ditadura do Proletariado, como palavra de ordem de luta, atualmente:

Resposta:

Todos os nossos manifestos contêm a Ditadura do Proletariado como palavra de ordem de propaganda. Ela é a fórmula geral da Ditadura do Proletariado. O Governo Operário é uma fórmula específica. Não estão em contradição. O específico está contido no geral. Sob a fórmula geral da estatização socialista da grande indústria está compreendida a palavra de ordem específica da estatização das minas.

Uma fórmula contradiz a outra? Parece que não. Uma destas fórmulas é somente um caso especial da outra.

Tanto a palavra de ordem do "Governo Operário" quanto a da Ditadura do Proletariado são no "período atual" palavras de ordem de propaganda – que amanhã podem se transformar na luta pelo poder.

.....

As respostas tiveram de ser um pouco mais extensas do que as perguntas. Não estão esgotadas, mas esperamos que tenham tornado claras as perguntas fundamentais.

Atingir essa clareza é ainda mais urgente, porque não é de se excluir que, continuando a desagregação da socialdemocracia, surjam nela posições centristas que dêem vida, sob nova forma, ao famoso "Enraizamento dos Räte na Constituição", de Hilderding. Pois a essência do centrismo consiste justamente na falta de clareza e na indecisão na questão da democracia burguesa e da Ditadura do Proletariado. O centrismo oscila entre ambos e exprime essa oscilação em fórmulas que contêm uma unificação das contradições entre democracia burguesa e a Ditadura do Proletariado. Cuidemos para que estas tendências não possam se apegar a velhos erros do nosso desenvolvimento, para que alguns dos nossos companheiros não caiam no risco de esquecer a posição certa frente ao centrismo.

Por outro lado, temos de defender diante dos ultraesquerdistas a concepção de que a Ditadura do Proletariado tem tanto uma pré-história, quanto uma história.

Porém, na medida em que combatemos as concepções ultraesquerdistas, de acordo com as quais a Ditadura do Proletariado surge de repente, sem preparação, como também sem desenvolvimento posterior, devemos cuidar para que não cedamos absolutamente nada às concepções centristas, que procuram diluir a contradição fundamental entre a democracia burguesa e a Ditadura do Proletariado, e que sempre têm por fim permanecer no terreno da democracia burguesa e desistir da luta pela Ditadura do Proletariado.

A menor imprecisão nisso pode levar a consequências práticas as mais desastrosas.

O Governo Operário-Camponês como parte do duplo poder

A. Thalheimer

Pretendo fazer aqui somente algumas constatações e considerações rápidas a respeito do assunto. Se aquilo que o camarada H.T. chama de “notas” tem um conteúdo objetivo ou não, os leitores poderão verificar por si mesmos. Vamos, pois às constatações.

A primeira, bastante agradável, é que o camarada H.T. já não mantém as concepções apresentadas no seu primeiro artigo. O Governo Operário (como o chama abreviadamente) baseia-se agora nos *Räte*. O caráter dúbio democrático-parlamentar desapareceu. Nessa questão o camarada H.T. deu um passo à esquerda. Mas, agora, um pouco demasiado à esquerda.

Agora, o Governo Operário é um Governo dos Räte que surge na LUTA PELO PODER, onde o governo burguês ainda continua ao seu lado, apesar de se encontrar bastante enfraquecido. Como governo paralelo, o Governo Operário organiza a insurreição. Da insurreição vitoriosa surge a Ditadura dos *Räte*.

Essa é uma concepção bem nova – o que em si não seria mau, mas ela é teoricamente incorreta e pode conduzir a consequências muito perigosas na prática. É teoricamente errado que os *Räte* possam formar um governo já durante a luta pelo poder. Ainda não são governo, mesmo se já exercem o poder político local e parcial.

No período de luta pelo poder, também na Alemanha, o governo burguês e os *Räte*, como órgãos de luta e insurrecionais da classe operária, confrontar-se-ão durante certo tempo.

A formação de um Governo Proletário Central é impossível, enquanto o governo burguês não tiver sido derrotado no seu centro político, isto é, enquanto a insurreição não tiver sido vitoriosa na capital. Qual seria nestas circunstâncias a consequência prática das concepções do camarada H.T.? Só poderia ser que local, regional, ou estadualmente fossem criados governos dos *Räte* antes da queda do governo central burguês. SE isso acontecer, antes de se ter alcançado a maturidade geral para a insurreição em todo o país, conduzirá a golpes, a Repúblicas de *Räte* bávaras, etc., que seriam em curto ou longo prazo – provavelmente em curto – novamente esmagadas pela contrarrevolução. Já que isso representa na prática o cerne do assunto, penso que o camarada H.T., agora, avançou muito à esquerda.

Essas insurreições locais ou regionais, como prelúdios da insurreição geral, naturalmente são possíveis e até prováveis. Mas, não têm nada a ver com o “Governo Operário”; onde se dão (mais ou menos casuais), fazem parte da insurreição para a instituição da Ditadura dos *Räte*, e onde não estão em ligação direta com isso, estão fadadas ao insucesso.

Em geral a tomada do Poder Central pelos *Räte*, em consequência da insurreição na capital, criará as premissas e dará o sinal para a tomada do poder pelos *Räte* local, regional e estadualmente. E a tarefa dos comunistas será a de impedir que os operários revolucionários dêem golpes locais que permitam à contrarrevolução derrotar os operários isoladamente. O “Governo Operário-Camponês” como a parte revolucionária do “duplo poder” é uma construção teórica e praticamente

insustentável. Certamente a denominação “duplo poder” confundiu o camarada H.T. e o levou à suposição de que possam existir dois governos centrais ao mesmo tempo, um burguês e um proletário, ou que possam surgir governos proletários locais ou regionais independentemente da decisão quanto ao poder no centro político do país.

ALGUMAS PERGUNTAS TAMBÉM

Respondo antes de tudo à segunda parte positiva do artigo do Camarada Enderle. Peço desculpas se tenho de fazê-lo com “conceitos teóricos abstratos”, mas “o que pode oferecer um pobre homem como Hamlet” se não aprendeu a pensar sem usar conceitos?

Talvez a discussão seja sensivelmente abreviada se, seguindo o exemplo do camarada H.T., eu também formular algumas perguntas.

1ª pergunta:

O Governo Operário não deve ser parlamentar, deve se apoiar em órgãos de massa como milícias armadas, comitês de controle, conselhos de empresas, conselhos operários políticos, representantes dos desempregados, das camadas médias, - mas ainda não deve ser uma Ditadura do Proletariado. Um governo que não se apóia em órgãos parlamentares e sim em órgãos de classe do proletariado é um Governo de Räte. Mas ele não deve sê-lo. O que é um governo que não é parlamentar, embora também não seja uma ditadura de *Räte*, mas que apesar disso se apoia nos *Räte*? (o importante não é o nome de órgãos de classe e sim o objetivo).

As características que o camarada Enderle apresenta são as de um governo de *Räte*. Só que os *Räte* no governo devem ser denominados de outra forma. Ou será que é possível um governo de *Räte* que não seja um governo ditatorial?

2ª pergunta:

Esse governo que já não é parlamentar, que se apoia nos *Räte*, mas não é um governo dos *Räte*, também deve poder surgir antes da insurreição vitoriosa.

O camarada Enderle me permita a seguinte pergunta a respeito disso: como pode um governo ser exercido através de órgãos de classe proletários se os velhos órgãos governamentais burgueses ainda existem intactos ao seu lado?

Como podem ser vencidos os órgãos governamentais burgueses (os quais em conjunto formam o governo burguês) pela classe operária sem insurreição?

É possível atingir o Governo dos *Räte* através da via pacífica? De acordo com Marx e Lênin, não. De acordo com a experiência histórica também não, mas evidentemente de acordo com o camarada Enderle, para o qual o Governo dos *Räte* (que, porém não deve ser denominado assim) pode surgir antes da insurreição, isto é, sem insurreição, ou seja, pacificamente.

3ª pergunta:

Se “todas as formas de governos burgueses se desgastarem”, quais as possíveis ainda, além da Ditadura do Proletariado?

4ª pergunta:

Em que consiste o “desgaste de todas as formas de governo burguês”, senão na aceitação da Ditadura do Proletariado, ou seja, na disposição de lutar pela sua instituição?

Um não implica no outro? – a não ser que se imagine uma situação em que os operários não querem governo algum e não querem lutar por ele. Eles querem, portanto, a anarquia através da via pacífica ou talvez absolutamente nada.

Que situação seria essa, na cabeça dos operários, em que as “ilusões democrático-parlamentares” desapareceram, mas na qual a Ditadura do Proletariado é negada?

5ª pergunta:

A propaganda atual dos *Räte* e da Ditadura dos *Räte* é totalmente errada? Ou será que ela não tem efeito somente porque não está ligada a ações de massa, palavras de ordem cotidianas e de transição?

6ª pergunta:

O Governo Operário é considerado uma palavra de ordem de transição. O Governo Operário é transição de quê e para o quê? Da democracia burguesa para a Ditadura do Proletariado? Qual é o tipo de governo que não é nem democracia burguesa nem Ditadura do Proletariado? A “transição” é a luta pelo poder, e enquanto dura, os *Räte* continuam órgãos de luta; tornam-se finalmente órgãos insurrecionais, mais ainda não são órgãos de governo.

7ª pergunta:

Como estão os operários que têm uma visão crítica em relação aos dirigentes reformistas, mais ainda não estão no PCA, em relação ao comunismo? A disposição de luta pelo poder do proletariado não é a aceitação do comunismo? Como devem e podem operários lutar pelo poder, se ainda não estão dispostos a lutar pelo poder?

Como a tomada do poder é possível, sem a direção de um PC, ou seja, um partido que se coloque a tomada do poder como objetivo? Pode surgir um Governo Operário sem direção comunista? Devemos ser pela palavra de ordem de Kronstadt: Sovietes sem comunistas? Ou por Machno?

8ª pergunta:

Que “experiências” farão um governo operário, no qual os operários ainda têm que adquirir a “experiência” de que a burguesia não deve ser acariciada e sim derrotada e subjugada?

Penso que tal governo fará a “experiência” de ser derrubado num abrir e fechar de olhos. Para criar um governo proletário essa “experiência” já deve ter sido adquirida pelos operários. A experiência na luta pelas reivindicações diárias e palavras de ordem de transição leva à compreensão da necessidade da luta pela Ditadura do Proletariado. As próprias lutas parciais pressupõem a compreensão da necessidade da luta pelas reivindicações diárias. A luta pela ditadura do proletariado pressupõe a compreensão da necessidade de luta por ela, adquirida nas lutas parciais.

9ª pergunta:

Um “Governo Operário” como “governo paralelo” é alguma coisa diferente do que um outro nome para os *Räte* que dirigem a luta pelo poder contra o governo burguês? Como pode um “governo operário” exercer o poder enquanto o governo

burguês não tiver sido derrubado? Como pode um "governo operário" exercer o poder se ainda não está no poder?

10ª pergunta?

Porque não se pode chamar a organização que deve levar adiante a luta pelo poder, que, portanto, ainda não está no poder, de Comitê Revolucionário, o que ela é na realidade, e, sim, chamá-la de Governo, o que ela não é ainda?

11ª pergunta:

O que é um "Governo Operário" que deve substituir um governo burguês, mas simultaneamente pode coexistir com ele; que pode surgir tanto antes, como durante ou após a luta armada; que exerce o poder sem tê-lo e que não é parlamentar nem democrático, mas também não é ditatorial; que se apóia nos *Räte* mas também não é um governo dos *Räte*? Que "governo operário" é esse que se instala pacificamente, mas que deve organizar a insurreição, através do qual os operários lutam pelo poder, mas não tem nada a ver com o comunismo? "Governo Operário" através do qual os operários perdem as ilusões parlamentares, mas não querem saber nada da Ditadura do Proletariado? O que é tudo isso, a não ser – para dizê-lo com palavras afáveis – uma tentativa muito bem sucedida de pensar sem conceitos.

(Digitalizado a partir de uma cópia mimeografada dos arquivos da Organização Política Operária.)

LINHAS E CONCEITOS BÁSICOS DA POLÍTICA INTERNACIONAL APÓS A II GUERRA MUNDIAL

August Thalheimer¹

Nota preliminar: As particularidades da atualidade foram abstraídas intencionalmente. Trata-se aqui somente de mostrar, em poucas palavras, as linhas principais da política internacional após a II Guerra Mundial e de discutir alguns dos conceitos básicos daí decorrentes.

Além disso, aqui não se trata de desejos, intenções ou planos, mas sim, de uma análise e de um resumo dos fatos e das forças motrizes pertinentes.

1. A DIFERENÇA ESSENCIAL DA CONSTELAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL ANTES E DEPOIS DA II GUERRA MUNDIAL

A constelação política internacional *antes* da II Guerra Mundial mostra os seguintes agrupamentos principais:

- I. O campo das potências imperialistas em estado de defensiva política ("amantes da paz"): o Império Britânico, a França com o seu império colonial, os Estados Unidos.
- II. O campo das potências imperialistas em estado de ataque ("agressivas"): a Alemanha, a Itália e o Japão.
- III. A União Soviética: um estado de base econômica socialista.
- IV. Povos coloniais e semicoloniais.

O desenrolar dos fatos da II Guerra Mundial mostrou que as contradições entre os dois campos imperialistas superaram sua contradição conjunta com a União Soviética. Uma frente imperialista conjunta contra a União Soviética não se materializou. A União Soviética teve que pagar um grande preço por isso. O preço foi a renúncia de conduzir a guerra como uma guerra revolucionária. Antes de tudo, isso incluiu a renúncia da União Soviética de revolucionar a Alemanha durante a guerra. A revolução socialista na Alemanha foi a vítima principal da coalizão de um estado socialista com duas potências mundiais imperialistas. Esse foi o preço para a conservação da cisão do campo imperialista durante todo o curso da guerra, sem a qual o estado soviético não teria sobrevivido. O preço pago pelos aliados imperialistas foi o avanço das fronteiras do estado soviético e de sua "esfera de influência" até os rios Elba e Neisse e o Mar Adriático.

O fim da II Guerra Mundial simplifica extremamente a constelação política

¹ Assinado sob o pseudônimo de Aldebaran [NT].

mundial e, com isso, a exacerba. A divisão profunda no campo imperialista desapareceu com a vitória completa dos aliados. O “mundo único” de Willkie² é uma fantasia, mas a essência do campo imperialista único é uma realidade. Os imperialistas derrotados na II Guerra Mundial foram empurrados pelos imperialistas vencedores para o submundo dos povos coloniais ou semicoloniais, que não são os sujeitos, mas sim, os objetos da política imperialista.

Contudo, mesmo o mundo dos povos coloniais e semicoloniais saiu da II Guerra Mundial com um impulso enormemente fortalecido para a independência dos estados. Esse foi o outro preço que os imperialistas tiveram que pagar pela luta que travaram entre si.

No campo imperialista, obviamente, nem todas as contradições desapareceram, mas o resultado fundamental é a *predominância de sua unidade* contra os dois grupos restantes: o estado soviético e sua esfera de influência e o grupo dos povos coloniais ou semicoloniais. Essa predominância da unidade no campo imperialista é, antes de tudo, a consequência de um fato: o peso militar e econômico dominante, adquirido durante a guerra, pelos Estados Unidos em relação à Inglaterra e, ainda mais, em relação às outras potências imperialistas menores. Antes de tudo, o decisivo aqui é que o peso da frota americana não é mais comparável com o da inglesa. Depois da II Guerra Mundial, a Inglaterra não pode mais conduzir uma guerra contra os Estados Unidos. Ela deve se subordinar a eles.

Assim, o quadro da constelação mundial após a II Guerra Mundial é o seguinte, em grandes traços:

- I. O campo das potências imperialistas vencedoras.
- II. A União Soviética e sua esfera de poder.
- III. Povos coloniais e semicoloniais.

Abstraindo-se o grupo dos povos coloniais e semicoloniais pertencentes ao submundo (mesmo que rebelde) da política mundial, então o traço fundamental da situação política internacional agora é que os campos imperialista e socialista (sob a forma da União Soviética) encontram-se *imediatamente* em oposição.

Os rios Elba e Neisse e o Mar Adriático não são agora apenas fronteiras políticas, mas sim, *sociais*: as fronteiras de dois sistemas econômicos e sociais contraditórios.

Essa simplificação encerra uma exacerbação das contradições em si.

Também no campo da União Soviética não faltam as matizes, as diferenças e até mesmo as contradições. Mas, em relação ao campo imperialista,

² Referência a Wendell Lewis Willkie (1892 – 1944), candidato republicano derrotado por Roosevelt na eleição presidencial de 1940. Roosevelt o utilizou posteriormente como embaixador informal em muitas missões internacionais. Voltou para a casa com a visão de um “mundo único” (“One World”), livre do imperialismo e do colonialismo.

predomina aqui também o *terreno comum* dos objetivos sociais fundamentais.

2. A FUSÃO DAS POLÍTICAS INTERNA E EXTERNA

Houve um entrelaçamento tão estreito das políticas externa e interna, realmente uma espécie de fusão dos dois âmbitos, como nunca antes ocorrera, abstraída a época das guerras napoleônicas, ou seja, da revolução burguesa.

Em ambos os campos principais da política internacional o objetivo é orientar e moldar as condições sociais, econômicas e políticas de cada estado dominado, ou fortemente influenciado, no sentido do seu próprio sistema social.

É claro que a contradição real não é entre "democracia" de um lado e "ditadura" ou "totalitarismo" do outro, como a propaganda apresenta.

A contradição real é entre o objetivo capitalista de um lado e o socialista do outro. Assim, aqui onde o *status quo* social é burguês, trata-se da sua conservação e, com isso, das relações de classes vigentes; lá, trata-se da transformação do *status quo* na direção do socialismo e da retirada de poder das classes até então dominantes. Em ambos os casos, o papel decisivo fica por conta da violência militar e econômica, de forma aberta ou encoberta.

Enquanto o conflito entre ambos os campos ainda não é aberto e agudo, isto é, enquanto não há guerra, ambos se movimentam em etapas para atingir seus objetivos. Ambos os campos fantasiam, por enquanto, seus objetivos com a bandeira aparentemente conjunta da "democracia" – só que ela encobre aqui e lá realidades opostas. É também sob essa camuflagem que a União Soviética e seus partidários proclamam a inviolabilidade da propriedade burguesa e começam com remodelações tais que ainda se assentam, de fato, dentro da estrutura burguês-capitalista, mas logo a extrapolam, na medida em que *uma* das classes dominantes é expropriada de seu poder político ou econômico: como no caso da divisão da grande propriedade nos Bálcãs, na Hungria, na Alemanha do Norte, etc.

A Itália, a Grécia, as zonas de ocupação anglo-saxônicas da Alemanha são exemplos claros e excelentes dos verdadeiros métodos utilizados do outro lado e de sua máscara propagandística.

Esses traços de política interna dentro das duas esferas de poder objetivam, em última instância, a alteração gradual e a transformação sucessiva da correlação de forças da política externa. São componentes do posicionamento estratégico dos dois campos um contra o outro; de fato, são seus componentes principais. Como etapas e aspectos parciais antes do conflito decisivo, são *compromissos* transitórios.

Mas seria falso acreditar que, com isso, a própria ação dos povos e dos estados assim influenciados esteja eliminada para sempre. Os povos não são *apenas* peças de xadrez no jogo da política internacional. A estratégia dos

estados dominantes em ambos os campos é uma coisa, a vida própria dos povos e sua ação, segundo seus próprios antecedentes de classe e suas necessidades, são outra coisa – e as contradições desses dois fatores pertencem ao quadro da realidade, não são momentos que se possam omitir do jogo de forças.

Mas também vale o contrário: as lutas de classes espontâneas dos povos e estados em um ou outro campo não podem simplesmente abstrair o quadro geral da política internacional. Aqui domina a interação mais estreita e multiforme.

3. A SUPERIORIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS UNIDOS

Este é o terceiro resultado decisivo da II Guerra Mundial. Ele já fora previsto por Friedrich Engels no final dos anos 80 como o resultado certo de uma futura guerra mundial e avaliado com visão e profundidade quanto a sua enorme influência nas relações econômicas e sociais da Europa.

Numa carta de 7 de janeiro de 1888, que tratava da perspectiva de uma grande guerra européia, Engels escreveu a seu velho amigo e companheiro de lutas Sorge, que emigrara para a América, mas permanecera em contato contínuo com Marx e Engels:

“Se a guerra sem movimentos internos fosse levada adiante até o fim, então ocorreria uma exaustão como a Europa não experimentou nos últimos duzentos anos. A indústria americana venceria então em toda a linha e nos colocaria diante da alternativa: ou a recaída para a mera agricultura de *subsistência* (o grão americano proíbe todas as outras) ou mudança social”.

A suposição na carta de Engels era a de uma guerra européia na qual os Estados Unidos não participassem. De fato, os Estados Unidos participaram nas duas últimas guerras mundiais. O resultado, entretanto, corresponde essencialmente ao admitido por Engels: uma tremenda destruição e exaustão na *Europa*, que ultrapassa de longe a da Guerra dos 30 Anos, enquanto os Estados Unidos não só ficaram poupados dessa destruição como elevaram enormemente seu aparato produtivo e a produtividade do trabalho e ganharam uma superioridade industrial e financeira esmagadora sobre a Europa como um todo.

A previsão de Engels das consequências dessa superioridade para a Europa é genérica, como não poderia ser diferente. Nessa generalidade, a previsão é hoje tão correta e convincente como era há 58 anos. Em aberto ficaram as questões das formas determinadas nas quais se expressam a supremacia econômica dos Estados Unidos e o fator tempo.

Entretanto, apresentou-se uma série de fatos que nos permitem caracterizar mais de perto a previsão de Engels:

- a) Em relação ao *tempo*: há uma aceitação geral, apoiada em fatos econômicos conhecidos, de que, por alguns anos imediatamente após a guerra, será principalmente o mercado *interno* que irá bastar para a

absorção da produção industrial americana. A avaliação quanto a esse prazo varia de três a cinco anos. De tal forma que a ação explosiva da supremacia econômica americana não ocorrerá de imediato, mas com um retardo comparável a uma bomba de tempo. No decorrer desse prazo, a indústria americana multiplicar-se-á ainda mais em tamanho e produtividade – com o apoio de um mercado interno visivelmente inesgotável – de forma a fortalecer a ação explosiva final.

- b) Em relação às *formas* e *métodos* nos quais se expressa essa superioridade econômica:

A Inglaterra, quando era superior a todos os demais países industriais, conquistou a supremacia no mercado mundial por meio do *livre-mercado*. Os Estados Unidos utilizam, se não o mesmo instrumento, uma arma semelhante: a política de “portas abertas”, isto é, forçar a entrada de suas mercadorias e capitais em territórios que eram anteriormente monopólios de outras potências. Os Estados Unidos utilizam para isso uma série de meios políticos e econômicos que não serão enumerados aqui em detalhe.

Assim, o capitalismo americano investe contra dois tipos de barreiras: a primeira, a dos outros imperialistas (Inglaterra, França); a segunda, a dos territórios econômicos socialistas, da economia soviética com o seu monopólio do comércio exterior e das esferas de influência da economia soviética. O esforço geral do imperialismo americano é o de afrouxar as amarras para a sua expansão, reduzi-las e, finalmente, explodi-las. A velocidade e a força com a qual essa tendência geral procura se fazer valer mudará de acordo com as circunstâncias. Por exemplo, não constitui para a economia americana nenhuma necessidade imediata a de derrubar os portões da economia soviética. Mas é previsível que esse dia chegará. A economia americana está interessada agora em impedir, ou ao menos atrasar a transição de outros países capitalistas para formas econômicas socialistas, pois cada novo território econômico socialista significaria uma nova barreira para a sua possível expansão. Portanto, o capital americano precisa tentar e tenta postergar a saída socialista dos países capitalistas europeus diante do dilema que a supremacia econômica americana lhes coloca.

Assim, a supremacia econômica americana exerce sobre os países capitalistas da Europa um efeito duplo e, ao mesmo tempo, contraditório: deixar a transição para formas econômicas socialistas como a única saída que é historicamente progressista e, ao mesmo tempo, lhes tentar impedir essa saída, no interesse da expansão econômica americana, obrigando-os a ir para o outro caminho, que os jogaria de volta atrás ainda do capitalismo.

A alternativa formulada por Marx já há 100 anos – progresso para o socialismo ou retrocesso para a barbárie – tomou, assim, no terreno econômico, essa forma: ou o progresso para formas de socialismo de estado como a próxima etapa para ir à frente ou o retrocesso para formas econômicas pré-capitalistas, para formas coloniais de economia. O “Plano

Morgenthau³ mostra visivelmente a forma específica do segundo lado da alternativa e não é por acaso que ele é um produto do mundo financeiro americano.

Em relação aos territórios coloniais ou semicoloniais, o capital americano desempenha um duplo papel: solidariedade com os impérios existentes, para conservar o domínio e a exploração coloniais; ao mesmo tempo, mudança de tal forma nesse domínio e exploração para preservá-los e, ao mesmo tempo, permitir a penetração do capital americano. Assim, o denominador comum é: conservação, mas, ao mesmo tempo, reforma do domínio e da exploração coloniais. O Líbano, a Síria, a Índia, a Indochina, as Índias Holandesas⁴ comprovam todos eles esse modelo geral.

Também aqui, os interesses, as intenções e os planos do imperialismo americano são uma coisa, a sua consecução é outra. Os povos coloniais e semicoloniais há muito tempo não são mais simples objetos da política imperialista. Eles intervêm no processo de maneira independente, com mais ou menos força.

Também a independência total de países até agora coloniais, como as Índias Holandesas, de forma alguma lhes precisaria fechar completamente os fluxos de mercadorias e de capitais dos países capitalistas. Mas a ditadura unilateral do capital estrangeiro cessaria. Os lucros mais gordos encolheriam. E os territórios coloniais tornados independentes ficariam expostos de uma forma muito maior que antes à força de atração dos territórios econômicos socialistas.

Porém, a política colonial imperialista gera contradições contínuas e move-se em contradições permanentes.

Ela processa-se em regiões econômicas pré-capitalistas, isto é, em regiões onde reina a economia natural ou a troca simples de mercadorias, onde ela degrada e destrói essas economias, onde os meios econômicos puros andam de mãos dadas com os meios políticos. Porém, a destruição da economia natural e a economia mercantil simples em intercâmbio com a economia capitalista produzem inevitavelmente no território colonial formas econômicas capitalistas nativas, com burguesia nativa, intelectualidade nativa, proletariado nativo e amplas camadas de camponeses, artesãos, pequenos comerciantes e outros que perderam sua condição de classe. Assim, o capitalismo imperialista é minado pelas consequências do mercado que ele próprio criou. E, quanto mais ele tenta impedir esse desenvolvimento com meios econômicos e políticos, mais ele torna explosivo o impulso de independência dos países coloniais, para os quais essas barreiras significam uma crescente miséria para as massas, uma volta atrás

³ Henry Morgenthau Jr., Secretário do Tesouro americano propôs em 1944 um plano sobre o futuro da Alemanha após a guerra, que incluía a sua divisão em dois estados independentes, a internacionalização ou a anexação pelos países vizinhos dos seus principais centros industriais e de mineração e a desmontagem ou a destruição de todas as suas grandes indústrias. [NT]

⁴ Trata-se da futura Indonésia. [NT]

até mesmo do nível de vida das condições da economia natural (ver a Índia).

Contradições muito parecidas vemos em desenvolvimento nos países até então de alto capitalismo, que em razão de sua derrota devem se transformar em territórios coloniais, ou seja, territórios de economia agrária preponderantemente de subsistência, "desindustrializados", de forma a quebrar a sua força militar e apagá-los como concorrentes econômicos.

Após o período de destruição física dos meios de produção capitalistas anteriores e da pilhagem dos seus restos, surge agora, para os imperialistas vencedores, a necessidade da reconstrução, no interesse e em consequência do desenvolvimento de suas relações econômicas com esses territórios. Reconstrução de quê? Das formas econômicas capitalistas! Uma reconstrução que deve ser controlada, ligada, limitada pelos vencedores – mas que nem por isso deixa de ser reconstrução. Porém, essa reconstrução produz inevitavelmente e de novo a concorrência capitalista e também o "potencial militar" do lado dos derrotados. Assim, precisa-se voltar novamente ao uso dos métodos de travamento e destruição, etc.

Assim, vemos na relação das potências vencedoras com a Alemanha, que aqui é o caso clássico, a sucessão, em curtos intervalos de tempo, da fase da destruição física em massa dos meios de produção, seguida de sua pilhagem e do programa da "desindustrialização", que encontrou no "Plano Morgenthau" sua expressão ao mesmo tempo cínica e clássica. Mas, depois de poucos meses, o Plano Morgenthau já foi jogado para o ferro-velho e do mundo do capital anglo-saxônico clama-se pela "reconstrução" da Alemanha. Essa nova fase é a revisão prática dos Acordos de Potsdam, na medida em que neles estão expressas as ideias do Plano Morgenthau. A razão humanitária dessa nova fase é somente uma máscara. Mas mesmo essa fase não será de modo algum a última nem a definitiva. As potências capitalistas vencedoras em sua relação com a Alemanha capitalista derrotada serão jogadas continuamente para lá e para cá entre os pólos opostos da aniquilação e da reconstrução, da ruralização e da reindustrialização, da trava econômica e do fomento.

Está claro que, sob essas condições, não se pode tratar de uma reconstrução planejada, generosa, rápida, que corresponda às necessidades das classes trabalhadoras da Alemanha.

Além dessas condições capitalistas gerais, que sozinhas já fazem da relação dos vencedores com a Alemanha derrotada uma cadeia contínua de contradições, acrescentam-se, para exacerbá-las: primeiro, as diferenças e contradições dos interesses econômicos específicos dos vencedores entre si em sua relação com a Alemanha e, segundo, sua contradição econômica, social e política conjunta com a União Soviética.

4. É POSSÍVEL UMA PAZ DURADOURA COM A CONTINUAÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS?

Vemos que um dos resultados principais da Segunda Guerra Mundial é que agora o campo do capitalismo imperialista e o da União Soviética estão imediatamente contrapostos, em embate.

A questão geral sobre a possibilidade de uma paz duradoura com a continuação de relações capitalistas decompõe-se em duas questões parciais.

A primeira é sobre a possibilidade ou a probabilidade de uma paz duradoura entre os capitalistas vitoriosos.

A segunda é se os sistemas econômicos capitalista e socialista podem viver lado a lado pacificamente, de maneira duradoura.

Aqui também uma resposta efetiva só pode ser dada mediante a dissecção dos fatos econômicos básicos, e não especulando sobre as visões ou planos de uma ou outra potência e de seus respectivos "estadistas".

Olhemos em primeiro lugar o campo capitalista-imperialista e comparemos os resultados da primeira e da segunda guerras mundiais, sob a perspectiva das necessidades de expansão capitalista.

Sob essa perspectiva, o balanço da I Guerra Mundial foi o seguinte:

- a) As antigas colônias alemãs caíram nas mãos dos vencedores, principalmente da Inglaterra. A Áustria não tinha colônias para distribuir. Tratou-se, portanto, de uma *redistribuição* de territórios coloniais pré-existentes.
- b) A monarquia austro-húngara é apagada de fato como concorrente imperialista, mas aqui não há colônias para distribuir, pois ela não as possuía. Ela é dividida numa série de estados autônomos, que se desenvolvem de forma capitalista ou se estagnam de forma capitalista, como é o caso da Áustria reduzida ao seu núcleo.
- c) O Império Turco perde quase todas as suas regiões não povoadas por turcos. Aqui ocorrem processos opostos. O núcleo da Turquia é retirado do banquete imperialista. Por isso, os territórios até então periféricos do Império Turco, que foram separados, podem ser contemplados como *terra nova* para os imperialistas (os países árabes). Perda e ganho mais ou menos se equilibram na balança.
- d) Com a Revolução de Outubro, a Rússia retira-se de fato da concorrência imperialista e, principalmente, como uma concorrente para a expansão, mas também se retira como um possível território colonial ou destinado à exploração.

E ainda mais. Pela primeira vez, o velho mundo capitalista se confronta com a vitória da Revolução Socialista, não mais como um episódio de vida curta e limitado a uma metrópole, como foi o caso da Comuna de Paris de 1871,

mas como uma formação duradoura e abrangendo um território nacional gigantesco. Contudo, a Comuna de Paris se situava no coração do território capitalista europeu, enquanto a Rússia Soviética situa-se na sua periferia oriental.

Assim, o capitalismo sofreu aqui uma grande e duradoura perda territorial. A "ideia" socialista torna-se realidade material. Essa realidade irradia seus efeitos para o mundo todo. Uma forma social nova e superior apresenta o seu processo de desenvolvimento no seio da velha forma social. O novo estado socialista ainda é muito fraco no início, mas já suficientemente forte para afastar com sucesso todos os golpes externos e internos. Ele sobrevive e ganha força.

Façamos o balanço.

A redistribuição dos velhos domínios territoriais imperialistas, como sucedeu com os antigos territórios coloniais alemães, não ampliou a área existente. Além disso, as colônias alemãs já eram em si um magro botim: os restos que a expansão imperialista francesa e inglesa havia deixado para uma Alemanha que chegou tarde. Mesmo em relação às necessidades de expansão imperialista alemãs, elas foram apenas um alívio para a sede. Da Áustria-Hungria não veio acréscimo. O ganho imperialista dos países árabes é compensado pela perda do núcleo turco. O imenso território da Rússia cai, mas não se torna imperialista e sim o concorrente socialista revolucionário, que ameaça os velhos países centrais capitalistas, no início apenas por sua ação propagandística e como centro organizador dos partidos e movimentos revolucionários em outros países.

Assim, o balanço geral, da perspectiva das necessidades de expansão do campo capitalista, aponta para um claro prejuízo.

Já por conta disso, se aguça como um todo a contradição entre as necessidades de expansão e os meios para a sua satisfação.

A guerra, vista como a destruição ou o consumo improdutivo de quantidades gigantescas de meios de produção e de consumo, relaxa provisoriamente essa contradição. Ela age *nessa relação* como uma crise econômica concentrada. Porém, depois de um curto prazo, as perdas são superadas. As forças produtivas do campo capitalista ultrapassam novamente a situação do pré-guerra e crescem a uma velocidade acelerada.

A contradição entre as forças produtivas capitalistas existentes e suas possibilidades de valorização não é apenas recolocada como é agravada ainda mais em relação à situação anterior à guerra. O impulso para a guerra imperialista se reproduziu de forma ampliada.

E isso é inevitável, tão logo o capitalismo monopolista entra no período de conclusão das conquistas coloniais e de simples redistribuição periódica das colônias existentes. Mas, com o surgimento da União Soviética como um estado socialista e com a autonomia de países anteriormente coloniais como a Turquia, introduz-se nesse processo de desenvolvimento um novo capítulo: o *encolhimento* dos territórios de exploração colonial, existentes ou potenciais.

A consequência *geral* que se tira do encolhimento progressivo dos territórios de exploração colonial, existentes ou potenciais, e do crescimento progressivo e simultâneo das forças produtivas capitalistas é ao mesmo tempo clara, convincente e dá os seus frutos:

A repetição periódica das guerras mundiais, com o encurtamento progressivo dos seus intervalos e o aumento progressivo de suas forças de destruição.

Mas a I Guerra Mundial legou ainda uma contradição de tipo especial. A Alemanha permaneceu como um estado de capitalismo avançado, mas foram-lhe roubadas não apenas suas colônias, mas também toda a possibilidade de expansão futura. A contradição entre as necessidades de expansão imperialista da Alemanha e a possibilidade de sua satisfação foi levada ao ponto extremo. Em virtude das contradições interimperialistas e das contradições capitalistas com a União Soviética, sucedeu o rearmamento alemão. Essa contradição especial tornou-se a faísca para a II Guerra Mundial.

A crise econômica mundial a partir de 1929, apenas onze anos após o fim da I Guerra, que abrangeu o mundo capitalista e que até o começo da II Guerra Mundial ainda não havia sido superada mesmo no país capitalista mais forte e estável, os Estados Unidos, mostrou a profundidade e a força, aumentadas em proporções gigantescas, da contradição entre as forças produtivas capitalistas sempre crescentes e os encolhidos mercados capitalistas.

O resultado da Segunda Guerra Mundial mostra o quadro novo a seguir:

- a) Nova distribuição dos territórios dominiais capitalistas existentes: as colônias que até então eram italianas e japonesas.
- b) Tentativa de fazer retroceder territórios até então capitalistas para a condição de territórios coloniais: Alemanha, Japão.
- c) A União Soviética não apenas permaneceu, como grandes territórios que até então eram capitalistas caíram novamente em sua esfera, sendo subtraídos, portanto, da expansão imperialista.
- d) A China é subtraída da colonização japonesa, mas não pode ser transformada simplesmente numa colônia americana ou anglo-saxônica. Ela apresenta um desenvolvimento econômico e político mais ou menos autônomo. A Coreia é parecida.
- e) A Índia encontra-se visivelmente no limiar de sua independência. As Índias Orientais e a Indochina lutam para se libertar do domínio colonial e da exploração. Os países de língua árabe organizam, fortalecidos, sua luta pela independência.

Os novos traços essenciais são: primeiro, a tentativa de fazer retroceder os territórios capitalistas até então desenvolvidos a territórios coloniais.

Da perspectiva do sistema capitalista como um todo, isso é um prejuízo: partes do próprio sistema têm que ser sacrificadas para assegurar que as restantes possam sobreviver. Assim, a contradição especial herdada da I Guerra Mundial é solucionada de modo realmente radical – tanto quanto a

amputação de uma perna pode ser vista como solução contra o desenvolvimento de uma doença.

O segundo traço característico é o avanço do setor social e econômico socialista sobre o capitalista por meio da ampliação da esfera de poder da União Soviética.

E o terceiro traço característico é a separação consumada ou iminente de territórios até então coloniais gigantescos da esfera de exploração e domínio imperialistas.

O balanço imperialista em seu todo é ainda mais fortemente negativo que o da I Guerra Mundial.

A contradição fundamental da economia capitalista como um todo, entre o tamanho de suas forças produtivas e as suas possibilidades de valorização se aguça após a II Guerra Mundial, e com isso também o seu impulso expansionista como um todo.

Porém, em contradição com o resultado da I Guerra, agora as farpas das contradições *interimperialistas* estão quebradas.

Isso não ocorreu por meio da produção de harmonia interna, impossível nesse sistema, mas por causa da supremacia econômica e militar em relação a todos os outros estados capitalistas, vistos individual ou conjuntamente, com a qual os Estados Unidos emergiram da guerra.

O fato decisivo aqui é a tremenda supremacia naval dos Estados Unidos sobre a Inglaterra, sendo que este país não pode aspirar a um novo equilíbrio naval, devido a sua inferioridade econômica. A Inglaterra não pode mais empreender uma guerra contra os Estados Unidos. Tampouco a França. A França, mesmo que reconstrua seu exército e sua marinha, não pode empreender uma guerra contra a Inglaterra. A supremacia econômica e militar dos Estados Unidos sobre os demais estados capitalistas faz de uma guerra destes últimos contra a América, de saída, ter tão poucas chances de sucesso, que é de se descartá-la como possibilidade. Essa é a *base material* do Mundo (imperialista) Único de hoje, após a II Guerra Mundial.

A consequência é, antes de tudo, a *subordinação* da Inglaterra capitalista aos Estados Unidos, uma subordinação no interior de uma parceria: o bloco anglo-saxônico ou Bloco Atlântico.

Este é um quadro peculiar. Nele, os Estados Unidos são, de fato, militar, econômica e, em última instância, politicamente, os líderes, mas não decidem sozinhos. Ocorre um tipo de interpenetração dos interesses e territórios de dominação imperialistas de ambas as partes. É, igualmente, cooperação e concorrência, predominando a cooperação. Seria possível utilizar para isso a expressão da psicologia denominada "cooperação antagônica". Cooperação principalmente contra a supressão do domínio colonial e da exploração e contra o setor socialista; concorrência na partilha da exploração dos territórios coloniais. Ambas, essa cooperação e essa concorrência, adquirem formas peculiares. Na repressão aos levantes coloniais e na opressão aos povos coloniais, a América forma o pano de fundo passivo, invisível, virtuoso, até mesmo "idealista". O trabalho odioso,

sujo e também dispendioso da repressão e da opressão ativas é deixado para os ingleses, que, além disso, têm longos anos de prática e dureza para a tarefa. A América pode se permitir ao luxo do "idealismo" de abdicar à conquista para si de grandes territórios coloniais, simplesmente porque participa como parceira do domínio colonial inglês ao velho estilo e sua superioridade militar, econômica e financeira lhe assegura crescentes participações. Esse "idealismo" americano é um meio tático de, em primeiro lugar, manter o domínio e a exploração coloniais de uma forma mais flexível e, em segundo lugar, assegurar maior participação na exploração, ao angariar simpatia junto aos povos coloniais enquanto reformadores do colonialismo. Também na Europa, a América é o muro que se esconde atrás da Inglaterra; parcialmente, ela faz dos objetivos da Inglaterra os seus próprios.

Por outro lado, a concorrência é limitada pelo objetivo conjunto. Em consequência da supremacia americana, ela não pode se aguçá-lo a ponto de levar à guerra.

Assim, surge uma forma *mista*, nova e original do imperialismo anglo-americano, uma associação imperialista que tem que ser vista como um todo e que é feita para ter longa duração. Por isso, seria falso olhar hoje o imperialismo inglês e o americano de uma forma isolada e contrapor um ao outro. No interior deles ocorrerão alterações de poder (em benefício da América) e, com isso, também mudanças de forma. Mas esse bloco ou união, ou o nome que se queira dar, é feito para durar, por causa das relações de poder entre seus participantes – tudo isso, naturalmente, sob o pressuposto de que a Inglaterra permaneça no campo capitalista e enquanto ela permanecer. Porém, esse bloco anglo-saxão imperialista assegura, por meio de sua supremacia conjunta, a paz entre os estados imperialistas de segunda ordem e cria relações de parceria imperialista semelhantes: entre a Inglaterra e a França, entre a Inglaterra e a Holanda, entre a Inglaterra e a Bélgica, antes de tudo pela relativa supremacia naval inglesa sobre os outros estados. O exemplo da Síria e do Líbano é típico disso. Primeiro, a Inglaterra, com a ajuda de sua superioridade militar, no local e no tempo certos, aproveitou-se do movimento nacional árabe e deu adeus aos franceses nesses dois países. Então, porém, a Inglaterra e a França concluíram um acordo que deve assegurar de fato a continuação da exploração e da subordinação coloniais desses territórios, agora sob novas formas e em proporções modificadas.

Assim, ocorre agora um processo, entre os vencedores imperialistas, de reequilíbrio de suas participações na exploração e no domínio imperialistas, de acordo com as suas relações de poder econômicas e militares, da forma como foram criadas ou trazidas à luz pela II Guerra Mundial – uma nova repartição, que não se dá sem fricções ou conflitos, mas, que, pela própria distribuição de poder imperialista, fica contida em limites pacíficos.

A Alemanha e o Japão são ainda considerados, no máximo, como *forças auxiliares* do campo imperialista vitorioso contra o setor socialista (naturalmente, existe também a possibilidade contrária). Não há mais como contar com um novo papel imperialista independente de ambas as nações.

A destruição de forças produtivas, de homens e de coisas, pela II Guerra Mundial ultrapassa muitas vezes o que a I Guerra ocasionou. E, apesar disso, hoje já está claro que, após uma curta pausa, a capacidade produtiva do sistema capitalista como um todo voltará a ultrapassar a existente antes da guerra.

A contradição entre as forças produtivas capitalistas e os limites do mercado capitalista voltará, renovada e mais forte, com isso, também o expansionismo do sistema.

Nós mostramos os fatores que fazem com que o expansionismo do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial não conduza mais à guerra no interior do círculo capitalista, mas sim à predominância da cooperação imperialista em diferentes formas e estágios. Esse expansionismo só pode ser dirigido para fora e de forma aguçada: contra o setor socialista, a União Soviética e sua região de poder.

5. EXISTE "IMPERIALISMO SOVIÉTICO"?

O expansionismo da União Soviética no decorrer da guerra e depois do seu final veio à luz como fato indubitável. A União Soviética conquistou no decorrer da guerra novos territórios e, após a guerra, continuou de forma evidente o seu esforço de expansão em diferentes direções.

O expansionismo da União Soviética é, assim, um fato incontestável, sem controvérsia.

Mais duvidosa é a explicação desse fato. Trataremos disto aqui.

De fato, destaque-se apenas preliminarmente que o expansionismo da União Soviética não é tão novo, como a muitos poderia parecer. Ele não é uma propriedade exclusiva do período stalinista. Quando, por exemplo, em 1921, a Polônia de Pilsudski empreendeu o ataque contra a União Soviética e esta respondeu com um contra-ataque que levou o Exército Vermelho às portas de Varsóvia, existiu indubitavelmente do lado russo a intenção não apenas de tomar a Polônia, mas também de avançar até a Alemanha. Isto foi sob Lênin. Apenas a derrota do Exército Vermelho diante de Varsóvia impediu a realização desse plano. Ainda será comentado sobre a diferença de métodos entre Lênin e Stálin.

De qualquer forma, deduz-se daí que o expansionismo soviético remonta ao período leninista. Apenas a União Soviética não tinha ainda a força para tal. Agora, ela visivelmente a tem, dentro de limites determinados, e a utiliza.

Mas e as palavras de Stálin, de que a União Soviética não queria "extensão de fronteiras em solo estrangeiro"? Elas são mais ou menos tão válidas quanto as declarações da Carta do Atlântico de renúncia à incorporação de territórios nesta guerra.

Também aqui a clareza provém da investigação dos fatos objetivos essenciais que determinam a política externa soviética, e não das intenções subjetivas e declarações de Stálin e de outros políticos soviéticos.

Para que se alcance essa clareza, é imprescindível um esclarecimento dos conceitos fundamentais.

Todo imperialismo é política de conquista. Mas nem toda política de conquista é imperialismo.

A política de conquista andou de mãos dadas com todas as formações sociais até hoje existentes. Ela não falta nem mesmo nos tempos do comunismo primitivo, onde ocorria que uma união de tribos organizadas em moldes comunistas submetia, dominava e explorava outras organizadas nos mesmos moldes (Espartanos e Helotes, o Império Inca, etc.).

A política de conquista imperialista é um fenômeno historicamente muito recente. Ela corresponde à formulação leninista do caráter monopolista do capitalismo. A marca que a diferencia da política de conquista dos períodos iniciais do capitalismo e que lhe é particular é a exportação de capital (não apenas a exportação de mercadorias) para países de formações econômicas pré-capitalistas, como razão e objetivo principais dessa política. Com isso, a exportação de mercadorias não cessa de ter papel, mas este não é mais essencial e exclusivo como antes.

Não é de se admirar, aliás, é a coisa mais natural do mundo, que o entendimento burguês procure explicar os fatos decorrentes da expansão da União Soviética com suas próprias formas de pensamento, isto é, com as formas burguesas de pensamento de seu tempo, construindo assim um "imperialismo soviético" como explicação para esses fatos. Admirável apenas é que alguns dos assim chamados marxistas caiam nessa "explicação", em vez de simplesmente questionar os fundamentos econômicos desse suposto "imperialismo soviético".

Porém, basta questionar o que é essencial, para diagnosticar o "imperialismo soviético" como uma teoria que não tem sentido.

Onde está na União Soviética o capital excedente existente no próprio país, que precisa ser exportado?

Não seria resposta suficiente dizer que na União Soviética não existe capital privado. Poderia ser o capital estatal que procurasse colocação no estrangeiro por não ser aplicável no próprio país.

Mas os fatos conhecidos dizem exatamente o contrário. A União Soviética não apenas não tem excesso de capitais que pudesse exportar, como, além disso, tem necessidade gigantesca do ingresso de capitais. Bastaria aqui citar os esforços da União Soviética para a obtenção de bilhões em créditos dos Estados Unidos, de forma a acelerar a reconstrução do próprio país.

Também a Inglaterra toma créditos enormes dos Estados Unidos, mas eles servem visivelmente para restabelecer a sua exportação de capitais e de mercadorias. O caso aqui é totalmente diferente.

Em geral, a idéia do "capital excedente" está ligada à forma econômica capitalista e não é transferível para as formas econômicas socialistas. O capital é "excedente" num dado país apenas sob o ponto de vista histórico da valorização do capital, quer dizer quando o seu investimento no próprio

país não é possível, porque ele não produz mais-valia adicional ou porque é utilizado mais lucrativamente fora do país. Para uma economia socialista, faltam ambas as possibilidades, porque ela não é orientada para o objetivo de lucros crescentes (na forma geral da mais-valia), mais sim na satisfação de necessidades sociais. Os meios de produção podem aqui ainda ter a forma de dinheiro e serem, além disso, denominados de "capital", mas eles não são mais capital no sentido estrito do termo. Não é mais a mesma categoria histórica. Os limites característicos para o emprego do capital das formas econômicas capitalistas não existem mais para uma economia socialista – a lei salarial capitalista, que em última instância, limita o mercado capitalista às suas estreitas fronteiras, está ali abolida. A quebra dos limites capitalistas para o consumo das grandes massas da população é agora a propulsão básica para a transição de uma forma econômica para outra,

E onde estão na União Soviética as mercadorias excedentes às necessidades internas que são canalizadas para o estrangeiro? É conhecido que a produção de meios de consumo na União Soviética situa-se ainda muito aquém das necessidades mais limitadas da população. Ainda domina lá a "fome de mercadorias".

Podemos, assim, encarar de pronto o "imperialismo soviético" como uma expressão abusiva das formas de pensamento burguês sobre a União Soviética.

Outra tentativa de interpretação faz referência a que seria simplesmente uma retomada e desenvolvimento da centenária política externa czarista. Essa tentativa de explicação ganha ainda um verniz de evidência, porque a liderança política da União Soviética acentua em suas declarações a própria continuidade com a política externa e a estratégia czaristas (por exemplo, a lembrança da derrota da Rússia na I Guerra Mundial, a declaração de Stálin a respeito da entrada da União Soviética na guerra contra o Japão como revanche pela derrota da Rússia Czarista contra o Japão na guerra de 1904/5, etc.).

Porém, também essa tese não resiste a nenhuma prova.

Na política de conquista czarista dos últimos séculos, misturavam-se uma série de motivos, enraizados na estrutura social da velha Rússia. Para os grandes proprietários de terra feudais e os funcionários dirigentes, provenientes dessa classe, tratava-se de ganhar novos territórios para a exploração feudal e feudal-burocrática. O capital comercial nascente na Rússia procurava ganhos comerciais através da exportação de manufaturas russas e a importação de matérias-primas dessas regiões. No século vinte, incorporaram-se finalmente a esses motivos ainda existentes o novo motivo da expansão imperialista, sustentada mais por capital emprestado do que por capital próprio: assim por dizer, imperialismo a crédito.

Onde estariam esses motivos econômico-sociais na Rússia Soviética de hoje?

O motivo imperialista nós já eliminamos: a classe dos grandes proprietários de terra feudais e a elite burocrática dela derivada desapareceu, assim como

o grande comerciante russo enquanto corporificação do capital comercial.

Os fundamentos sociais também mudaram basicamente em relação aos tempos da política externa czarista, e com isso também os motivos sociais e os objetivos da política externa.

Um fator, entretanto, permaneceu o mesmo, como já observou I. Dallin: a geografia, isto é, o fundamento natural do processo social.

São essas condições geográficas da política exterior, igualmente existentes em todas as formações sociais, e a fraseologia "patriótica" requeitada dos políticos soviéticos, que produziram a aparência de uma simples retomada e desenvolvimento da política externa centenária do czarismo. Contudo isso é uma falsa aparência.

Finalmente, seria possível ainda uma explicação, que considera, ao contrário, que a economia da União Soviética desde o princípio não era socialista, mas capitalista de estado, ou que realmente começou como socialista, mas que atualmente é entendida como em transição para o capitalismo de estado. O aparecimento do "imperialismo soviético" seria naturalmente um fenômeno dessa transição.

Essa questão não pode ser respondida a fundo aqui. Apenas seja dito o seguinte, sucintamente:

Os traços históricos da transição da economia capitalista para a socialista são dois: primeiro, a passagem dos meios de produção decisivos, da propriedade da classe capitalista para a propriedade coletiva da classe operária, de início sob a forma de propriedade do Estado por ela dominado; segundo, a passagem da produção da mais-valia como motivo e objetivo decisivo da produção para a produção para o atendimento das necessidades sociais.

A Revolução de Outubro de 1917 transferiu o poder político para as mãos da classe operária. Ela desapropriou a classe capitalista. Ela transformou os meios de produção decisivos em propriedade coletiva da classe trabalhadora. A produção foi reorientada para o atendimento de necessidades sociais.

A reorientação do capitalismo privado para o capitalismo de estado, se levada ao seu fim lógico, é apenas a transformação da propriedade capitalista privada em propriedade capitalista coletiva, isto é, na propriedade do estado dominado pela classe capitalista.

Trata-se, então, na Revolução de Outubro, da passagem do capitalismo (privado) não para o capitalismo de estado, mas para o socialismo de estado.

A transformação do socialismo de estado em economia capitalista de estado pressuporia as transições inversas como consumadas. Os meios de produção decisivos teriam se tornado propriedade capitalista coletiva, isto é, propriedade de uma nova classe capitalista, que tem em suas mãos o poder do estado. A produção não é mais dirigida para a satisfação de necessidades sociais, mas para a obtenção de mais-valia crescente.

Tal transformação não é, em todo caso na União Soviética de hoje, nenhum fato consumado. Portanto, essas duas últimas explicações também não são convincentes.

Agora nós verificaremos quais são as origens gerais, materiais, isto é, em última instância, econômicas, das quais pode derivar o expansionismo de um estado socialista, e que origens especiais interessam no caso da União Soviética. Este é evidentemente o único caminho para obter uma resposta objetiva.

Em seguida, a questão em sua forma genérica.

A economia socialista é, por sua natureza, economia mundial. Ela é historicamente a primeira forma econômica que pode ser forma econômica mundial planejada, consciente, harmônica, enquanto a economia capitalista é uma economia mundial apenas inconsciente, desplanejada, eivada de contradições internas. De fato, os cartéis capitalistas internacionais suprimem temporariamente a anarquia em certos setores da economia mundial, mas deixam-na permanecer em seu todo. E também essas regulações setoriais e temporárias desaguarão de novo, periodicamente, em luta aberta, seja ela a luta da concorrência econômica em torno das "quotas", seja a guerra no sentido estrito do termo.

Mas a economia socialista não pode nascer como economia mundial a partir da economia capitalista. A revolução socialista, que cria os pressupostos políticos para essa transformação da economia, apenas pode se realizar como uma série de revoluções "nacionais" ou de estados isolados, que se somam por partes e só em seu final pode abranger o todo da economia mundial. A sucessão dessas revoluções socialistas nacionais ou em estados isolados não depende, entretanto, apenas de condições puramente econômicas, mas de todas as condições, que em conjunto formam as relações de força entre as classes dentro de um estado isolado e entre eles reciprocamente. Essa sucessão não corresponderá, a não ser casualmente e como exceção, a conveniências puramente econômicas.

Entretanto, daí deriva que a economia socialista nacional ou num estado isolado e a conseqüente soma parcial das economias socialistas apresentarão carências, insuficiências e déficits, em decorrência de seu caráter incompleto.

Apenas por conta dessas condições econômicas e das necessidades nascentes já resulta, como uma necessidade geral, a expansão das economias socialistas parciais.

O intercâmbio econômico entre as regiões da parte socialista e as regiões que ainda permanecem capitalistas, quando temporariamente interrompido por razões políticas, é de fato, mais cedo ou mais tarde, restabelecido. Mas esse intercâmbio entre as regiões econômicas socialistas e as capitalistas não pode substituir o trânsito econômico puramente socialista. Ele poderá ser apenas um expediente provisório. A economia capitalista, que, como um todo, não é planejada, não pode ser um complemento para a economia socialista planejada. E, por sua natureza, ela não é embasada na genuína cooperação internacional, mas sim na exploração. E, finalmente, ela tem a

seu lado a necessidade de expansão imperialista, contra a qual a região econômica socialista constitui uma barreira. Os territórios de ambas as formas econômicas constituem limites recíprocos para cada uma delas.

A economia capitalista sem planejamento tem, quando limitada pelo surgimento de regiões econômicas socialistas, tanto empenho natural de restabelecer sua extensão, quanto têm as economias da parte socialista do mundo de se *transformar* numa totalidade econômica mundial. Ambas as tendências econômicas, uma reacionária e a outra progressista, são impelidas por sua própria natureza uma contra a outra, inevitavelmente.

A convivência de ambas as formas econômicas leva, apenas por seus fundamentos puramente econômicos, a uma oposição; ainda mais porque ambas as formas econômicas são igualmente bases de poderes políticos que lutam e precisam lutar até a morte um contra o outro. Ao momento econômico, que exige de ambas as partes a expansão, acrescenta-se o momento da luta política pelo poder para reforçar o empenho de se expandir.

Assim, a coexistência pacífica de ambas as formas econômicas pode se dar apenas no curto prazo e excepcionalmente: são intervalos na luta e, ao mesmo tempo, preparação para a luta.

Portanto, o resultado geral é que, ao expansionismo imperialista, opõe-se, necessariamente, um expansionismo socialista. E isso independentemente de todas as mentiras ideológicas, de todas as palavras de ordem da propaganda talhadas pelas necessidades econômicas e políticas imediatas.

Da análise anterior deduz-se, por exemplo, que "o socialismo num só país" não pode ser mais uma dessas palavras de ordem talhadas pelas necessidades de curto ou médio prazo.

Resulta mais ainda: o expansionismo é a tendência geral e contínua da economia socialista única ou de uma parte do mundo. A renúncia à expansão pode ser apenas um caso excepcional sob condições passageiras e especiais. A mudança entre a época de expansão e a renúncia a ela é condicionada, antes de tudo, pelas relações de poder político, ao lado das necessidades econômicas da parte socialista do mundo.

A época da expansão socialista só atingirá o seu fim natural quando a parte socialista do mundo tiver se tornado definitivamente economia mundial socialista.

O desenvolvimento da parte socialista do mundo em economia mundial socialista de nenhuma forma precisa ser linear. Podem ocorrer também retrocessos temporários.

Investiguemos agora o caso isolado da União Soviética.

Ela é "um país" apenas no sentido de que surgiu do grande estado russo. Mas esse estado, a Rússia czarista, compreendia desde o princípio um grande número de territórios coloniais. No caso da União Soviética, trata-se, geograficamente, de um grupo de países que se estende da região subtropical até o Ártico; etnograficamente, trata-se de uma centenas de

nações e povos menores ou maiores, onde, contudo, predomina numérica e amplamente a nação grã-russa em especial e os eslavos em geral.

As características econômicas próprias desse conjunto de países são:

- a) Que aqui se trata do menos desenvolvido dos grandes estados modernos, do ponto de vista capitalista;
- b) Que daí deriva que a tarefa especial e decisiva não é, como nos países capitalistas altamente desenvolvidos, a transformação de uma dada economia capitalista numa forma socialista, mas a criação de uma nova e moderna grande indústria e uma grande economia agrária sobre uma base socialista, ou seja, na acumulação socialista primitiva, analogamente à acumulação capitalista primitiva;
- c) Que a extensão e a variedade geográfica do território lhe permite, em maior medida e durante um tempo maior do que qualquer outro dos países capitalistas, uma autossuficiência econômica, após ter sido possível a transição para uma base socialista.

Mas, nem por isso, essa autossuficiência econômica podia ser absoluta e duradoura. Ela foi pressionada pelas relações de poder internacionais, que ficaram claras com o fracasso do avanço sobre a Polônia, na direção do centro da Europa e do Ocidente, no ano de 1921. A fraqueza militar que se mostrou aí derivava, em última instância, da fraqueza industrial. Só um período de industrialização socialista, essencialmente com forças internas, poderia criar os pressupostos para a retomada com sucesso da expansão socialista.

A necessidade de uma expansão socialista era, portanto, permanente, mas os meios para sua consecução apareceram somente após um longo período de tempo.

Em que consistem agora, no caso especial da União Soviética, as carências que o isolamento econômico impõe para a transformação socialista?

Principalmente, o que se segue:

- a) Na obrigação de fortalecer a indústria de meios de produção, às custas da indústria de bens de consumo.
- b) Em consequência disso, na renúncia forçada à elevação rápida e abrangente das condições de vida da população como um todo. O nível de vida da população trabalhadora avança apenas muito lentamente, em relação ao ponto de partida, e não avança continuamente; ao contrário, esteve associado a fortes retrocessos. Ele ainda continua atrasado, quando comparado ao nível de vida médio da classe operária nos países capitalistas mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, a França; e ele também não avança de maneira igual para toda a população. As desigualdades no nível de vida da população, fortemente aplainadas temporariamente pela revolução, desenvolveram-se sobre a nova base e aumentam ao longo do tempo. Eleva-se social e economicamente acima da massa restante do povo uma nova camada favorecida, que se empenha em consolidar e ampliar esse privilégio.

- c) A velocidade da industrialização socialista, ainda que tenha sido rápida, em comparação com a industrialização capitalista na antiga Rússia czarista e nos outros países capitalistas, ficou naturalmente muito aquém em tudo que teria sido possível se um país capitalista moderno tivesse feito a transição para a base socialista e cooperado com a industrialização socialista da União Soviética.
- d) As formas da economia de transição socialista da União Soviética ficaram limitadas aos primeiros e mais baixos degraus do novo estágio de desenvolvimento e preservam ainda muitas características da forma econômica capitalista, como: conservação de um setor do mercado capitalista e privado, conservação de uma parte da superfície agrícola para empresas privadas individuais, conservação do salário em dinheiro em toda a indústria e pagamento de incentivos, parcialmente na agricultura, grande diferenciação dos salários, etc.

Os traços essenciais aí são, primeiramente, que, em extensão considerável, a forma mercadoria do produto social é conservada e, em segundo lugar, que ainda predominam os incentivos individualistas para o esforço do trabalho. Essas formas não são arbitrárias, mas condicionadas pelos pressupostos materiais existentes.

Dessa análise, resultam a seguir, negativa ou positivamente, as mais importantes e próximas necessidades da expansão socialista da União Soviética:

- a) Enquanto o expansionismo imperialista se estende essencialmente para regiões que não desenvolveram a forma capitalista (com formas econômicas pré-capitalistas que variam da economia natural até aquelas da produção simples de mercadorias), as necessidades de expansão socialista da União Soviética estendem-se essencialmente para as regiões capitalistas altamente desenvolvidas, de forma a acelerar a velocidade de sua própria industrialização, necessária à transformação socialista, limitando o dispêndio de trabalho exigido para isso, elevando rapidamente o nível de vida da própria população e as formas da própria economia socialista para estágios mais altos.
- b) Regiões de formas econômicas pré-capitalistas serão em geral uma necessidade econômica para a União Soviética apenas se elas dispuserem de matérias-primas que a União Soviética não possua de forma nenhuma ou que as possua em volume insuficiente.
- c) Enquanto os estados capitalistas não têm nenhuma capacidade ou tenham uma capacidade muito pequena e limitada para absorver força de trabalho estrangeira (em regra, trabalhadores científicos altamente qualificados ou, no outro polo, força de trabalho barata e não qualificada), a União Soviética tem uma necessidade quase ilimitada e capacidade de absorção para qualquer tipo de força de trabalho e, em especial, para operários qualificados.
- d) Uma série de esforços de expansão da União Soviética não tem, entretanto, nenhuma razão econômica imediata, ela é condicionada pela luta internacional pelo poder, isto é, sua natureza é militar e estratégica.

A Polônia, por exemplo, tem para a União Soviética o significado de ser, de fato, uma ponte para a Alemanha e para a Europa Central e Ocidental. A Pérsia lhe dá saída para o Oceano Índico e interrompe, igualmente, a linha de ligação imperialista da Inglaterra para a Índia, etc. A Mongólia é porta de entrada para o Norte da China, etc., etc.

6. OS MÉTODOS DA EXPANSÃO SOCIALISTA E A SUA CRÍTICA

Basicamente, todos os métodos da expansão socialista são reduzidos a dois elementos e suas combinações. O primeiro elemento é o fomento das forças revolucionárias de um país capitalista ou de alto desenvolvimento capitalista, correspondente às relações internas entre as classes desse país, por um estado socialista existente. O segundo elemento é o ataque militar externo do estado socialista vitorioso. Esses dois elementos nunca ou quase nunca se apresentam separados, mas suas relações mútuas e o tipo de sua ligação determinam o respectivo caráter dos métodos da expansão socialista.

Se na ação do estado socialista sobre outros países são contempladas como decisivas, em primeiro lugar, as forças internas das classes, se essas forças internas é que decidem a revolução internamente e a ajuda militar do estado socialista intervém apenas quando a revolução interna vitoriosa é ameaçada pela contrarrevolução vinda do exterior, ou seja, por guerras de intervenção contrarrevolucionárias, então temos o tipo de expansão socialista que para a Internacional Comunista, sob a liderança de Lênin, era a norma. Denominou-se a isso o método da revolução mundial.

São necessárias aqui algumas outras observações.

Não é correto, como ocorre frequentemente, ver nesse método apenas a ação sobre as relações internas de classes de outro país. Aqui também tem um papel muito determinante a ação militar de fora. Assim, trata-se também de uma combinação dos momentos interno e externo, da propaganda revolucionária e da ação militar. O que o faz diferente do segundo método, que mostraremos a seguir, é o tipo de combinação dos dois elementos, onde a relação quantitativa determina igualmente uma qualidade especial da ação.

A ação militar externa aparece aqui como ajuda para a ação revolucionária interna, a primeira é subordinada à última. As relações das forças revolucionárias internas com as externas são, desde o princípio, de igual para igual. É o internacionalismo socialista em ação, onde a autodeterminação nacional dos dois lados constitui a base e é reconhecido na ação.

O estado socialista já existente tem aqui, evidentemente, o mesmo direito de considerar as suas possibilidades que as forças revolucionárias de outros países que lutam pelo poder. É possível que ele não esteja forte o suficiente para sustentar uma ajuda militar, que essa ajuda militar possa ameaçar sua própria existência e, com ela, a revolução do outro país. Um exemplo conhecido disso é a derrota da primeira República dos Conselhos na Hungria.

A Rússia Soviética não estava, naquele momento dado, em situação de intervir militarmente a seu favor, opondo-se à contrarrevolução internacional que finalmente a esmagou.

É claro que a relação dos dois fatores mencionados é condicionada tanto por fatos objetivos, quanto por orientação subjetiva.

Se o estado socialista existente torna-se mais forte militar e industrialmente, então é evidente que a intervenção militar de fora pode vir a ser um fator mais forte. Ou, visto pelo outro lado: bastariam forças revolucionárias internas mais restritas para serem decisivas.

O segundo método da expansão socialista, que nós vemos na atual União Soviética sob o regime stalinista, é uma combinação dos dois fatores, na qual o emprego do fator poder externo é o decisivo ou quase que o exclusivo.

O país em questão é conquistado pelo poder militar, sem que o levante revolucionário interno tenha ocorrido previamente. O Exército Vermelho e a administração soviética chegam como conquistadores e dominadores. A força militar tem o papel decisivo na dominação e na conquista do país.

As forças militares de fora não são forças de ajuda das forças revolucionárias internas do país, pelo contrário: as forças revolucionárias internas do país tornam-se, ou devem se tornar, forças de ajuda do conquistador. O internacionalismo socialista, enquanto ação conjunta e coletiva de nações autônomas e livres, é atropelado. Um poder estrangeiro domina o território nacional. Ele dilacera a unidade nacional, segundo suas necessidades reais ou presumidas. A retirada de poder das antigas classes dominantes é levada a cabo de cima para baixo e de fora para dentro pelo poder conquistador. As etapas e a velocidade do processo são determinadas não pela correlação de forças internas entre as classes, considerando as relações de forças internacionais, mas sim, exclusivamente, pelas relações de forças internacionais do estado socialista conquistador.

A ação própria das classes trabalhadoras do país é impedida; se ela, contudo, emerge, é abatida como uma perturbação inoportuna. Em correspondência com isso, nenhuma organização independente das classes trabalhadoras no país é tolerada. Elas são apenas admitidas como organizações dependentes do conquistador, a ele articuladas e por ele controladas.

O país socialista conquistador enfraquece sem pensar as forças revolucionárias internas do país, em prol do próprio poder, pela retirada ou destruição de indústrias inteiras, pela deportação de operários do país para o trabalho forçado, etc.

E, finalmente, a "socialização" não é executada de acordo com as condições de classes e necessidades no país conquistado, mas sim segundo o modelo soviético e as necessidades da economia soviética.

Essas providências têm efeito revolucionário, na medida em que retiram o poder das classes dominantes, as formas econômicas até então dominantes; mas o método pelo qual são implantadas não é o método da revolução, mas

o da conquista.

As classes até então oprimidas do país não conquistam o poder, são colocadas no poder, ficam dependentes do poder conquistador, seus funcionários são nomeados e destituídos por ele, ficam ligados a ele e sob a sua fiscalização. Seu poder no país é um poder apenas emprestado, dependente. Suas ações não são determinadas por seus próprios objetivos e necessidades, mas sim pelos de fora.

Com certeza, pode-se fazer um paralelo disso com a intervenção do exército revolucionário francês e, parcialmente, do exército napoleônico, em alguns países europeus por eles conquistados.

O que é mostrado aqui são os traços característicos do método stalinista atual da expansão socialista. De nenhuma maneira ele é condicionado apenas pelo fato de que a União Soviética tornou-se militar e economicamente mais forte que nos tempos de Lênin. Aqueles traços pelos quais ele representa uma ruptura com a democracia proletária e com o internacionalismo socialista são condicionados predominantemente pelo próprio desenvolvimento interno do regime soviético: pela supressão de fato de toda a democracia partidária, bem como de toda a democracia soviética na Rússia.

A propaganda imperialista opõe-se à expansão socialista da Rússia Soviética porque ela é uma expansão e porque ela é socialista.

Para nós, a expansão socialista é em si uma necessidade histórica, que tem o mais alto direito em relação à expansão imperialista, porque esta última destrói uma ordem social envelhecida e cria determinados pressupostos predominantemente negativos para uma ordem social mais elevada. A propaganda imperialista agita a bandeira da democracia contra a expansão socialista, bandeira que ela própria se encarrega de pisar diariamente. Ao contrário, a nossa crítica tem como ponto de partida a democracia dos trabalhadores e o internacionalismo socialista, que é, ao mesmo tempo, o ponto de partida do verdadeiro comunismo, que insere e trata os interesses socialistas locais do ponto de vista dos interesses revolucionários gerais. O método stalinista da expansão socialista produz danos e arrisca não apenas a expansão socialista, como também a existência do próprio estado soviético. Ele clama contra si as classes trabalhadoras dos países submetidos a esses métodos, tendo como base o sentimento nacional pisoteado e os costumes da democracia proletária. Assim, ele faz o jogo das forças contrarrevolucionárias internas e externas. Ele semeia o vento da intervenção contrarrevolucionária, da guerra contrarrevolucionária contra si próprio e, se não for bem sucedida uma mudança desses métodos, então evocará sobre a própria cabeça a tempestade da III Guerra Mundial, certamente sob condições mais desfavoráveis para si e para o socialismo internacional.

Não se trata aqui de conclusões puramente teóricas. A espinha dorsal foi quebrada na Guerra Civil Espanhola por causa da subordinação às necessidades reais ou presumidas da política externa da União Soviética. Um olhar sobre as recentes eleições na Hungria, na Áustria, nos conselhos de

empresa em Berlim mostra aqui de que se trata: é o grosso dos operários industriais que se vira contra os métodos da Rússia Soviética stalinista. Esses métodos são o golpe mais pesado que pode ser dirigido contra o comunismo ou o internacionalismo socialista.

A União Soviética não escolheu voluntariamente a tarefa da conquista da Alemanha. De um lado, ela foi a consequência da guerra de defesa imposta a ela pela Alemanha Nazista; de outro lado, a recusa a conduzir a guerra como guerra revolucionária.

Pode-se pensar em apenas duas saídas para essa situação: a primeira, o desenvolvimento mais rápido possível da ação independente e da capacidade de defesa da classe operária no país conquistado e, então, a sua desocupação. A segunda, ao contrário: a tentativa de construir cada vez mais o domínio estrangeiro no país e torná-lo duradouro, com tudo o que isso traz. Esse segundo caminho poderia terminar apenas com uma catástrofe para o país conquistador e com um profundo e longo enfraquecimento do socialismo e do comunismo.

7. DOMÍNIO MUNDIAL CAPITALISTA ANGLO-AMERICANO OU SOCIALISTA RUSSO?

Se um compromisso duradouro entre os esforços de expansão imperialista e socialista não é possível, então isso quer dizer também que uma paz duradoura no caminho do compromisso entre esses dois esforços e seus portadores não é possível.

Mas, então, a paz não seria possível pela vitória total de um lado sobre o outro, seja como domínio mundial capitalista anglo-americano, seja como domínio mundial socialista russo?

O primeiro lado dessa alternativa revela-se cada vez mais como o núcleo verdadeiro dos defensores burgueses do "governo mundial", ingleses ou americanos, aparentemente tão "idealistas", apoiado na supremacia anglo-saxônica, antes de tudo, no monopólio da bomba atômica (Bertrand Russel, Dorothy Thompson, etc.).

Vem à mente a analogia histórica da "pax romana", da paz mundial assegurada pela supremacia dos antigos romanos.

Essa analogia histórica é errada. O domínio mundial romano, baseado na economia escravista, em si não tinha saída. Não por acaso, depois que ele foi estabelecido, ingressou em contínua decadência. O cristianismo é o reflexo ideológico dessa ausência de saída. A invasão das tribos germânicas preparou a saída como portadora de uma democracia primitiva e como organização de homens livres. Em contraposição, existe uma saída histórica do sistema capitalista gestada técnica, organizatória e socialmente dentro dele próprio: a forma social e econômica socialista.

O domínio mundial anglo-saxônico, a imaginada corporificação do ultraimperialismo, iria pelos ares, mais cedo ou mais tarde, pela luta de

classes em seu interior e a luta entre suas partes componentes – e, junto com isso, a imaginada paz mundial anglo-saxônica.

Como poderia ser duradoura a opressão social e nacional concentrada a partir de um ponto? A ideia, aliás, de que ela pudesse ser assegurada por meio de um determinado meio técnico, algo como a bomba atômica, que restaria como monopólio duradouro do grupo imperialista dominante, é uma fantasia filisteia infantil, digna das correspondentes fantasias filisteias dos nazistas. O que é decisivo aqui são as forças e relações sociais, e não as técnicas.

A escravidão capitalista universal e centralizada – que é o núcleo dessa bela ideia – é uma possibilidade passageira, mas não pode ser uma solução duradoura.

Uma paz duradoura só pode ser assegurada pela vitória do socialismo em escala mundial.

Porém, ela não pode se realizar como domínio mundial russo, mesmo que o poder militar russo possa dar uma forte contribuição para essa vitória.

Já no ano de 1920, Lênin indicava (no início de seu escrito sobre “O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo”) que no momento em que apenas um país capitalista mais avançado passasse para o socialismo, a Rússia Soviética passaria rapidamente de novo, do país mais avançado na relação soviética e socialista para o mais atrasado nessas relações. Visto do outro lado, isso quer dizer que um país capitalista avançado, por meio de sua transição para o socialismo, realizaria tanto uma forma mais alta de socialismo, como também uma forma superior de estado soviético (isto é, uma forma democrática desse estado). A liderança passaria no curto prazo para esse país, porém não levaria, de nenhuma maneira, a um “domínio mundial” desse outro país. Imediatamente após a vitória, seria implantada e disseminada a tendência à equalização das diferenças entre os territórios socialistas individuais, em relação ao nível de desenvolvimento das formas do socialismo e do Estado dos Conselhos. Naturalmente, não se deve confundir isso com uniformização cultural ou nacional.

É inevitável a disputa militar entre a região anglo-saxônica e as regiões do socialismo e, portanto, a III Guerra Mundial? Existe apenas uma possibilidade de evitá-la: se o socialismo, por meio do desenvolvimento *interno* em um ou mais países capitalistas desenvolvidos, ganhasse tal preponderância de poder, que a luta contra essa superpotência seria para o capitalismo americano não apenas inútil de fato, como também isso ficaria claramente visível. Não se deve avaliar essa possibilidade como significativa demais, porém é a única que existe.

Uma disputa militar entre o capitalismo-imperialismo americano e o inglês, como demonstrado mais acima, tornou-se quase impossível, mas de nenhuma forma um ataque militar dos Estados Unidos para impedir uma revolução socialista na Inglaterra, ou, se ela tiver se implantado internamente, para derrotá-la de fora. Mas, nesse caso, não se trataria de uma guerra local contra uma Inglaterra socialista. Disso tudo resulta que a luta pela revolução socialista nos países capitalistas avançados, como a

Inglaterra, a França, a Alemanha, oferece a única *possibilidade* de evitar uma III Guerra Mundial.

8. "POLÍTICA DE POTÊNCIA"

Todas as queixas ou acusações contra a política de potência são totalmente sem objetividade: não existe nenhuma outra política, nem nunca houve outra, enquanto a forma social socialista não existir em escala mundial. E exatamente no período que se segue à extinção da luta pelo poder entre os estados, a luta se recrudescerá de forma mais alta nos dois lados da barricada.

9. OFENSIVA E DEFENSIVA DA POLÍTICA MUNDIAL

Na II Guerra Mundial, a ofensiva das potências do Eixo investiu contra a defensiva dos aliados capitalistas e a defensiva da União Soviética. Como se divide hoje a ofensiva e a defensiva na política mundial?

A defensiva imperialista *vitoriosa* transformou-se ela própria em ofensiva imperialista. A expansão socialista no seu período ativo pode também ser tomada como ofensiva na política mundial. Assim, investem-se reciprocamente as ofensivas imperialista e socialista na política mundial. Os conceitos de ofensiva e defensiva na política mundial não coincidem com ofensiva e defensiva militares, estratégicas ou táticas.

10. AUTODETERMINAÇÃO NACIONAL E REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A autodeterminação nacional é um princípio socialista e também um objetivo socialista. A expressão mais simples e concludente para isso pode ser encontrada numa carta de F. Engels para K. Kautsky, de 12 de setembro de 1882, onde ele diz:

"Só uma coisa é certa: o proletariado vitorioso não pode impor a um povo estrangeiro qualquer felicidade sem com isso enterrar sua própria vitória. Naturalmente que guerras de defesa de diferentes tipos não estão de nenhuma forma excluídas."

O motivo para se atentar para a autodeterminação não é qualquer princípio abstrato de justiça, mas aquele enunciado de maneira robusta pelo próprio Engels, de que ferir a autodeterminação nacional enterra a própria vitória do estado socialista que disso for culpado.

Mas esse princípio, como qualquer outro, está subordinado ao interesse geral da revolução socialista. Ele pode ser ferido temporária e excepcionalmente no interesse da revolução socialista, mas apenas temporariamente e apenas no interesse da revolução socialista.

Esse possível caso excepcional é indicado por Karl Marx numa carta a Friedrich Engels, de 16 de abril de 1856, onde ele escreve:

"Para nós é fatal que eu, looming in the future (espiando o futuro) veja algo que pareça como "traição à pátria". Isso dependerá da tournure (mudança) das coisas em Berlim, se nós não formos obrigados a chegar a posição semelhante à dos clubistas de Mainz na velha revolução. Ça sera dur (isso será duro). Nós que somos tão enlightened (iluminados) por nossos bravos frères (irmãos) do outro lado do Reno! The whole thing in Germany (a coisa toda na Alemanha) dependerá da possibilidade to back the Proletarian revolution by some second edition of the Peasant's war (de sustentar a revolução proletária por algo como uma segunda edição da guerra camponesa). Então a coisa principalmente..."

A possibilidade que Marx aventou aí era naturalmente a de que, em caso de guerra entre uma França revolucionária e uma Prússia reacionária, os revolucionários alemães tivessem que apoiar a França revolucionária contra o partido da Prússia reacionária. Contudo, vê-se textualmente como Marx enxergava essa possível situação forçada com contrariedade. E também o motivo alegado é significativo: "O conhecimento dos valorosos irmãos daquele lado do Reno", isto é, a previsão de que, por causa da natureza desses "irmãos", eles muito cedo se desviariam do rigor da linha revolucionária e, então, isso resultaria em conflitos nacionais.

De fato, esse pode ser apenas um caso de exceção. Nunca o apelo ao interesse geral da revolução pode justificar a violação regular, metódica e de longa duração da autodeterminação nacional. Uma violação de maior duração da autodeterminação nacional só pode causar danos aos interesses gerais da revolução socialista. E quando a sua violação não decorrer do interesse da revolução socialista, ela é absolutamente danosa e condenável. Nos dois casos, a classe operária do país cuja autodeterminação nacional é violada deve, no interesse da revolução socialista, lutar contra isso. Nos casos onde ocorreu uma violação temporária da autodeterminação nacional, no interesse de fato da revolução socialista, as classes operárias do país que cometeu a violação e do país que a sofreu devem agir em conjunto para, tão rapidamente quanto possível, anulá-la.

11. FEDERAÇÃO MUNDIAL E BLOCOS REGIONAIS

Toda federação mundial ou mesmo federação no âmbito de um continente, que não tenha uma base socialista, é um salto no ar.

Blocos regionais têm que se dirigir, independentemente dos propósitos ou afirmações dos seus participantes e pela própria natureza dos fatos, contra outros blocos regionais. Um bloco dos estados capitalistas ocidentais, por exemplo, será dirigido inevitavelmente contra a União Soviética e sua esfera de influência e apenas enquanto bloco capitalista ele tem algum sentido. Os estados socialistas da Europa ocidental ou central não teriam nenhuma razão para se unir num bloco especial, separado da União Soviética. **Ao**

contrário, eles teriam o interesse mais urgente de formar com a União Soviética um bloco socialista unificado, antes de tudo para a sua autodefesa contra o mundo capitalista circundante.

12. A CONSTELAÇÃO ATUAL NA POLÍTICA MUNDIAL

Ela pode ser descrita da seguinte maneira:

- a) O traço dominante é o agrupamento em dois grandes campos: um dominado pelo bloco anglo-saxônico, onde os EUA são a potência líder, e o outro, o campo da União Soviética.
- b) Ambos os campos são concebidos *em alinhamento* um contra o outro. Para esse objetivo, os Estados Unidos, juntos com o Canadá, Alasca e territórios fronteiriços se fortificam, sustentam militarmente o regime de Tchang-Kai-Schek, constroem o seu exército, mandam suas tropas para a Mandchúria, afirmam a sua hegemonia no Japão, mantêm a Coreia do Sul ocupada, ajudam a reprimir os povos coloniais insurretos das Índias Holandesas, da Indochina, apoiam o Irã, a Turquia, etc.

Na Europa, consuma-se o alinhamento principal na Alemanha e em torno da Alemanha, que, assim, é dividida em uma zona preparada para o alinhamento ocidental e uma outra para o alinhamento oriental.

O Mediterrâneo é outra região de alinhamento e contra-alinhamento, com a Itália, a Espanha, a Grécia como localizações principais, de um lado, e os demais países balcânicos e a Hungria, de outro.

No continente americano, os Estados Unidos agrupam o continente todo em torno de si.

A Austrália e os mares do sul são zonas incontestes do alinhamento anglo-saxônico.

É claro que o alinhamento ainda não está concluído e que a finalização dos objetivos de ambos os lados ainda exigirá um longo tempo. Mas o *plano diretor* do alinhamento e do contra-alinhamento mostra-se já clara e abertamente no começo dos primeiros anos após o fim da II Guerra Mundial, sendo concebido na execução.

- c) Mesmo o agrupamento entre os vitoriosos imperialistas da II Guerra Mundial está em curso, correspondendo às relações recíprocas de forças resultantes da II Guerra:

A subordinação da Inglaterra e de seu império colonial aos Estados Unidos, a subordinação da França ao bloco anglo-saxônico, da Bélgica e da Holanda à Inglaterra, etc.

Nessa oportunidade, os vencedores mais fracos são manobrados pelos mais fortes para ceder partes de seu território colonial, ou precisam pelo menos renunciar ao velho monopólio de exploração e domínio em suas colônias e partilhá-lo com os mais fortes.

- d) Numa série de regiões há levantes de povos coloniais em curso (Indochina, Malásia, Índias Holandesas).

A erupção do vulcão colonial de maior potencial, a Índia Britânica, parece estar próxima.

Os povos árabes islâmicos declaram sua exigência de independência, apoiam-se mutuamente e procuram explorar as contradições no campo dos países imperialistas em seu benefício.

- e) Amplas extensões da Europa foram transformadas em montes de ruínas e desertos, nos quais a fome, o frio e as doenças assolam centenas de milhares; após o período de destruição militar, seguiu-se o da pilhagem de instalações industriais, de meios de produção agrícolas e de provisões, a retirada de cientistas, de operários qualificados e não qualificados; a reconstrução nessas regiões só recomeçou em escala restrita, mas ela parece iminente, numa escala mais ampliada, como momento do alinhamento de ambos os campos da política mundial.
- f) Talvez o sinal mais característico da situação mundial no início dos primeiros anos após o fim da II Guerra Mundial é o fato de que a desmobilização dos exércitos das principais potências se dá de forma muito mais lenta do que no final da I Guerra Mundial, pois milhões de soldados encontram-se ainda armados, fora de seus países de origem. Isso de maneira nenhuma tem motivos apenas técnicos ou predominantemente técnicos. De mãos dadas com a desmobilização hesitante e apenas parcial dos exércitos pré-existentes no final da guerra, apresenta-se numa série de países a construção de novas formações armadas. Se esses fatos mostram alguma coisa, é o processo do alinhamento geral para uma nova guerra mundial, imediatamente conectado ao final da II Guerra.

13. AS "NAÇÕES UNIDAS"

As "Nações Unidas" merecem, em um panorama das forças e tendências da política internacional após o fim da II Guerra Mundial, no máximo, a menção de que não merecem menção nenhuma. Elas não representam nenhuma força política mundial autônoma. Elas não são sequer uma força substancial para a geração de ilusões pacifistas, como foi a Liga das Nações, ao menos durante um tempo.

As "Nações Unidas" não são nem unidas nem nações. São um teatro que não é levado a sério nem pelos atores nem pela plateia. Elas indicam o lugar vazio onde se enterram as esperanças de amplas massas em todos os países por uma organização dos povos como base para uma paz duradoura.

Essa situação não exclui que as "Nações Unidas" possam ter esse ou aquele papel técnico no alinhamento para a III Guerra Mundial ou também em negociações diplomáticas em curso. Por exemplo, já é visível que o recém criado instrumento diplomático do "fideicomisso coletivo" foi instituído, de

um lado, para permitir o acesso aos territórios coloniais dos vencedores mais fracos pelos vencedores imperialistas mais fortes e, de outro lado, para fortalecer a propaganda e a ação anti-imperialistas da União Soviética. A tribuna das “Nações Unidas” pode servir como meio eficaz de utilizar a propaganda aberta a serviço dos objetivos da diplomacia secreta, etc.

14. A DUPLA NATUREZA DA BOMBA ATÔMICA

Nós mencionamos a bomba atômica apenas de passagem, pelo simples fato de que esse detalhe militar não é essencial para alterar as forças sociais básicas que determinam atualmente o curso da política mundial.

A velha sociedade capitalista não é mais capaz de desenvolver por completo a utilização *produtiva* das forças intra-atômicas, provavelmente a maior revolução técnica até hoje.

Na economia capitalista contrapõem-se a esse desenvolvimento completo dois obstáculos sociais de primeira ordem:

Primeiro, os interesses dos grupos capitalistas mais poderosos, para os quais o desenvolvimento completo e a utilização universal das forças intra-atômicas significariam a desvalorização gigantesca de investimentos (indústrias de carvão, petróleo, eletricidade, siderurgia, transporte, etc.).

Segundo, o emprego das forças intra-atômicas significaria um crescimento vigoroso da capacidade produtiva. Ela aguçaria ao máximo a contradição fundamental do sistema econômico capitalista, entre a capacidade de produção e a capacidade de consumo. A generalização do uso “pacífico”, ou seja, produtivo, das forças intra-atômicas seria para a sobrevivência das formas sociais capitalistas um explosivo mais forte que o seu emprego militar sob a forma de bomba atômica ou qualquer outra que seja.

Apenas uma sociedade erguida em novas bases, a sociedade socialista, está totalmente madura para a utilização prática universal das novas forças desenvolvidas. Ela doma, finalmente, o impulso social de destruição dos homens e dos bens. O crescimento desmedido das forças produtivas sociais pelo emprego técnico universal das forças intra-atômicas lhe dá a possibilidade de uma elevação rápida e forte do nível de vida de toda a sociedade. Assim, é de se prever que as forças intra-atômicas serão a base técnica sobre a qual a sociedade socialista toma o seu ponto de partida. No lugar da fórmula leninista conhecida: o socialismo é igual aos sovietes mais eletricidade, entra a nova fórmula: o socialismo é igual aos conselhos mais a energia intra-atômica.

Escondem-se numa bomba atômica duas forças sociais e históricas polares e contraditórias, conforme ela seja tomada em sua especificidade, como meio de aumento máximo da destruição, ou em sua generalidade, como um caso, realmente o primeiro, de utilização técnica das forças intra-atômicas.

A bomba atômica, em sua especificidade, é a última palavra da velha sociedade. A bomba atômica, em sua generalidade, como um caso do

emprego produtivo da energia intra-atômica, será a primeira palavra da nova sociedade. Assim, a bomba atômica, como unidade das duas forças sociais contrapostas, não é um fim, mas uma transição da velha para a nova sociedade.

O sentimento assustador da ameaça do fim do mundo pela bomba atômica, que acompanhou no mundo burguês o seu aparecimento, é o pressentimento que o velho mundo tem do fim do seu mundo. Em seu fim, ele contempla e precisa contemplar, antes de tudo, o fim do mundo. Para nós, socialistas e comunistas, é o fim do mundo capitalista – não o fim do mundo, mas igualmente o começo do novo mundo socialista. Ao desespero e à falta de esperanças da burguesia, que sente mais ou menos claramente a inadequação de seus meios de distribuição, contrapomos a própria confiança revolucionária e o próprio esforço revolucionário para a aceleração do fim do velho e a fundação do novo mundo.

Do que foi dito deriva também que assim que as bases para a utilização produtiva da energia intra-atômica forem dadas, tanto a União Soviética quanto qualquer outro futuro território socialista poderá desenvolver mais rápida e extensamente essa utilização que qualquer estado capitalista.

A bomba atômica, em sua dupla natureza, esclarece a respeito da velha sociedade e, com isso, esclarece também sobre a política mundial até aqui.

Começo de 1946

[Tradução : Sérgio Antão Paiva, JAN 2012]

APÊNDICE

Material de Thalheimer disponíveis em português

1. *Marxismo e Existencialismo*, Gráfica Editora LAEMMERT, Rio de Janeiro, 1970. Publicado pela primeira vez em português pelo "Estado de São Paulo", em 1947.
2. *Introdução ao Materialismo Dialético*, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
3. *Sobre o fascismo*, Centro de estudos Victor Meyer, Coleção Marxismo Militante Vol. 1, 2010. Contem os seguintes textos:
 - Entre Jena e Leipzig
 - O Fascismo, a Pequena-burguesia e a Classe Operária
 - Sobre o Fascismo
 - Marx, Engels, Lênin e a Frente Popular
 - Doze Meses da Frente Popular
 - Advertência aos Revolucionários
4. A estratégia e a tática da Internacional comunista: O que são as palavras de ordem de transição? In *A transição para o poder na tradição marxista*, Centro de Estudos Victor Meyer, Coleção Marxismo Militante Vol. 4, 2010.
5. *A Lenda do outubro alemão*, Centro de Estudos Victor Meyer, Coleção Marxismo Militante Vol. 5, 2011. Contem os seguintes textos:
 - 1923: Uma oportunidade perdida? A lenda do "outubro alemão" e a verdadeira história de 1923
 - Contribuição à história da palavra de ordem de "governo operário"
 - Em resposta: de A. Thalheimer e Peregrinus
6. A publicar:
 - Princípios e conceitos fundamentais da política internacional após a segunda guerra mundial
 - Vinte anos após a revolução de outubro

Nota:

Todo o material acima relacionado está disponibilizado no Portal de **Centro de Estudos Victor Meyer** – www.centrovictormeyer.org.br – seção Acervos / Arquivo Thalheimer.

(Contra capa)

COLEÇÃO MARXISMO MILITANTE

Volume 1 – Sobre o fascismo - August Thalheimer

Textos inéditos sobre o fascismo e sobre a frente popular, de autoria do revolucionário alemão August Thalheimer (1884-1948), cuja obra é praticamente desconhecida no Brasil.

Volume 2 – Curso básico de ORM-PO

Curso de formação política básica, utilizado pela Política Operária durante os anos da ditadura militar. Permanece sendo um importante instrumento para transmitir e debater os conceitos básicos do marxismo, destacando-se pelo didatismo e poder de síntese dos textos.

Volume 3 – Marxismo e luta de classes – Érico Sachs

Reedição ampliada do livreto de autoria de Érico Sachs, publicado pela primeira vez no Brasil em 1987, pela Editora Práxis (Salvador – BA). Trata-se da reprodução de curso ministrado pelo autor na Alemanha, quando do seu exílio, nos anos 70.

Volume 4 – A transição para o poder na tradição marxista

Coletânea de textos marxistas relativos às questões da transição para o poder e às palavras de ordem de transição, no caminho da luta pela tomada do poder na sociedade capitalista.

Volume 5 – A lenda do outubro alemão – August Thalheimer

Mais um texto inédito no Brasil de autoria do revolucionário alemão August Thalheimer. Versa sobre a polêmica em torno da revolução proletária de 1923 na Alemanha.

CVM - CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

Acesse o nosso Portal: www.centrovictormeyer.org.br